

HENRIQUE RABELO SA REGO

**ESTRUTURA PRODUTIVA E OCUPACIONAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: CARACTERÍSTICAS
E TRANSFORMAÇÕES ENTRE 2000 e 2015**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

R114e Rabelo Sa Rego, Henrique
Estrutura produtiva e ocupacional na região metropolitana do Rio de Janeiro: características e transformações entre 2000 e 2015 / Henrique Rabelo Sa Rego. -- Rio de Janeiro, 2017.
126 f.

Orientador: Hipolita Siqueira de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

1. Planejamento Regional. 2. Economia - Rio de Janeiro (RJ). 3. Regiões Metropolitanas (Rio de Janeiro - RJ). 4. Economia Regional. I. Siqueira de Oliveira, Hipolita, orient. II. Título.

HENRIQUE RABELO SA REGO

ESTRUTURA PRODUTIVA E OCUPACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES ENTRE 2000 e 2015

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA
Data: 23/01/2024 13:55:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 CARLOS ANTONIO BRANDAO
Data: 23/01/2024 16:08:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 MAURO OSORIO DA SILVA
Data: 26/01/2024 14:25:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauro Osorio da Silva
Faculdade Nacional de Direito - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e maior agradecimento vai para minha namorada Júlia Ornellas, que tem me dado suporte e impulso para enfrentar os desafios do mundo. Agradeço pela sua compreensão nesses meses que não pude te dar a devida atenção e prometo compensá-los. Muito obrigado!

Agradeço ao Mauro Osorio, companheiro de trabalho e que me inseriu na temática da economia do Rio de Janeiro, além de sempre me ajudar quando precisei de tempo para avançar neste trabalho.

Agradeço de forma especial a minha orientadora Hipólita Siqueira, que sempre respondeu com agilidade aos meus questionamentos e foi determinante para aprimorar a qualidade deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, aos seus professores e técnicos que me acolheram com um centro de excelência para a realização do meu mestrado.

Agradeço aos colegas de mestrado que ajudaram a tornar mais leve os momentos mais intensos de provas e trabalhos.

Por fim agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro através da concessão de bolsa de estudo.

RESUMO

Este trabalho busca compreender quais foram as transformações na estrutura produtiva e ocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro no período entre 2000 e 2015. O panorama histórico esclarece algumas características estruturais da região, além de ressaltar as origens dos passivos que persistem até os dias atuais. Procurou-se definir os municípios que compõe “de fato” esta região metropolitana, a partir de dados que indicassem a inter-relação das cidades com o conjunto metropolitano. Foi feito também um levantamento das características socioeconômicas da região, destacando a forte segregação socioespacial e desigualdade interna existente. Com base nos dados analisados, mostrou-se que a cidade do Rio de Janeiro ainda desempenha um papel primordial na estrutura produtiva da RMRJ, enquanto a periferia vem ganhando relevância, mas ainda fica aquém das necessidades dos munícipes do ponto de vista socioeconômico. No mesmo sentido, a estrutura ocupacional do núcleo metropolitano concentra um mercado mais consolidado, com a periferia metropolitana mostra avanços no período analisado.

Palavras-chave: Planejamento regional. Economia - Rio de Janeiro (RJ). Regiões Metropolitanas (Rio de Janeiro, RJ). Economia regional.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the transformations in the productive and occupational structure of the metropolitan region of Rio de Janeiro in the period between 2000 and 2015. The historical panorama clarifies some of the structural characteristics of the region, besides highlighting the origins of the liabilities that persist until nowadays. This dissertation tried to define the municipalities that are effectively part of this metropolitan region considering some data that indicate the interrelation of the cities with the metropolitan area. It was also made a survey of the socioeconomic characteristics of the region highlighting the strong socio-spatial segregation and the existing internal inequality. Based on the data analyzed, it was shown that the city of Rio de Janeiro still plays a main role in the productive structure of the RMRJ, while the periphery is gaining relevance, but still falls short of the needs of the citizens from the socioeconomic point of view. In the same context, the occupational structure of the metropolitan core area concentrates a more consolidated market while the metropolitan periphery is showing progress in the period.

Keywords: Regional planning. Economy - Rio de Janeiro (RJ). Metropolitan Regions (Rio de Janeiro, RJ). Regional Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Região de influência da RMRJ	27
Mapa 2 – Níveis de Integração da RM Rio de Janeiro (RJ)	30
Mapa 3 – Municípios integrantes da RMRJ e os que estão sendo avaliados para compor a RMRJ	31
Mapa 4 – Municípios considerados como integrantes da RMRJ “de fato”	36
Mapa 5 – Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana de Rio de Janeiro/RJ	43
Mapa 6 – Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	45
Gráfico 1 - Evolução percentual da distribuição do PIB estadual, segundo Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014	61
Gráfico 2 - Evolução percentual da distribuição do VAB industrial do ERJ, segundo a Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014	63
Gráfico 3 - Evolução percentual da distribuição do VAB industrial modificado (sem a indústria extrativa) do ERJ, segundo a Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014	64
Gráfico 4 - Evolução percentual da distribuição do VAB de Serviços do ERJ, segundo a Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014	65
Gráfico 5 - Evolução percentual da distribuição do VAB da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, segundo a Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014	66

Gráfico 6 - Índice da produção física da indústria de transformação dos estados das Regiões Sul e Sudeste e do Brasil, entre 2002 e 2016	73
Gráfico 7 - Índice da produção física industrial, segundo indústria extrativa, indústria de transformação e total industrial do ERJ, entre 2002 e 2016	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações de características e deslocamentos dos residentes dos 13 municípios analisados para compor a área metropolitana do Rio de Janeiro	35
Tabela 2 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas, em 2015	48
Tabela 3 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas, em 2015	49
Tabela 4 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo o percentual de jovens de 18 a 24 anos que nem trabalham nem estudam, em 2010	51
Tabela 5 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo a Taxa de mortalidade por causas evitáveis* para a faixa etária entre 5 a 74 anos, em 2015	52
Tabela 6 – Variação percentual do PIB segundo as principais atividades econômicas do Estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2014	67
Tabela 7 – Participação percentual das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2014	69
Tabela 8 – Variação percentual dos setores industriais na Produção Física Industrial do Estado do Rio de Janeiro e do total do Brasil, entre 2002 e 2016	75
Tabela 9 – Variação percentual dos setores industriais na Produção Física Industrial da cidade e do estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2012	76
Tabela 10 – Participação percentual dos estados no Valor da Transformação Industrial do Brasil, entre 2000 e 2015	77

Tabela 11 – Participação relativa dos diferentes setores industriais no total do VTI do Estado do Rio de Janeiro pela metodologia antiga, entre 2000 e 2007	78
Tabela 12 – Participação relativa dos diferentes setores industriais no total do VTI do Estado do Rio de Janeiro pela metodologia nova, entre 2007 e 2015	79
Tabela 13 – Peso percentual do VTI da cidade do Rio de Janeiro em relação ao total do estado e participação relativa dos diferentes setores industriais no total do VTI da cidade e do estado do Rio de Janeiro, pela metodologia antiga, em 2006	80
Tabela 14 – Distribuição percentual dos estabelecimentos formais industriais, segundo as divisões CNAE 1.0, nas regiões do Estado do Rio de Janeiro, em 2001	83
Tabela 15 – Distribuição percentual dos estabelecimentos formais industriais, segundo as divisões CNAE 1.0, nas regiões do Estado do Rio de Janeiro, em 2015	84
Tabela 16 – Distribuição percentual da receita bruta das atividades de serviços do segmento não-financeiro no Estado do Rio de Janeiro, entre 2007 e 2015	88
Tabela 17 – Distribuição percentual da receita bruta de revenda de mercadorias das atividades de comércio no Estado do Rio de Janeiro, entre 2007 e 2015	90
Tabela 18 – Variação percentual real* do Produto Interno Bruto dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2014	92
Tabela 19 – Participação percentual dos municípios da RMRJ no Produto Interno Bruto da RMRJ, segundo as diferentes atividades econômicas, em 2002	93
Tabela 20 – Participação percentual dos municípios da RMRJ no Produto	94

Interno Bruto da RMRJ, segundo as diferentes atividades econômicas, em 2014	
Tabela 21 – Participação percentual as diferentes atividades econômicas no Produto Interno Bruto dos municípios da RMRJ, em 2002	97
Tabela 22 – Participação percentual as diferentes atividades econômicas no Produto Interno Bruto dos municípios da RMRJ, em 2014	98
Tabela 23 – Variação percentual do Valor Adicionado nos municípios da RMRJ, entre a média dos anos 2001-2002 e 2014-2015	100
Tabela 24 – Valor Adicionado nos municípios da RMRJ e participação destes no total da RMRJ, para a média dos anos 2001-2002 e 2014-2015	101
Tabela 25 – Número, participação e variação percentual dos trabalhadores por posição na ocupação no total do Brasil, em 2000 e 2010	107
Tabela 26 – Número, participação e variação percentual dos trabalhadores por posição na ocupação no Estado do Rio de Janeiro, em 2000 e 2010	107
Tabela 27 – Número, composição e variação percentual dos trabalhadores por posição na ocupação da Periferia e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2000 e 2010 e o peso da periferia no total da RMRJ	108
Tabela 28 – Número de ocupados e composição percentual por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, em 2000	110
Tabela 29 – Número de ocupados e composição percentual por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, em 2010	110
Tabela 30 – Variação percentual do número de ocupados por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, entre 2000 e 2010	111
Tabela 31 – Número de ocupados e sua participação relativa por posição na ocupação na RMRJ, na média mensal dos anos 2010 e 2015	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU	Aglomerado Urbano
CEPERJ	Fundação CEPERJ
CRJ	Cidade do Rio de Janeiro
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
ESP	Estado de São Paulo
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
ISS	Impostos sobre Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAS	Pesquisa Anual dos Serviços
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIMPF	Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADContínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RM	Região Metropolitana
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro

RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
VAB	Valor Adicionado Bruto
IBEU	Índice de Bem-estar Urbano
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
RCL	Receita Corrente Líquida
ANP	Agência Nacional do Petróleo
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
VTI	Valor da Transformação Industrial
VA	Valor Adicionado
PDUI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	19
2.1 A trajetória espacial e econômica da região metropolitana do Rio de Janeiro	19
2.2 A área metropolitana do rio de janeiro como “fato”	28
3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	37
4 ESTRUTURA PRODUTIVA E OCUPACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO SÉCULO XXI	56
4.1 A trajetória econômica recente da RMRJ e do ERJ	56
4.2 A estrutura produtiva da região metropolitana do rio de janeiro e suas transformações recentes	60
4.3 Divisão espacial intrametropolitana	91
4.4 Estrutura ocupacional da área metropolitana fluminense mudanças e transformações	105
5 CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A organização territorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é bastante marcada pela história de capitalidade do seu município núcleo. Por ter sido a capital do país, desde o ano de 1763, e legalmente separada do restante do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) a partir de 1834, a cidade do Rio acabou tendo um desenvolvimento urbano-regional mais bem estruturado em comparação aos demais municípios do seu entorno. Assim, para evitar a influência da política local sobre a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, optou-se por separar este município do restante da província, que era composta pelo território ocupado atualmente pelos outros 91 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Os efeitos desta particularidade passaram a ser mais marcantes no decorrer do século XX, com a melhora dos transportes e o crescimento populacional, tanto vegetativo quanto migratório, o que fez com que os municípios próximos à cidade do Rio passassem a ser cada vez mais ocupados. Inicialmente, esta ocupação se deu no entorno das estações de trem, pois, além da facilidade de transporte para a cidade do Rio, geralmente ali se localizavam grandes fábricas, principalmente de tecidos, atraindo população em busca de oportunidades de emprego. Em um segundo momento, a introdução do transporte por bondes permitiu uma ocupação mais densa do espaço urbano. Posteriormente, junto à introdução do transporte rodoviário (que possibilitava uma ocupação com maior capilaridade), a ocupação se propagou para o restante do território, o que fez com que houvesse um forte crescimento populacional na primeira metade do século XX.

Neste mesmo período, apesar de a economia paulista ter apresentado maior pujança, como demonstra o levantamento do PIB industrial de 1919, quando a produção paulista ultrapassa a fluminense, o estado do Rio de Janeiro ainda manteve um dinamismo importante até meados da segunda metade daquele século. A população metropolitana fluminense se manteve superior à da região metropolitana de São Paulo até a década de 1960, sendo ultrapassada a partir de então.

Porém, a proximidade e a concorrência com São Paulo e o fato de a elite econômica carioca ter seus interesses voltados principalmente para a “apropriação de rendas”, sendo esta formada majoritariamente por construtores de obras públicas e concessionários de serviços urbanos, incorporadores imobiliários e proprietários de terra, fez com que as políticas de desenvolvimento econômico assumissem um viés para a valorização da terra urbana. Dessa forma, o setor industrial não assumiu centralidade na estrutura produtiva fluminense.

No âmbito desses processos, o início da formação de uma área metropolitana no entorno da cidade do Rio de Janeiro deu-se nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Abreu destaca-se o período de 1906-1930 que

“[...] caracterizou-se, ademais, pela extensão efetiva do tecido urbano para além das fronteiras do Distrito Federal, dando início, assim, ao processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço carioca” (ABREU, 2006, p. 81).

Essa situação também afetava o leste da atual região metropolitana, com a expansão da ocupação de Niterói para São Gonçalo, fato que se acelerou fortemente com a inauguração da ponte Rio-Niterói na década de 1970.

Entre 1940 e 1960, a maioria dos municípios da atual área metropolitana fluminense apresentou expressivo crescimento, com sete deles ao menos quintuplicando sua população. Porém, apesar deste incremento populacional, grande parte do contingente precisava se deslocar até a cidade do Rio para trabalhar, configurando uma periferia metropolitana de municípios-dormitórios.

Cabe destacar que o município de Niterói configura-se como uma exceção na periferia metropolitana, pois sediava a capital do antigo estado do Rio de Janeiro e, portanto, grande parte da burocracia estadual. Com isso, a renda disponível e a capacidade de arrecadação fiscal eram mais elevadas do que no restante dos municípios metropolitanos.

Ademais, como havia duas unidades federativas nessa área metropolitana, os impostos arrecadados no Estado da Guanabara – atualmente cidade do Rio de Janeiro - eram exclusivamente investidos no próprio território, impedindo uma

descentralização de investimentos em urbanização e infraestrutura para a periferia metropolitana, gerando passivos que se prolongam até os dias atuais.

É bom lembrar que a cidade do Rio de Janeiro atuava de forma antagônica com o antigo Estado do Rio de Janeiro, promovendo políticas para atração de empresas para seu próprio território, evitando assim que houvesse ocupação econômica dos municípios do entorno. À exceção de Niterói que sediava a administração estadual, foi configurando-se um ciclo vicioso de relações centro-periferia em que os demais municípios da área metropolitana não conseguiam atrair atividades econômicas, dependendo do mercado de trabalho e de bens e serviços cariocas e, com isso, não desenvolvendo uma base fiscal que propiciasse capacidade de investimento e de políticas de atração de empresas.

Com a saída da capital em 1960 e a desarticulação política decorrente do golpe militar de 1964¹, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) não contou com uma estratégia articulada para a promoção do seu desenvolvimento regional, o que acabou deteriorando a estrutura produtiva carioca e metropolitana. Apesar da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975, da institucionalização oficial da RMRJ pelo governo federal e da criação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), não houve mudanças significativas nos investimentos em infraestrutura na periferia metropolitana. Em meio a uma complexa integração institucional e territorial, os governos militares concentraram esforços em grande projetos de investimentos no “interior fluminense” (por exemplo, usina nuclear em Angra dos Reis, exploração de petróleo *offshore* no Norte Fluminense) e em regiões fora dos grandes centros urbanos do País, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Com isso, até a década de 1980, observou-se o crescimento da economia fluminense, porém, em ritmo inferior ao ocorrido no restante do país.

Com a grave crise fiscal e financeira dessa década, a região metropolitana e o estado do Rio de Janeiro passaram por um período de estagnação e desestruturação econômica. Entre as diversas atividades afetadas, pode-se destacar a redução da indústria de transformação, sendo o Rio de Janeiro a única

¹ Para mais informações acerca do tema, ver OSORIO (2005).

unidade federativa onde ocorreu queda no número absoluto de empregos neste setor². Entre as principais perdas no Estado e na região metropolitana pode ser citado o fechamento da Fábrica Nacional de Motores em Duque de Caxias e a desestruturação dos estaleiros navais na baía de Guanabara.

Com relação à região metropolitana, o longo período de estagnação e desmobilização do setor produtivo carioca e fluminense, bem como a prioridade para projetos de investimento no “interior fluminense”, reorganizaram sua estrutura produtiva. Seja pela reconcentração das atividades econômicas na capital ou pelo fato de que os demais municípios metropolitanos não dispunham (e ainda não dispõem) de bases fiscais para a implantação de infraestrutura e de políticas de promoção de centralidades econômicas, gerando desigualdades territoriais marcantes.

Este quadro passou a apresentar alguma mudança ao fim da década de 1990, com a ampliação da extração de petróleo em alto-mar, resultante de investimentos planejados e implementados pelo II PND na década de 1970 e, principalmente a partir do ano de 2008, quando o Estado passou a apresentar um crescimento mais próximo ao da média brasileira.

Cabe destacar que o recente momento de crise da economia brasileira, iniciado em meados do ano de 2014, pode frear novamente a recuperação econômica pela qual o ERJ vinha passando. Em especial, pelo fato de a Petrobras estar no centro das turbulências econômicas, reduzindo seus projetos de investimento, e do fim de um ciclo de investimentos públicos em infraestrutura que objetivavam a realização de grandes eventos esportivos, tais como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

A partir do período pós-2003, sob os governos do Partido dos Trabalhadores, a economia brasileira voltou a crescer, tendo como destaque a conexão virtuosa com o ciclo de valorização das commodities (agrícolas e minerais) e o crescimento do mercado interno, a partir de políticas de valorização do salário mínimo, ampliação dos empregos formais e ampliação do consumo de

² Segundo os dados de emprego com vínculo formal de trabalho da Relação Anual de Informações Sociais, o Estado do Rio de Janeiro possuía, em 1985, 520.334 postos de trabalho na indústria de transformação, enquanto que em 2015 passaram a existir apenas 427.395 postos, o que corresponde a uma perda de 17,9% dos trabalhadores nesse setor.

massas. Tais processos implicaram em uma “interiorização” do crescimento econômico em termos espaciais. Entre 2000 e 2015, segundo dados da RAIS, enquanto o crescimento dos empregos formais no conjunto das 27 capitais das unidades federativas foi de 60,7%, os demais municípios brasileiros apresentaram um incremento de 101,7% no número de trabalhadores formais.

Nesse contexto, é necessário avaliar o caso específico da RMRJ, pois as transformações ocorridas na economia nacional tiveram implicações significativas na economia fluminense. Em simultâneo aos impactos da valorização dos preços do petróleo, aumento da extração e implantação de projetos de investimento da Petrobras no território fluminense, houve um conjunto de projetos de investimentos relacionados aos megaeventos internacionais e a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que foram importantes para certa reorganização interna da RMRJ.

Desse modo, torna-se necessário analisar quais foram as implicações setoriais e espaciais do crescimento econômico na metrópole fluminense, ou seja, de que forma foi reorganizada a estrutura produtiva da RMRJ, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo e como isso se articulou a mudanças na estrutura ocupacional metropolitana.

Com base em tais considerações, esta dissertação de mestrado tem como objetivo geral compreender como se organiza e quais foram as transformações na estrutura produtiva e ocupacional da metrópole fluminense no período entre 2000 e 2015. Do mesmo modo, buscou-se examinar as mudanças na divisão intrametropolitana do trabalho, com o objetivo de observar se houve alteração no histórico padrão centro-periferia.

Tem-se como hipótese principal que, com a retomada do crescimento ocorrido na economia brasileira nos últimos anos, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro passou por diversas transformações. Porém, não houve mudanças significativas na divisão intrametropolitana do trabalho, considerando sua estrutura produtiva e no perfil ocupacional e as mudanças em sua distribuição espacial e diversificação setorial.

Para cumprir com o objetivo proposto, foi feita uma avaliação sobre as implicações do dinamismo econômico da primeira década dos anos 2000 na

economia, no perfil ocupacional e nas estruturas produtiva e ocupacional dos diferentes municípios que compõem a RMRJ. Foram analisadas as principais características históricas da configuração da estrutura produtiva da RMRJ e, de forma mais detalhada, no período pós-2000. Também foi feita uma comparação da base econômica, do perfil ocupacional e da dinâmica ocupacional da RMRJ e seus municípios. Além disso, foram analisadas as principais transformações da estrutura produtiva do ponto de vista de sua diversificação/especialização; e quais foram as implicações em termos dos perfis ocupacionais do mercado de trabalho metropolitano, relacionando-as ao contexto da economia estadual e nacional.

No que se refere à dimensão produtiva, a principal fonte de informações utilizada foram as informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB), disponibilizados pelas Contas Regionais do IBGE. Como se trabalhou com a informação da região metropolitana, foi necessário utilizar a fonte do PIB Municipal, trazendo algumas limitações. Apesar de permitir maior desagregação para a escala municipal, no PIB Municipal, a quantidade de setores de atividade econômica disponíveis para análise é reduzida, se comparada aos dados da escala estadual. Desse modo, para a análise setorial optou-se por utilizar as informações das Contas Regionais, sempre levando em conta as particularidades dos diferentes setores de atividade econômica no espaço fluminense, em grande parte, concentrados na RMRJ, por conta de sua forte centralidade no contexto estadual.

Além das Contas Regionais, buscou-se informações complementares nos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), Pesquisa Anual do Comércio (PAC), Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIMPF), todos do IBGE; e Valor Adicionado (VA) do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

No que se refere à dimensão do perfil ocupacional do mercado de trabalho metropolitano, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, produzidos pelo IBGE. Optou-se por utilizar esta base de dados pelas limitações territoriais existentes nas demais informações ocupacionais. Apesar de relativamente desatualizadas, estas bases trazem informações segregadas para os municípios, permitindo avaliar a evolução do conjunto da metrópole, sua

periferia e as cidades que a compõe. Uma particularidade desta base de dados é o fato dela retratar as características dos municípios e não das ocupações disponíveis no território do município, particularidade esta que é relevante em uma Região Metropolitana pelo elevado grau de deslocamentos dos seus habitantes.

De forma a captar as modificações recentes do perfil ocupacional, utilizou-se também os dados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (PNADContínua), ambas do IBGE.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo foi examinada a configuração da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através da análise das características históricas e territoriais da RMRJ, bem como da divisão espacial do trabalho entre núcleo metropolitano-periferia, tendo como base uma revisão bibliográfica. Buscou-se destacar brevemente as transformações ocorridas na estrutura produtiva regional que concorreram para a geração de uma desigualdade pronunciada entre o núcleo e o restante da região metropolitana.

Em seguida foi feita uma análise que buscou definir quais os municípios compõem a região metropolitana “de fato”, ou seja considerando o nível de integração espacial, não levando em conta apenas o desenho institucional estabelecido administrativamente pelo Governo do Estado.

O segundo capítulo se voltou para apresentar as características e especificidades da RMRJ, principalmente do ponto de vista socioeconômico.

Encerrando, o terceiro capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira foi examinada a trajetória econômica recente do ERJ e sua região metropolitana. A segunda seção se debruçou sobre a estrutura produtiva da RMRJ e suas transformações.

A terceira seção analisou o perfil setorial e espacial do ponto de vista intrametropolitano. Encerrando o capítulo a quarta seção trata exclusivamente da estrutura ocupacional da RMRJ.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões desta dissertação, ressaltando os questionamentos e destaques encontrados na análise da estrutura produtiva e ocupacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

2 A CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Este capítulo está dividido em duas seções e tem por finalidade realizar uma recuperação da trajetória histórica econômica e de organização territorial da região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como base uma revisão bibliográfica. Também será examinada a questão da constituição “de fato” da RMRJ, levando em conta não apenas o estabelecido por lei, federal e posteriormente estadual, mas também a dinâmica de inter-relações dos diferentes municípios.

2.1 A trajetória espacial e econômica da região metropolitana do Rio de Janeiro

A trajetória da região metropolitana do Rio de Janeiro sempre esteve intrinsecamente vinculada aos movimentos ocorridos no seu município sede, devido à sua predominância econômica, populacional e cultural comparativamente ao restante da área metropolitana.

Capital brasileira desde 1763, principal porto para exportação dos minérios e pedras preciosas extraídos em Minas Gerais e de importação de escravos, a cidade do Rio de Janeiro apresentou uma dinâmica própria de crescimento, vinculada ao intenso fluxo comercial e à burocracia estatal aí instalada. Este último determinante ganhou maior proporção a partir de 1808, com a chegada da corte portuguesa e, posteriormente, sua transformação em sede do governo central a partir da independência do país em 1822.

Mesmo no cenário nacional, a cidade do Rio de Janeiro se destacava entre as principais cidades brasileiras, sendo que em 1890 a população carioca já ultrapassava meio milhão de habitantes, cerca de três vezes mais do que Salvador, na época a segunda cidade mais populosa do país. Em 1950, a população do Rio de Janeiro já era de mais de dois milhões de pessoas, ainda a maior do país apesar da cidade de São Paulo possuir uma população quase igual. Dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, os demais municípios ainda

eram pouco relevantes, sendo Niterói a segunda cidade mais populosa possuindo menos de 10% da população da cidade do Rio de Janeiro.

Esta grande diferença demográfica e econômica tinha seus efeitos reforçados pela separação administrativa da cidade do Rio em relação ao Estado do Rio de Janeiro. Esta cisão foi decretada a partir de 1834, sendo a cidade denominada município neutro até a Proclamação da República, Distrito Federal até a mudança da capital para Brasília e Estado da Guanabara entre 1960 e 1975, quando ocorreu, finalmente, a fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e Estado da Guanabara (atualmente capital fluminense)³.

Portanto, a configuração da região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou uma particularidade específica, sendo composta por municípios pertencentes a duas unidades federativas diferentes. Isto promoveu uma maior disparidade de recursos entre os municípios periféricos e a sua sede, pois a cidade do Rio de Janeiro, além de já concentrar a maior parte dos empregos e da atividade produtiva, concentrava todo o imposto estadual em seu território, sem haver redistribuição dos recursos públicos arrecadados para os demais municípios. A necessidade de investimentos públicos em infraestrutura nos municípios do entorno era ainda mais importante devido ao forte crescimento populacional ocorrido durante a segunda metade do século XX.

Entre 1950 e 1970, segundo os dados da Fundação CEPERJ (2010), a partir dos censos populacionais do IBGE, a maioria dos municípios da região metropolitana mais do que dobrou sua população, com destaque especial para o município de Belford Roxo em que os habitantes foram ampliados em mais de seis vezes no período.

Isto gerou uma acentuada precarização dos municípios do entorno da cidade Rio, configurando um padrão de divisão do trabalho na RMRJ, tal como foi destacado por Mauricio de Abreu:

³ A fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro foi estabelecida pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Nela era estabelecido que a união dos dois estados ocorresse no dia 15 de março de 1975.

“[A região metropolitana possuía] um núcleo bem servido de infraestrutura, onde a ação pública se fazia presente com grande intensidade e onde residiam as classes mais favorecidas, e uma periferia carente dessa mesma infraestrutura, que servia de local de moradia às populações mais pobres, e onde a ação do Estado era praticamente nula.” (ABREU, 2006, p.82)

Ademais, considerando a integração econômica e populacional e a institucionalização da Região Metropolitana (RM), a área metropolitana foi formada desde o século XIX a partir de duas capitais estaduais diferentes, com Niterói exercendo influência na porção leste da baía de Guanabara e o Rio de Janeiro na porção oeste.

Em termos econômicos, a cidade do Rio foi, até o início do século XX, o principal centro produtor do Brasil, com o maior parque industrial e um setor de serviços bastante relevante, tendo em vista o fato de concentrar significativa atividade portuária e sediar a capital política do país. O início da industrialização brasileira se deu no território carioca, com uma indústria voltada para atender a demanda local. Porém, o avanço do complexo cafeeiro no oeste paulista, no qual se concentrou a formação de um mercado de trabalho assalariado (marcado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre) e um complexo regional econômico, permitiu maior dinamismo industrial em São Paulo. Este processo culminou com a hegemonia industrial de São Paulo na economia nacional e superação do parque industrial paulista sobre o fluminense, a partir da década de 1920, conforme os Censos Industriais.

Apesar de o território carioca perder participação industrial frente ao paulista, o primeiro continuou apresentando um dinamismo importante no cenário nacional, conforme apontam OSORIO; VERSIANI:

“[...] apesar da economia da cidade do Rio de Janeiro apresentar, no correr de todo século XX, uma progressiva perda de posição relativa, comparativamente a São Paulo, entre 1920 e 1960, o dinamismo econômico carioca ainda se mantinha próximo ao da média nacional.” (OSORIO; VERSIANI, 2013, p. 189)

Já em relação ao antigo Estado do Rio de Janeiro, este, mesmo possuindo uma importância econômica bastante inferior ao do território carioca, teve na primeira metade do século XX um processo de expansão da sua capacidade produtiva, relativizando as teses de “esvaziamento econômico”⁴. Porém, esse movimento foi bastante vinculado aos projetos de investimentos federais, no contexto da política nacional de substituição de importações, tais como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (1941), e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Duque de Caxias (1942).

O governo do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, promoveu algumas políticas para atração de indústrias para seu território, por meio de incentivos fiscais e oferta de terrenos, tal como apontam ARAUJO; MELO:

“Em 11 de novembro de 1925 foi publicada uma legislação estadual, a Lei 1.991, que concedia benefícios fiscais às duas primeiras empresas que se instalassem no Estado no prazo de quatro anos. Tais benefícios consistiam em isenção de impostos estaduais, e facilidades na desapropriação e aquisição dos terrenos, e eram válidos para os setores de siderurgia, exploração e fabricação de cimento e moagem de trigo”. (ARAUJO; MELO, 2014, p. 69)

Mesmo assim, naquele período, pela ausência de investimentos em infraestrutura no interior fluminense, estas políticas impediram um maior desenvolvimento da estrutura produtiva estadual, conforme apontam os autores supracitados.

A estrutura produtiva da área metropolitana, que fora constituída na primeira metade do século XX, inicia um processo de reconfiguração, por conta da transferência da capital para Brasília, em 1960, levando a uma redução da renda disponível na cidade. Os efeitos da transferência demoraram alguns anos a serem sentidos pelo fato de essa mudança ter ocorrido aos poucos, com diversas instituições federais mantendo suas sedes na cidade do Rio.

⁴ Ver SILVA (2009);

Esta transferência parcimoniosa do poder federal provocou certa ilusão em relação aos seus efeitos sobre a economia local e foi inclusive comemorada em jornais da época por conta da maior autonomia política da cidade. Conforme aponta AMADO (1970 apud OSORIO, 2005):

“Com a autonomia, porém, e levando em conta o seu poderio econômico e financeiro, nada desprezível em escala brasileira, as autoridades locais adquiriram a possibilidade de modificar a tendência dos últimos lustros, relançando a Guanabara na disputa da liderança econômica nacional.” (AMADO, 1970, p.114 apud OSORIO, 2005, p.207)

Segundo OSORIO (2005), esta falta de percepção gerou consequências para o desenvolvimento econômico, pois a cidade do Rio no período entre 1949 e 1961 já não vinha apresentando o mesmo dinamismo do início do século XX. Com um crescimento do produto de 69,42% o Estado da Guanabara teve um desempenho aquém do ocorrido no conjunto do país, de 97,40%, e mais ainda em comparação ao Estado de São Paulo, onde ocorreu um incremento de 126,04%. Ou seja, apesar de ampliar sua economia, o Estado da Guanabara vinha perdendo participação na economia nacional.

Ademais, o antigo estado do Rio de Janeiro vinha apresentando um crescimento próximo ao do Estado de São Paulo, com um incremento de 115,09%. Diante disso, pesquisadores e formuladores de políticas públicas para o Estado da Guanabara supuseram que estava havendo uma transferência das empresas e indústrias da cidade do Rio para seu estado vizinho, como vinha ocorrendo na região metropolitana de São Paulo, com o crescimento da região do ABC paulista⁵.

A partir deste diagnóstico, o governo do Estado da Guanabara promoveu uma política de atração de indústrias, com a criação dos distritos industriais. Dessa iniciativa foram criados os distritos de Fazenda Botafogo, Palmares, Santa Cruz, Paciência e Campo Grande, todos à margem da avenida Brasil. Cabe ressaltar que a plena disponibilidade destes distritos, com a implantação de

⁵ A região do ABC paulista é formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Por conta das iniciais dos nomes dessas três cidades passou a ser chamada de ABC.

infraestrutura adequada, só ocorreu após a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, conforme aponta DAMAS (2008).

Porém, segundo OSORIO (2005) a política de retenção das plantas industriais na cidade do Rio estava equivocada, pois não estava havendo de fato uma transferência das empresas da Guanabara para o antigo Estado do Rio de Janeiro, mas sim um fechamento de empresas na cidade do Rio e a criação de empresas públicas no interior fluminense. Com isso, a política de criação dos distritos industriais acabou fracassando, sendo que, ao fim do governo Lacerda (1965), os distritos industriais possuíam apenas 1% de sua área ocupada.

O período posterior foi marcado por uma consolidação da transferência da capital para Brasília, baixo dinamismo econômico carioca e fluminense, em comparação ao brasileiro, e pela fusão do Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro. A diminuição da renda causada pela transferência da sede nacional e a não substituição desta importante atividade por outra, fizeram com que o dinamismo econômico do ERJ fosse inferior ao do restante do país. Aliado a isto, apesar da fusão dos dois estados, a baixa disponibilidade de recursos públicos disponíveis para investimentos impediu que a importante defasagem de infraestrutura existente entre o território carioca e os municípios do entorno fosse compensada, problema que persiste até os dias atuais.

Com a crise da década de 1980, associada a uma redução dos investimentos e a um déficit de receitas para o setor público, as economias carioca e fluminense apresentaram perdas acentuadas em elos importantes de suas cadeias produtivas locais. Como reflexo, entre 1985 e 2000, o estado do Rio de Janeiro foi a unidade federativa a apresentar a maior perda percentual no número de empregados formais no setor da indústria de transformação. Ademais, considerando todas as atividades, o mercado de trabalho formal apresentou um crescimento insignificante de 1,7%, bastante inferior ao Rio Grande do Sul com 17,6%, o segundo estado que menos cresceu no país nesse período. Esta situação também ocorre quando se compara as capitais dos estados, em que no mesmo período os empregos formais cariocas foram reduzidos em mais de 10%, sendo que a indústria de transformação da cidade do Rio perdeu mais da metade

de sua massa de trabalhadores. Além disso, no período que se estende do início da década de 1980 até a segunda metade dos anos de 1990 houve consenso entre os estudiosos sobre a grave crise que passava a região⁶.

A segunda metade da década de 1990 aponta alguns indícios de reversão, porém sem grande relevância para o conjunto da economia carioca e fluminense⁷, sendo que alguma retomada do crescimento pode ser vista somente a partir da segunda metade da década de 2000.

Tendo como base esse histórico de constituição da base produtiva, é possível caminhar para uma análise reflexiva sobre seu papel na configuração socioespacial fluminense. Dessa forma, é possível afirmar que o setor industrial não assumiu um protagonismo na estruturação do espaço urbano e regional, no sentido de promover um encadeamento inter-setorial, conforme aponta SIQUEIRA (2015). Segundo essa autora, com base em RIBEIRO (1997), além da proximidade e concorrência com o centro hegemônico industrial paulista, a explicação para isto também estaria articulada à

“[...] hegemonia política do “circuito secundário de acumulação urbana”, com o predomínio de grupos sociais com interesses na apropriação de rendas, formados por construtores de obras públicas e concessionários de serviços urbanos, incorporadores imobiliários e proprietários de terra.”
(SIQUEIRA, 2015, p. 84)

Com isso, os interesses econômicos predominantes no Estado do Rio de Janeiro ficaram atrelados à apropriação de rendas e não à promoção de seu parque industrial, gerando uma divisão espacial do trabalho no território fluminense, marcada por fraca articulação inter-setorial e configurando um tecido produtivo e de rede urbana mais densa significativamente concentrado na área metropolitana.

Dessa forma, os surtos de industrialização observados no antigo estado do Rio de Janeiro não engendram mecanismos significativos de articulação inter-

⁶ Como exemplo destes trabalhos pode ser citado o artigo de SULAMIS DAIN denominado “A Crise Econômica: O Rio de Todas as Crises”, publicado em 1990.

⁷ NATAL (2004) é uma das referências de estudos sobre uma controversa inflexão econômica fluminense nos anos 1990. Estudos como os de SOBRAL (2013) apresentaram algumas críticas a essa perspectiva.

setorial (e de “espraiamento produtivo”) no âmbito da área metropolitana que foi se formando por conta da atração populacional e de algumas atividades econômicas e de projetos de investimentos em infraestrutura rodoviária. Tais surtos, em geral, restringiram-se à demanda do mercado local, principalmente da cidade do Rio. São Gonçalo chegou a ser denominado de “*Manchester fluminense*” (*sic*)⁸, em comparação à cidade industrial britânica, por conta do parque industrial localizado nesse município. Estes surtos de industrialização, em geral, não correspondiam ao principal motivo para a ocupação das áreas no entorno da cidade do Rio, que ocorreu por conta da facilidade de acesso, conforme expõe Sobral, com base em DAVIDOVICH (2001):

“Cabe salientar que os vetores de urbanização mais significativos não estiveram voltados para consolidar uma rede urbana que aumentasse a sinergia produtiva da região como um todo, mas construir “pontos de apoio” que sustentassem o poderio econômico do polo metropolitano. Por essa razão, a mancha urbana se restringiu a ocupações bastante concentradas ao redor de grandes eixos viários abertos. Afinal, esses canais de circulação foram implantados para aumentar a acessibilidade ao município do Rio de Janeiro e sua ligação às economias dos estados vizinhos (em especial, rodovias BR-116, BR-040 e BR-101), permanecendo um déficit de malhas secundárias” (SOBRAL, 2013, p. 170).

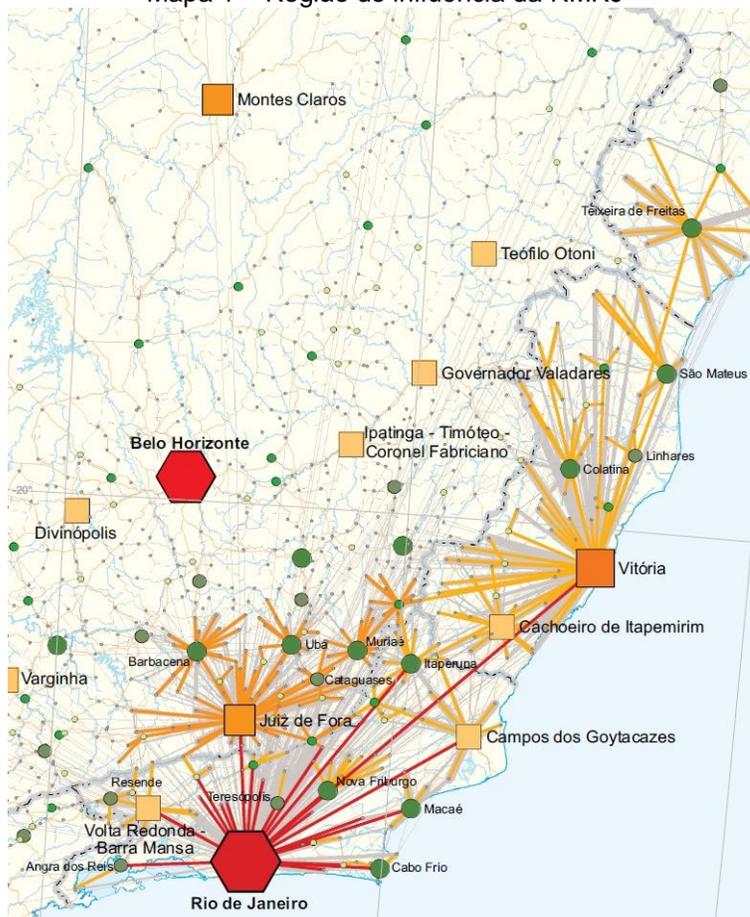
É importante mencionar que alguns investimentos em infraestrutura rodoviária foram realizados como a implantação das rodovias Rio-Santos (BR-101), Rio-Juiz de Fora (BR-040) e Rio-São Paulo (BR-116), o que promoveu uma “configuração espacial em eixo” (DAVIDOVICH, 2001, p. 71 apud SOBRAL, 2013). A rodovia Presidente Dutra (BR-116) representou o “vetor mais importante de aproximação entre Rio de Janeiro e São Paulo, favorecendo o posicionamento do vale médio do Paraíba do Sul como segundo polo industrial do estado” (DAVIDOVICH, 2001, p. 71 apud SOBRAL, 2013).

Apesar desses processos, exceto a cidade do Rio, o restante dos municípios metropolitanos e, inclusive, do interior fluminense não formaram

⁸ Ver ARAUJO; MELO (2014).

centralidades locais/regionais relevantes no ERJ, ao longo de sua trajetória histórica de constituição territorial e de sua área metropolitana. A questão da divisão espacial do trabalho pode ser melhor compreendida, quando se considera a configuração da rede urbana fluminense. No Mapa 1, é possível observar a região de influência da metrópole do Rio de Janeiro. Os núcleos urbanos mais articulados a ela se localizam no Estado do Espírito Santo (Vitória) e de Minas Gerais (Juiz de Fora). Na hinterlândia da rede urbana no território do Estado do Rio de Janeiro, há apenas dois núcleos relevantes articulados, classificados como capitais regionais de “nível C”, Volta Redonda – Barra Mansa e Campos dos Goytacazes.

Mapa 1 – Região de influência da RMRJ



Fonte: IBGE – Regiões de Influência das Cidades (2007)

2.2 A área metropolitana do rio de janeiro como “fato”

Nesta seção busca-se analisar o nível de integração efetiva entre os municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro, não se restringindo apenas a metropolização “institucional” definida pelo governo estadual⁹. Dessa forma, parte-se de um debate estabelecido pelos estudos sobre a questão metropolitana brasileira que destacam a importância da distinção entre metropolização “de fato” e “institucional” ou ainda, entre “metrópoles” e “Região Metropolitana (RM)”. Conforme aponta COSTA:

“[é necessário] se distinguir metrópoles de RMs: se, de um lado, há um processo socioespacial e a conformação de um espaço que é percebido como comum por uma população que compartilha (não de forma homogênea e não sem conflitos) de seus recursos, infraestrutura, serviços e possibilidades; de outro, há uma instituição de ordem jurídico-institucional, baseada em motivações múltiplas – nem sempre explícitas – , que sugere a intenção de tratar, intervir ou gerir esta nova territorialidade, a qual pode ou não, integral ou parcialmente, corresponder a um espaço metropolitano resultante de um processo socioespacial.” (COSTA, 2013, p.324)

Como ressaltado, a definição institucional dos municípios integrantes das RMs, muitas vezes, é motivada por questões diversas àquelas do fenômeno metropolitano, o que faz com que a definição institucional seja bastante volátil no tempo. Entende-se como fenômeno metropolitano, com base em COSTA (2013) e IBGE (2015), um processo socioespacial de intensa urbanização associada a uma forte inter-relação econômica, social e de infraestrutura de municípios fronteiriços, em geral em torno de uma cidade núcleo, em que as fronteiras entre eles não seja percebida pelos habitantes.

No caso específico da RMRJ, observam-se diversas alterações de sua composição municipal ao longo do tempo, sendo que, nos últimos 10 anos, quatro municípios foram incluídos pelo Governo do Estado.

⁹ Em 1974 foi criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir da Lei Complementar Federal nº20/1974, pelo Governo Federal. A partir da Constituição Federal de 1988 a responsabilidade de institucionalização das regiões metropolitanas do país ficou a cargo dos governos estaduais.

Corroborando esta análise está o fato de existirem no Brasil, ao fim de 2016, de acordo com o IBGE, 73 Regiões Metropolitanas e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento/RIDEs¹⁰ institucionalizadas. Caso os critérios adotados na década de 1970 para criar as primeiras RMs brasileiras fossem utilizados, este número seria inferior a 30, segundo COSTA (2013)¹¹.

Como esta dissertação tem por objetivo analisar a dimensão produtiva e ocupacional no âmbito do fenômeno metropolitano do ERJ, foi necessário buscar metodologias que estabelecessem quais municípios efetivamente se integram à dinâmica da metropolização, tal como a de RIBEIRO, L.C.Q.; MOURA, ROSA; DELGADO, P.R; SILVA, E.T. (2012), elaborada pelo Observatório das Metrôpoles/INCT-CNPq . Nesse estudo, foi feito um levantamento dos processos de metropolização dos municípios brasileiros, classificando o nível de integração destes. A análise levou em conta os indicadores de porte populacional, econômico e funcional, grau de urbanização, densidade, ocupação e mobilidade da população dos municípios. A partir disso, foram categorizados os níveis de integração das cidades que compõem esses aglomerados urbanos, sendo do mais alto para o mais baixo: polo, extensão dos polos, muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. A metodologia do trabalho foi aplicada nas 59 áreas que institucionalmente naquela época eram consideradas como RMs, RIDEs e Aglomerados Urbanos (AUs).

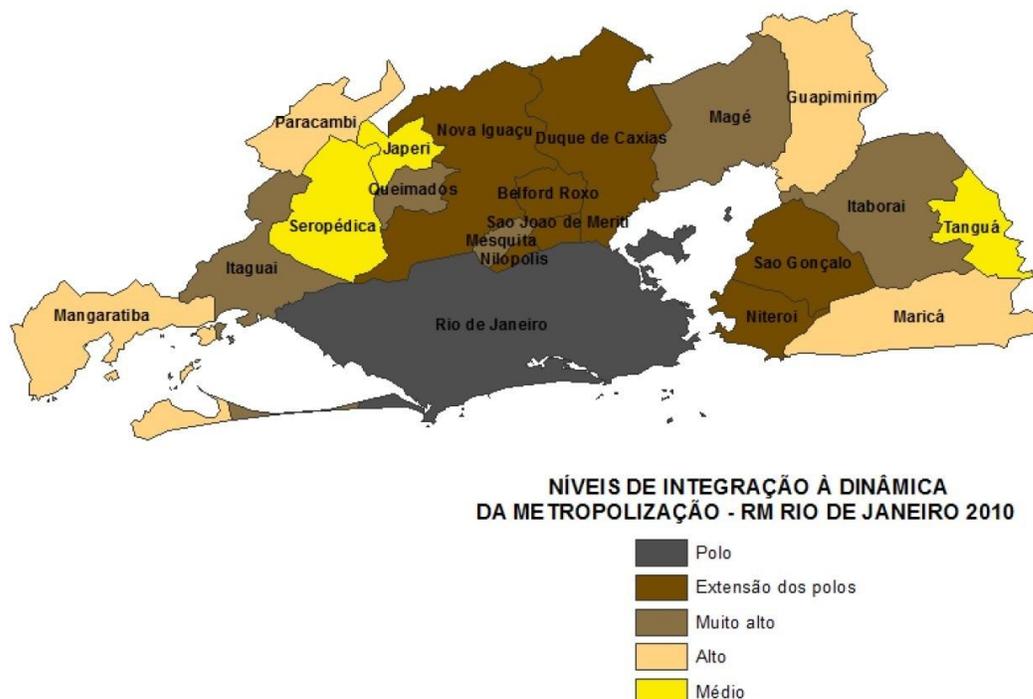
O trabalho do Observatório das Metrôpoles apontou que todos os 20 municípios analisados na região metropolitana do Rio de Janeiro possuíam ao menos um nível de integração de médio para cima. São eles: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. O mapa 2,

¹⁰ Por definição, as Regiões Metropolitanas ocorrem apenas no território de uma única Unidade Federativa. Quando o fenômeno metropolitano extrapola os limites estaduais esta região passa a ser considerada uma RIDE, sendo o caso mais conhecido o do Distrito Federal.

¹¹ Importante mencionar que, tendo em vista a proliferação da criação de várias RMs no Brasil, muitas delas, sem considerar uma definição adequada do fenômeno, foi criado em 2015 o Estatuto das Metrôpoles. A partir dessa lei, para a criação de RMs, os governos estaduais devem se guiar pelos critérios de classificação definidos pelos estudos do IBGE, tais como o REGIC.

produzido pelo Observatório das Metr p les, indica os municípios da RMRJ e o seu nível de integração.

Mapa 2 – Níveis de Integração da RM Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Elaborados por IPARDES; Observatório das Metr p les (2012), com base na Base Cartográfica IBGE (2010)

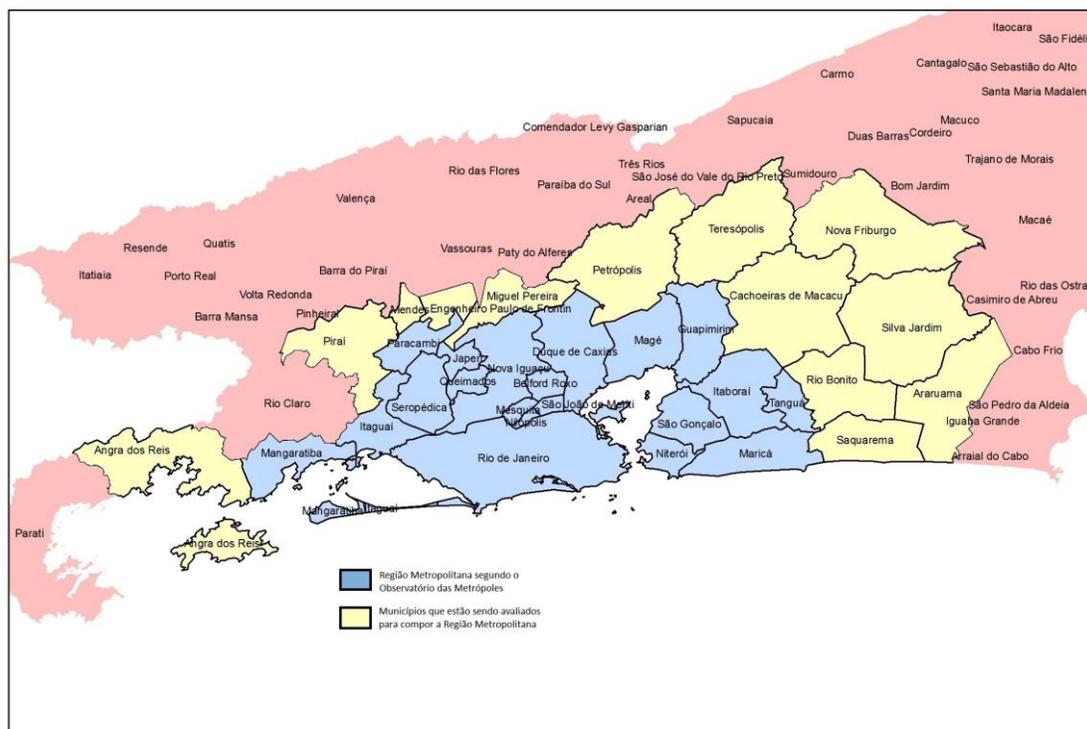
A atual composição legal da RMRJ, definida pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, inclui também os municípios de Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito como integrantes da RM, porém, considera que Mangaratiba não faz parte. Como dito anteriormente, optou-se nessa dissertação por trabalhar com a área onde ocorre o fenômeno metropolitano, tendo como base a sua inter-relação com o restante da área metropolitana, seguindo, em parte, a metodologia do referido estudo do Observatório das Metr p les. Desse modo, como o município de Mangaratiba apresentou um nível de integração alto no estudo, ele será considerado como parte integrante da RMRJ nesta dissertação.

Adicionalmente, o fenômeno da metropolização ocorre, na maioria das vezes, em territórios contínuos, ou seja, em que os municípios integrantes possuem fronteiras territoriais (ou ao menos ligações de transporte, como o caso

de pontes – Rio-Niterói) com o restante da Região Metropolitana. Ou seja, a análise que se pretende fazer nesta seção não irá levar em conta as cidades que não possuem ligação direta com os 20 municípios identificados no estudo previamente citado. Porém, como há a inclusão de dois municípios adicionais na composição metropolitana do Governo do Estado (Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito) serão incluídos também os municípios fronteiriços a estes dois. Isto resulta na análise dos seguintes municípios: Angra dos Reis, Pirai, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Silva Jardim, Araruama e Saquarema. Cabe destacar que o município de Rio Claro, apesar de fazer fronteira com Itaguaí e Mangaratiba, não será avaliado por conta da inexistência de ligação direta por rodovia com algum município metropolitano.

O Mapa 3 mostra os municípios que serão analisados para compor a área metropolitana.

Mapa 3 – Municípios integrantes da RMRJ e os que estão sendo avaliados para compor a RMRJ



Fonte: Elaboração própria.

Estabelecidos quais municípios serão analisados, será feita uma avaliação segundo algumas das dimensões utilizadas pelo Observatório das Metrópoles

para estabelecer o pertencimento à RMRJ, são elas: Grau de urbanização; Mobilidade populacional; e Tipo de ocupação da população. Nos parágrafos seguintes, serão apresentados os dados dos municípios e será feita uma avaliação da correspondência, ou não, dos 13 municípios analisados à área metropolitana do Rio de Janeiro.

Apesar das muitas definições existentes sobre regiões metropolitanas, em geral, há uma convergência que o fenômeno de metropolização é essencialmente urbano. Portanto, o grau de urbanização dos residentes no município é uma variável relevante para analisar o pertencimento ou não a um aglomerado metropolitano. Foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, por ser a última base de informações mais completa que revele as condições de vida, trabalho e rendimento dos residentes dos municípios brasileiros.

Enquanto que, no conjunto do Brasil, 84,4% dos habitantes vive em áreas urbanas, no estado do Rio de Janeiro esta relação se eleva a 96,7%, o que confirma a característica metropolitana do Estado. Entre os 20 municípios identificados pelo Observatório das Metrôpoles como pertencentes à RMRJ, Rio de Janeiro, Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Queimados e São João de Meriti possuem 100% de sua população em áreas urbanas. Já Seropédica é a cidade que apresenta a menor proporção de habitantes urbanos, com 82,2%.

A partir disso, é necessário apontar um requisito mínimo para a inclusão dos municípios como integrantes da RMRJ. Ao se estabelecer um corte de ao menos 80% para a relação entre habitantes urbanos no total de habitantes, além de não estar sendo feita uma análise restritiva, faz com que os seguintes municípios não atendam o critério para compor a área metropolitana: Engenheiro Paulo de Frontin (71,9%); Rio Bonito (74,3%); Silva Jardim (75,5%); e Piraí (79,2%), ou seja, 9 municípios analisados atenderam ao critério de proporção de população urbana.

Além de possuir uma importante concentração de população urbana para caracterizar uma região metropolitana, há a necessidade de ocorrerem inter-relações entre os municípios que a compõe, conforme aponta o IBGE (2015): “[As regiões metropolitanas] tem alta capacidade polarizadora, atraindo a população dispersa no território para si, para o consumo destes bens e serviços”¹².

Nesse sentido, o deslocamento diário de pessoas, seja por motivo de trabalho ou educação, é um indicador de interação dos municípios metropolitanos. Como as relações entre os diferentes municípios nas regiões metropolitanas são complexas, optou-se por comparar o total da população ocupada dos municípios com o somatório das pessoas que se deslocam do município com destino para algum município da RMRJ e daquelas que se destinam ao município tendo como origem algum município metropolitano. Conforme a seguir:

$$\frac{DeslocX + DeslocY}{TotOcup} * 100$$

DeslocX= Pessoas que se deslocam do município para outros municípios da RMRJ

DeslocY= Pessoas dos municípios da RMRJ que se deslocam para o município

TotOcup= Total da população ocupada no município

A partir dos dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2010, observou-se que nos municípios da RMRJ esse percentual era de ao menos 40% em todos os casos, chegando a mais de 100% no caso de Niterói. Dessa forma, o número de pessoas que saem do município com destino a RMRJ e daqueles que se destinam ao município tendo como origem outro município da RMRJ, supera o total de pessoas ocupadas residentes no município. A única exceção é a cidade do Rio, que por ser o polo da metrópole, a principal cidade da região e possuir uma população significativamente mais numerosa que os demais municípios, concentra boa parte dos empregos, e possui um percentual de deslocamentos metropolitanos (chegadas e saídas) em relação ao total de ocupados de 25,11%.

Já nos municípios que estão sendo considerados, o que apresenta a maior relação de deslocamentos com os municípios da RMRJ (chegadas e saídas) é Rio Bonito, com um fluxo de trabalho/educação de apenas 26,86% do total da sua

¹² Informação obtida no site do IBGE, na seção “O que é uma região metropolitana?” que pode ser acessada através do link:

http://saladeimprensa.ibge.gov.br/images/pdf/saladeimprensa/guia_das_atividades_de_geociencias.pdf

população ocupada, consideravelmente mais baixo do que o existente na RMRJ previamente definida. Ademais, os municípios de Araruama, Nova Friburgo, Petrópolis, Piraí e Teresópolis possuem menos de 10% de deslocamentos para os municípios metropolitanos. Ou seja, a inter-relação de habitantes-ocupados destes municípios é baixa em relação à RMRJ. Isto faz com que nenhum dos municípios considerados se enquadre neste quesito.

Ainda no quesito de deslocamentos, foi analisado também o percentual dos residentes que se deslocam diariamente para trabalho ou estudo em direção aos 20 municípios da RMRJ, de acordo com estudo do Observatório das Metrôpoles. Nessa variável percebe-se que na maior parte dos municípios, já definidos como efetivamente metropolitanos, esse percentual supera 90%, sendo que Tanguá apresenta a menor relação, com 68,99% dos deslocamentos dos residentes tendo como destino a RMRJ. Considerando dentre os 13 municípios analisados, apenas aqueles que possuem um percentual superior ao de Tanguá, encontramos os municípios Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Teresópolis e Petrópolis, porém todos com menos de 90%.

Por último, conforme apontou o estudo do Observatório das Metrôpoles, a relação de pessoas ocupadas em atividades não vinculadas à agropecuária em relação ao total de ocupados no município é uma variável relevante para a definição de uma região metropolitana. Enquanto que nos municípios da RMRJ essa relação era de 99,4%, sendo Tanguá aquele que apresentava a menor relação, com 92,0% dos ocupados em atividades não agrícolas, nos 13 municípios analisados, quatro deles não possuíam uma relação superior a esta. Além disso, outros 5 municípios possuem uma relação inferior de ocupados em atividades não agrícolas do que o segundo município da RMRJ com menor relação.

Na tabela 1, podem ser observados os dados agregados utilizados até aqui para a análise. Nela, estão os quatro indicadores previamente analisados. As informações destacadas demonstram o não enquadramento dos municípios nos critérios para serem considerados como metropolitanos. Como nenhum dos 13 municípios analisados alcançou o índice mínimo nos quatro indicadores, optou-se por aceitar que o município não alcançasse um indicador.

Com estes critérios definidos, o único município analisado que alcançou o mínimo estabelecido em ao menos 3 indicadores foi Petrópolis, que, apesar de não apresentar uma relação importante de deslocamentos totais (chegadas e saídas) em relação ao total da população ocupada, apresentou indicadores que caracterizaram o município como pertencente a área metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Informações de características e deslocamentos dos residentes dos 13 municípios analisados para compor a área metropolitana do Rio de Janeiro.

Municípios	Peso da população Urbana	Peso do total dos deslocamentos no total da ocupação	Peso dos deslocamentos dos residentes no município com destino aos municípios da RMRJ	Peso dos trabalhadores não agropecuários
Angra dos Reis	96,33	10,50	59,35	97,78
Araruama	95,07	9,63	41,50	95,93
Cachoeiras de Macacu	86,50	17,38	74,13	87,49
Engenheiro Paulo de Frontin	71,94	25,31	41,25	93,53
Mendes	98,70	13,48	32,30	97,49
Miguel Pereira	87,25	16,58	45,43	93,55
Nova Friburgo	87,53	3,36	55,53	93,91
Petrópolis	95,06	8,44	85,88	98,27
Piraí	79,18	6,59	12,99	90,50
Rio Bonito	74,27	26,86	73,99	94,66
Saquarema	94,91	11,16	54,53	95,42
Silva Jardim	75,51	10,32	25,39	80,94
Teresópolis	89,29	6,81	75,13	90,27
RMRJ Observatório das Metrópoles	99,47	42,31	96,50	99,40
Periferia RMRJ*	98,87	63,47	97,48	99,05

Fonte: Censo Demográfico de 2010/IBGE

*A periferia RMRJ corresponde aos municípios da RMRJ definidos pelo Observatório das Metrópoles com exceção da cidade do Rio de Janeiro.

Com isso, a área metropolitana estudada nesta dissertação é composta por 21 municípios, incluindo o município núcleo, os 19 da periferia analisados pelo Observatório das Metrópoles e o município de Petrópolis¹³. O Mapa 4 apresenta os municípios a serem analisados.

¹³ Cabe ressaltar que quando da criação da região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1975, Petrópolis era um dos municípios integrantes da RMRJ, tendo sido excluído em 1990. Vale também dizer que em 2012 foi apresentado um projeto na ALERJ para que Petrópolis voltasse a ser considerado dentro da região metropolitana, porém este projeto foi interrompido. Mas isso indica o fato de que a inclusão deste município na área metropolitana a ser estudada nesta dissertação não está em total desacordo com a dinâmica regional.

3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo são analisadas algumas características socioeconômicas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, cabe ressaltar a grande desigualdade socioeconômica intrametropolitana, refletindo-se nas condições de vida da população e em sua estrutura produtiva e ocupacional.

A região metropolitana do Rio de Janeiro possui importância crucial no território fluminense. Com cerca de 12,5 milhões de habitantes, esta área é responsável por mais de $\frac{3}{4}$ da população estadual, segundo as estimativas populacionais do IBGE para 2016. Em termos intrametropolitanos, observa-se que pouco mais da metade (52%) da população se concentra no município núcleo (Rio de Janeiro) e o restante se distribui nos demais 20 municípios.

O PIB da região, também segundo o mesmo instituto, foi de mais de R\$ 450 bilhões em 2014, o que corresponde a aproximadamente 67% do PIB estadual. Do ponto de vista do emprego formal, em 2015 observou-se que os quase 3,5 milhões de postos de trabalho na RMRJ representam cerca de 78% dos empregos formais do ERJ. Ou seja, do ponto de vista econômico e social, a região tem uma grande concentração da produção e do emprego estadual, o que faz do ERJ uma das Unidades Federativas com maior concentração metropolitana no Brasil. O mesmo se repete em termos intrametropolitanos com o município-polo concentrando 66% do PIB e 72% das ocupações. Dessa forma, tal como discutido no item anterior, configurando um padrão histórico de divisão espacial do trabalho em que as relações centro-periferia metropolitana expressam, em geral, baixíssima densidade produtiva e de estrutura urbana nos municípios fora do núcleo metropolitano.

Alguns autores questionam/relativizam esse padrão de divisão “*centro-periferia*” na RMRJ, por considerarem que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na estrutura urbana dos municípios fora do núcleo metropolitano fizeram com que esses deixassem de ser “apenas dormitórios” e passassem a ter uma dinâmica econômica mais virtuosa. Dentre as principais referências, podemos

citar LAGO (2010) que, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, chegou à conclusão de que a periferia metropolitana estaria deixando de ser dormitório para se tornar uma “cidade plena”. Um dos principais argumentos utilizados por essa autora é que, no conjunto da periferia metropolitana, diversos municípios passaram, entre 1980 e 2000, a manter uma maior parcela de sua população trabalhadora ocupada no próprio município.

No entanto, ao analisar os dados mais recentes, a partir do Censo Demográfico de 2010, percebe-se que na maioria dos municípios fora do núcleo metropolitano houve uma estagnação, e inclusive regressão, desse processo destacado por LAGO (2000). Ou seja, mais pessoas passaram a trabalhar fora dos seus municípios ao comparar os censos de 2000 e 2010. Uma possível explicação para tal fato é a retomada do crescimento econômico que ocorreu na década de 2000, ampliando os empregos formais no núcleo metropolitano. Além disso, o aumento da renda média da população pode ter colaborado com a redução da imobilidade urbana (pessoas constringidas a se deslocar por falta de recursos).

Entretanto, cabe também destacar que a abordagem da dissertação centra-se em categorias econômicas (estruturas produtiva e ocupacional) e não na discussão da categoria sociológica “periferia” e seus múltiplos significados. Embora tal dimensão seja relevante para a multidimensionalidade do desenvolvimento socioespacial desigual metropolitano, o foco da dissertação é o das relações socioeconômicas.

Nesse sentido, é importante considerar que o conjunto tratado como “periferia metropolitana” da RMRJ não é um todo homogêneo e seus municípios apresentam disparidades consideráveis.

Em um primeiro momento pode ser destacado o município de Niterói, que possui uma infraestrutura relativamente melhor do que os demais municípios da periferia pela sua condição de capital do antigo Estado do Rio de Janeiro e pela alta renda disponível dos niteroienses, o que faz diversos autores compreenderem esta cidade como sendo integrante do núcleo metropolitano, tais como Maurício

de Abreu em seu livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (2006). Além disso, Niterói exerce grande influência na sub-região denominada Leste Metropolitano, que corresponde aos municípios situados na porção leste da baía de Guanabara. Mesmo que este município não seja o mais populoso da região, tendo inclusive menos da metade dos habitantes de São Gonçalo, por ter sido a sede do setor público estadual do antigo estado do Rio de Janeiro até 1974, Niterói desenvolveu um mercado de trabalho mais robusto do que os demais municípios circundantes, muito calcado no setor de serviços que atendia a renda gerada pelo setor público, além da presença da Universidade Federal Fluminense a partir de 1960¹⁴.

Decorridos mais de 40 anos desde a mudança da capital do estado, Niterói ainda é o município que apresenta a maior diversificação econômica do Leste Metropolitano, com o maior PIB e empregos formais da sub-região. Porém, como esta cidade possui apenas 4% da população e cerca de 5% do PIB e do emprego metropolitano não se observa grande influência sobre o conjunto da RMRJ e, por conta disso, será também tratada como periferia.

Além do Leste Metropolitano, outra sub-região é a da Baixada Fluminense, que por conta da sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, teve sua evolução urbana e socioeconômica bastante vinculada ao núcleo metropolitano, com ocupações densas próximas à fronteira com a capital fluminense, ou junto às estações de trem, e atividades econômicas voltadas para atender à demanda da cidade do Rio e a população local.

A periferia metropolitana como um todo possui quase metade (48%) da população da RMRJ, mas apresenta um PIB correspondente a 1/3 do total metropolitano (33,5%) e apenas pouco mais de 1/4 dos empregos formais metropolitanos (27,8%). Tais dados ilustram o perfil periférico dos municípios fora do núcleo metropolitano. Ao comparar a concentração do PIB no núcleo da área metropolitana fluminense com os 10 maiores aglomerados urbanos do país,

¹⁴ A maior influência da cidade do Rio na dinâmica socioeconômica do Leste Metropolitano ocorreu após a construção da Ponte Rio-Niterói, em 1974, pois possibilitou uma ligação rodoviária direta entre a região e o núcleo metropolitano. Esta ligação gerou diversos impactos nos municípios da região, em geral promovendo uma ocupação residencial e uma desindustrialização, conforme pode ser visto em ARAUJO; MELO (2014).

segundo o PIB de 2014 medido pelo IBGE¹⁵, observa-se que, salvo o caso de Brasília em que a periferia da RIDE representa apenas 8,5% do Produto Interno Bruto do conjunto da região, a RMRJ é aquela que apresenta a maior concentração em sua capital, com 66,5%. A região metropolitana de São Paulo é a terceira com maior concentração, 61,4%.

É válido questionar o fato de que as duas regiões brasileiras mais concentradas em seu núcleo correspondem a atual capital e sua antecessora. Não se pode determinar uma explicação única, porém a maior primazia dos setores de comércio e serviços nessas regiões certamente é um fator relevante para tal fenômeno.

De fato, diversos autores¹⁶ apontam que o predomínio do capital mercantil aliado ao fato de possuir um “*relevante componente autônomo de demanda*” (setor público federal) fez com que a cidade do Rio desenvolvesse uma estrutura produtiva voltada para atender à demanda local, principalmente de comércio e serviços, além de algumas plantas industriais de bens de consumo não duráveis (alimentos e têxtil). Ademais, o fato de haver duas Unidades Federativas no espaço metropolitano caracterizou, historicamente, uma fraca articulação intrametropolitana, com uma precária divisão espacial do trabalho e uma infraestrutura bastante desigual entre centro-periferia, tal como discutido anteriormente.

Cabe ressaltar que internamente ao próprio município do Rio de Janeiro há diversas áreas com importantes insuficiências de infraestrutura. Isso pode ser visto pela taxa de atendimento da população com esgotamento sanitário¹⁷, em que, mesmo com maior capacidade de investimentos e maior disponibilidade de receitas públicas, apenas 83% dos habitantes da cidade tem esta necessidade

¹⁵ Cabe destacar que, pela metodologia utilizada pelo IBGE para o PIB municipal, é realizada uma estimativa do rateio do PIB estadual segundo diversos critérios (que estão relacionados no Relatório Metodológico da pesquisa) para cada um dos municípios. Ou seja, pode haver sub ou sobre avaliações do peso de alguns municípios.

¹⁶ RIBEIRO (1997), LESSA (2000), DAVIDOVICH (2010), SOBRAL (2013) e SIQUEIRA (2015).

¹⁷ Os dados aqui utilizados foram obtidos junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que é um sistema vinculado ao Ministério das Cidades que reúne as informações de fornecimento de água, esgoto e manejo de resíduos sólidos urbanos (coleta e tratamento do lixo). Os dados são obtidos anualmente junto aos prestadores de serviços.

básica atendida. Isto corresponde a mais de 1 milhão de pessoas sem esgoto apenas no núcleo metropolitano. Já no conjunto da periferia, o percentual de pessoas atendidas não alcança metade da população local, apesar de algumas exceções, como Nilópolis, Niterói e Petrópolis, onde mais de 80% dos habitantes possuem coleta de esgoto em suas residências, superior, inclusive, ao que ocorre na cidade do Rio.

Por outro lado, municípios como Guapimirim e Japeri não possuem serviço de esgotamento sanitário e outros como Maricá e Mangaratiba têm menos de 20% de suas populações atendidas. Dentre outras questões, a falta deste serviço encarece o custo da saúde no município, gerando uma maior incidência de enfermidades vinculadas à insuficiência de saneamento básico, além de gerar um impacto ambiental negativo (sobretudo, considerando que estes são municípios litorâneos). Mais ainda, existem 6 cidades na periferia da RMRJ que não fornecem água encanada para mais de ¼ dos seus residentes, são elas Guapimirim (32,34%), Japeri (26,55%), Paracambi (27,21%), Seropédica (29,86%), Tanguá (32,84%) e Maricá, que apresenta o pior percentual, com 43,02% dos seus moradores sem água tratada. Como comparação, na cidade do Rio este percentual é próximo de 98%.

Tais desigualdades podem ser melhor avaliadas quando se considera o porte dos municípios que compõem a RMRJ. Dentre os 21 municípios da RMRJ, apenas cinco possuem menos de 100 mil habitantes. Este é um número baixo se observarmos o que ocorre na RMSP, onde dentre os 39 municípios, 14 possuem uma população inferior a esta, e ainda mais ao comparar com a RMBH, em que 26 municípios entre os 34 correspondem a tal critério. Além disso, sem considerar a cidade do Rio com seus mais de 6 milhões de habitantes, é relevante a população de São Gonçalo, com 1 milhão de pessoas, Duque de Caxias, com 886 mil, e Nova Iguaçu, com 797 mil. Outros municípios relevantes demograficamente são Belford Roxo, Niterói e São João de Meriti, com pouco menos de 500 mil habitantes.

Conforme observado, a área metropolitana do Rio de Janeiro é marcada por fortes desigualdades internas, apresentando uma grande concentração das

atividades produtivas e de infraestrutura em seu núcleo e graves insuficiências na periferia metropolitana. Cabe ressaltar que esse quadro não é homogêneo em todo o território, contendo áreas relativamente mais bem estruturadas na periferia e áreas com enormes deficiências no núcleo metropolitano, porém, não alterando o padrão estrutural centro-periferia.

É importante destacar também a forte segregação socioespacial existente no conjunto da RMRJ, que vem sendo reforçada nos últimos anos, conforme apontam RIBEIRO; RIBEIRO (2015). Segundo os autores, a periferia metropolitana vem adquirindo perfil cada vez mais “*popular*”,

“[...] tanto em função da redução da importância do operariado industrial na estrutura social dessa metrópole quanto de perda de importância dos agricultores, tornando-se, cada vez mais, espaços polarizados em relação aos espaços de tipo superior da metrópole[...]”. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2015, p. 185).

Porém, a segregação socioespacial também ocorre em níveis microterritoriais, conforme apresentam os autores, a separação favela/não-favela representa uma enorme desigualdade, que são ainda mais marcantes quando ocorrem nos territórios de tipo superior¹⁸.

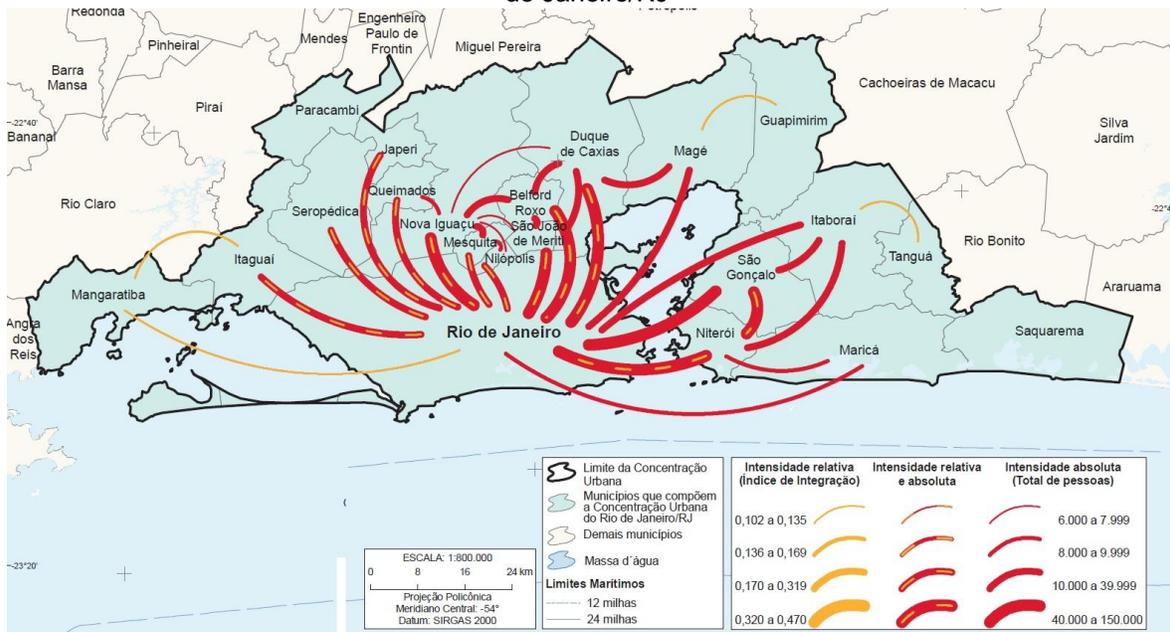
Na primeira década do século XXI, além do aumento do percentual de trabalhadores e estudantes que se deslocam para outros municípios, a cidade do Rio de Janeiro manteve-se como o principal destino dos deslocamentos por motivo de trabalho e estudo na periferia metropolitana. Os dados do Censo de 2010 apontam que mais de 60% das pessoas da periferia da RMRJ que se deslocam diariamente entre diferentes municípios tem como destino o núcleo metropolitano. Ainda que este número seja inferior à concentração observada em termos do emprego formal, de mais de 70% localizados no município sede, ele indica que, mesmo levando em conta as atividades informais, a cidade do Rio de Janeiro ainda possui grande parcela dos empregos da área metropolitana.

¹⁸ Segundo os autores, o tipo superior é o tipo socioespacial que assume a posição mais elevada na hierarquia socioespacial. Ele se caracteriza por concentrar relativamente as pessoas que ocupam posição mais elevada na estrutura social.

Depois da CRJ, o segundo município que possui o maior número de deslocamentos diários na região é Niterói, com 14,22% dos “viajantes”¹⁹ metropolitanos. Em terceiro, aparece Duque de Caxias, com 6,49%, e os demais municípios apresentam menos de 5% das viagens.

É importante ressaltar ainda que a cidade do Rio de Janeiro é o principal destino dos deslocamentos diários de 17 dos 20 municípios da periferia RMRJ, já Niterói, que ainda exerce certa influência sobre a porção leste da metrópole carioca, conforme apontado anteriormente, é o principal destino dos deslocamentos diários dos municípios de São Gonçalo (56,89%) e Itaboraí (36,36%) e possuindo importante parcela das viagens originadas de Maricá (37,94%) e Tanguá (16,42%). Isto indica a importância de Niterói na atração de uma importante parcela dos trabalhadores dos municípios vizinhos por conta da maior disponibilidade de empregos com salários mais altos, ou seja, o município ainda mantém certo protagonismo na estrutura socioeconômica da denominada sub-região do Leste Metropolitano. O Mapa 5 traz os principais fluxos de deslocamento na RMRJ, segundo a definição do IBGE.

Mapa 5 – Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana de Rio de Janeiro/RJ



Fonte: IBGE - Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil

¹⁹ Tradução do termo “commuter” utilizado nos estudos das metrópoles norte-americanas.

Já ao analisar os municípios de origem dos deslocamentos diários por motivo de trabalho e educação, observa-se que os habitantes do Rio de Janeiro, apesar de serem mais da metade da população da região, são responsáveis por menos de 6% das viagens intermunicipais da RMRJ. Em contrapartida, o município de São Gonçalo é aquele que mais contribui com deslocamentos, com 17,43% do total de deslocamentos existentes, seguido pelos municípios de Nova Iguaçu (12,41%), Duque de Caxias (10,56%), Belford Roxo (10,41%) e São João de Meriti (10,13%). Estas cidades também são aquelas que possuem as maiores populações da periferia metropolitana.

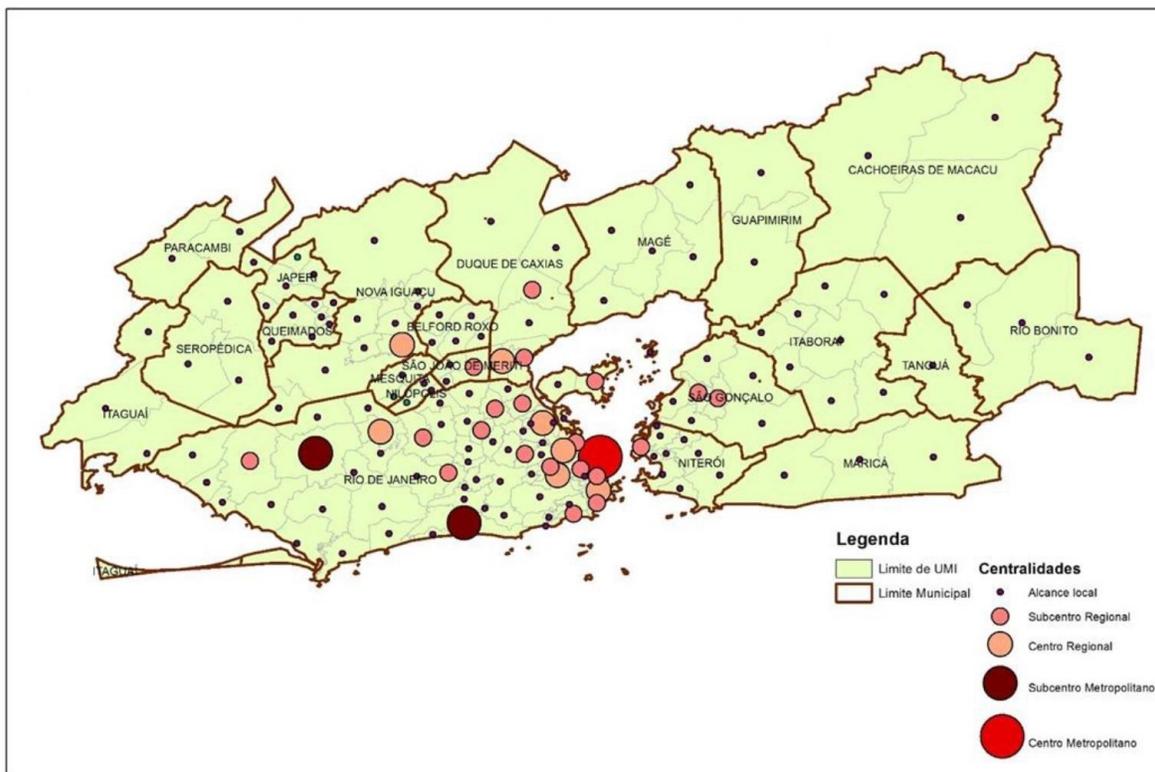
Como exceção destaca-se o município de Niterói, que por ter uma economia um pouco mais relevante (segundo município da RMRJ em termos de empregos formais) acaba retendo mais sua população no município (69% dos ocupados ficam no próprio município, enquanto que no conjunto da periferia metropolitana esse percentual é de 62%).

Esta forte concentração dos destinos de viagens na cidade do Rio fazem com que os deslocamentos no conjunto da RMRJ sejam cada vez mais demorados, pressionando fortemente o sistema de transportes e circulação urbana. De acordo com o Censo de 2010, a RMRJ possuía um percentual de trabalhadores que levavam mais de uma hora para chegar ao trabalho, próximo ao encontrado na RMSP (28,23% na metrópole fluminense e 28,56% na paulista). Porém, na comparação entre o conjunto das periferias dessas duas regiões, o percentual de trabalhadores nessa condição era consideravelmente inferior na área paulista, com 25,50% se deslocando por mais de 1 hora, contra um percentual de 31,3% na periferia fluminense.

A concentração no núcleo metropolitano também pode ser confirmada através do estudo Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (OSORIO; SA REGO; EGLER; CAMPOS, 2017), que hierarquizou os diferentes espaços da região segundo sua importância do ponto de vista do número de empregos e estabelecimentos formais, de matrículas em escolas (ensino fundamental e médio) e diversidade de empresas. A partir deste estudo, foram

selecionadas as 30 áreas de maior relevância na RMRJ , o que pode ser visto pelo mapa 6 abaixo.

Mapa 6 – Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: OSORIO; SA REGO; EGLER; CAMPOS, 2017

Entre as 30 centralidades, 22 se localizam no núcleo metropolitano, sendo que nos demais 20 municípios da periferia, apenas Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo e São João de Meriti possuíam centralidades. Inclusive, o trabalho subdivide essas centralidades de acordo com quatro categorias, da mais alta para a mais baixa: Centro Metropolitano, Subcentro Metropolitano, Centro Regional e Subcentro Regional. O entorno metropolitano só possui centros ou subcentros regionais, ficando as duas categorias mais elevadas concentradas na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda comparando o cenário existente na RMRJ com outras regiões metropolitanas brasileiras, percebe-se que, apesar da importância econômica da região, os indicadores sobre condições de infraestrutura e de qualidade de vida da população são muito baixos na metrópole fluminense. Isto pode ser visto a partir do IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), elaborado pelo Observatório das

Metrópoles, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, que avalia as 15 principais metrópoles brasileiras e seus 289 municípios em cinco dimensões diferentes²⁰. Cabe destacar que o índice não inclui o município de Petrópolis como componente da RMRJ, porém, os demais 20 municípios trabalhados nesta dissertação foram avaliados pelo IBEU.

Entre as 15 regiões metropolitanas/RIDE analisadas pelo IBEU a RMRJ ficou na 12º posição. As demais RMs da região Sudeste (Campinas, Grande Vitória, Belo Horizonte e São Paulo) ficaram, respectivamente, na 1º, 6º, 7º e 8º posição, o que demonstra que, de acordo com este índice, o bem estar urbano da metrópole fluminense se encontra em nível relativamente inferior aos das demais RMs do Sudeste. A pior variável da RMRJ foi a dimensão de Mobilidade Urbana, ficando em último lugar entre as 15 áreas analisadas. Porém, mesmo levando em consideração a melhor variável em que a metrópole fluminense aparece, a dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos, ela se encontra apenas na 8º posição entre as RMs do índice, ou seja, na metade inferior do ranking. Estes resultados tão negativos refletem a carência de infraestrutura existente principalmente na periferia da RMRJ, além de uma estrutura produtiva pouco densa no entorno metropolitano. Tais características obrigam uma parcela importante dos trabalhadores a se deslocarem diariamente para o núcleo metropolitano.

Do ponto de vista dos 289 municípios que foram avaliados no IBEU, Niterói é o município da RMRJ melhor posicionado no índice geral de bem-estar urbano, na 49º posição, seguido pela cidade do Rio, na 78º posição, Nilópolis, na 87º, e Paracambi, na 91º. Mesmo os municípios fluminenses melhor avaliados não se encontram nas primeiras posições do ranking, sendo que entre os 20 municípios da RMRJ avaliados, 16 encontram-se na metade inferior do ranking da pesquisa, tendo Japeri na antepenúltima posição do ranking geral.

Já em relação à remuneração média das pessoas com 10 anos ou mais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, verifica-se que houve um incremento,

²⁰ Para mais informações sobre este índice, acessar o portal do IBEU: <http://ibeu.observatoriodasmetropoles.net/>.

entre 2001 e 2015, de 27,4% em termos reais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Este crescimento foi superior ao do verificado na RMSP, com 20,3%. Inclusive, o aumento da RMRJ chegou a 35,1% no período entre 2001 e 2014, porém o rendimento da população se reduziu por conta da crise.

Nos dados sociais verifica-se que a metrópole fluminense também não apresenta um desempenho positivo, principalmente na educação pública, tendo como referencia o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ministério da Educação²¹. O objetivo estabelecido para a média das notas obtidas no conjunto do país é de 6 até o ano de 2022, o que corresponde ao índice médio dos países desenvolvidos. Em relação aos dados de 2015, último ano disponível, para os anos iniciais do ensino fundamental (entre o 1º e 5º ano) das escolas públicas a cidade do Rio foi a que conquistou a melhor nota, com 5,6, entre todos os municípios da RMRJ. Na outra ponta, Belford Roxo foi o município com o segundo pior índice do estado do Rio de Janeiro, com 4,1, o que faz desta cidade também a segunda pior da região Sudeste, comparando os 1607 municípios da região que foram avaliados. Além disso, o Ministério da Educação definiu metas para a evolução das notas para cada ano, sendo que para 2015 apenas 6 dos 21 municípios da RMRJ atingiram o objetivo estabelecido.

Ao avaliar o desempenho dos municípios da região metropolitana fluminense em comparação com as RMs de São Paulo e de Belo Horizonte ainda através do IDEB de 2015 para os anos iniciais do ensino fundamental, observa-se que todos os municípios da RMRJ se encontram entre os últimos colocados, como pode ser visto na tabela 2 abaixo. A cidade do Rio, que possui a melhor nota na RMRJ, está apenas na 64ª posição entre os 93 municípios avaliados nas três RMs.

²¹ O Ideb é um índice criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2007, para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Ele é calculado a partir de dois componentes, são eles: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

Tabela 2 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas, em 2015

#	Municípios	RMs	IDEB	#	Municípios	RMs	IDEB
1	Florestal	RMBH	7,3	48	Contagem	RMBH	5,9
2	São Caetano do Sul	RMSP	7,2	49	Itapeverica da Serra	RMSP	5,8
3	Itaguara	RMBH	6,9	50	Cajamar	RMSP	5,8
4	Baldim	RMBH	6,9	51	Itapevi	RMSP	5,8
5	São Bernardo do Campo	RMSP	6,8	52	São Joaquim de Bicas	RMBH	5,8
6	Sarzedo	RMBH	6,7	53	Ibirité	RMBH	5,8
7	Guararema	RMSP	6,6	54	Raposos	RMBH	5,7
8	Brumadinho	RMBH	6,5	55	Santa Luzia	RMBH	5,7
9	Ribeirão Pires	RMSP	6,5	56	Capim Branco	RMBH	5,7
10	Diadema	RMSP	6,5	57	Franco da Rocha	RMSP	5,7
11	Mauá	RMSP	6,5	58	Santana de Parnaíba	RMSP	5,7
12	Santo André	RMSP	6,4	59	Sabará	RMBH	5,7
13	Taboão da Serra	RMSP	6,4	60	Ribeirão das Neves	RMBH	5,7
14	Nova Lima	RMBH	6,4	61	Cotia	RMSP	5,7
15	Juatuba	RMBH	6,4	62	Biritiba-Mirim	RMSP	5,7
16	Itatiaiuçu	RMBH	6,4	63	São José da Lapa	RMBH	5,6
17	Salesópolis	RMSP	6,4	64	Rio de Janeiro	RMRJ	5,6
18	Matozinhos	RMBH	6,3	65	Vespasiano	RMBH	5,6
19	Mogi das Cruzes	RMSP	6,3	66	Mário Campos	RMBH	5,6
20	Lagoa Santa	RMBH	6,3	67	Francisco Morato	RMSP	5,5
21	Barueri	RMSP	6,3	68	Jandira	RMSP	5,5
22	Caieiras	RMSP	6,2	69	Petrópolis	RMRJ	5,5
23	Poá	RMSP	6,2	70	Esmeraldas	RMBH	5,5
24	Belo Horizonte	RMBH	6,2	71	Jaboticatubas	RMBH	5,4
25	Rio Grande da Serra	RMSP	6,2	72	Itaquaquecetuba	RMSP	5,4
26	Embu-Guaçu	RMSP	6,2	73	Paracambi	RMRJ	5,3
27	São Lourenço da Serra	RMSP	6,2	74	Mangaratiba	RMRJ	5,3
28	Caeté	RMBH	6,2	75	Taquaraçu de Minas	RMBH	5,3
29	Pedro Leopoldo	RMBH	6,2	76	Niterói	RMRJ	5,1
30	Guarulhos	RMSP	6,2	77	Guapimirim	RMRJ	5,1
31	Embu das Artes	RMSP	6,2	78	Pirapora do Bom Jesus	RMSP	5,0
32	Igarapé	RMBH	6,1	79	Mesquita	RMRJ	4,9
33	São Paulo	RMSP	6,1	80	Maricá	RMRJ	4,9
34	Mateus Leme	RMBH	6,0	81	Tanguá	RMRJ	4,7
35	Suzano	RMSP	6,0	82	Nova Iguaçu	RMRJ	4,7
36	Vargem Grande Paulista	RMSP	6,0	83	Itaguaí	RMRJ	4,6
37	Rio Acima	RMBH	6,0	84	Itaboraí	RMRJ	4,6
38	Santa Isabel	RMSP	6,0	85	Nilópolis	RMRJ	4,6
39	Arujá	RMSP	6,0	86	Duque de Caxias	RMRJ	4,5
40	Confins	RMBH	6,0	87	Seropédica	RMRJ	4,5
41	Betim	RMBH	6,0	88	Magé	RMRJ	4,5
42	Carapicuíba	RMSP	5,9	89	São João de Meriti	RMRJ	4,5
43	Juquitiba	RMSP	5,9	90	Japeri	RMRJ	4,4
44	Mairiporã	RMSP	5,9	91	Queimados	RMRJ	4,4
45	Ferraz de Vasconcelos	RMSP	5,9	92	São Gonçalo	RMRJ	4,3
46	Nova União	RMBH	5,9	93	Belford Roxo	RMRJ	4,1
47	Osasco	RMSP	5,9	-	Rio Manso	RMBH	-

Fonte: INEP/MEC

A situação não se altera muito quando são avaliadas as notas obtidas pelos municípios da metrópole fluminense no IDEB, se forem considerados os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), onde, em geral, a situação é também bastante precária. Em relação à meta projetada para 2015, dentre os municípios da RMRJ, apenas Nilópolis conseguiu ao menos igualar a meta, enquanto as 20 cidades restantes ficaram abaixo do esperado. Já em um

comparativo com os municípios das RMs de SP e BH, a situação dos municípios fluminenses é um pouco melhor do que para os anos iniciais, porém, ainda bastante negativa no conjunto dos municípios, conforme pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas, em 2015

#	Municípios	RMs	IDEB	#	Municípios	RMs	IDEB
1	São Caetano do Sul	RMSP	5,7	48	Ferraz de Vasconcelos	RMSP	4,4
2	Juatuba	RMBH	5,5	49	Biritiba-Mirim	RMSP	4,4
3	Santa Isabel	RMSP	5,2	50	Belo Horizonte	RMBH	4,4
4	Florestal	RMBH	5,2	51	Itaquaquecetuba	RMSP	4,4
5	Barueri	RMSP	5,2	52	Rio de Janeiro	RMRJ	4,4
6	Itatiaiuçu	RMBH	5,2	53	Contagem	RMBH	4,4
7	Ribeirão Pires	RMSP	5,1	54	Itapevi	RMSP	4,4
8	Caieiras	RMSP	5,1	55	Osasco	RMSP	4,3
9	Rio Manso	RMBH	5,1	56	Vespasiano	RMBH	4,3
10	Vargem Grande Paulista	RMSP	5,0	57	Cajamar	RMSP	4,3
11	Brumadinho	RMBH	5,0	58	Jandira	RMSP	4,3
12	Salesópolis	RMSP	5,0	59	São Paulo	RMSP	4,3
13	Mairiporã	RMSP	4,9	60	Mangaratiba	RMRJ	4,3
14	Itaguara	RMBH	4,9	61	São Joaquim de Bicas	RMBH	4,2
15	Nova União	RMBH	4,9	62	Capim Branco	RMBH	4,2
16	Raposos	RMBH	4,9	63	Confins	RMBH	4,2
17	Betim	RMBH	4,9	64	Nova Lima	RMBH	4,2
18	Poá	RMSP	4,9	65	Ibitité	RMBH	4,2
19	Embu-Guaçu	RMSP	4,8	66	Matozinhos	RMBH	4,1
20	Taboão da Serra	RMSP	4,8	67	Paracambi	RMRJ	4,1
21	Suzano	RMSP	4,8	68	Petrópolis	RMRJ	4,1
22	Arujá	RMSP	4,8	69	Santa Luzia	RMBH	4,1
23	Itapecerica da Serra	RMSP	4,8	70	Sabará	RMBH	4,1
24	São José da Lapa	RMBH	4,8	71	Guapimirim	RMRJ	4,1
25	Mauá	RMSP	4,7	72	Esmeraldas	RMBH	4,1
26	Caeté	RMBH	4,7	73	Pirapora do Bom Jesus	RMSP	4,0
27	Juquitiba	RMSP	4,7	74	Ribeirão das Neves	RMBH	3,9
28	Mogi das Cruzes	RMSP	4,7	75	Mário Campos	RMBH	3,9
29	Diadema	RMSP	4,7	76	Taquaraçu de Minas	RMBH	3,9
30	São Bernardo do Campo	RMSP	4,6	77	Nilópolis	RMRJ	3,9
31	Santana de Parnaíba	RMSP	4,6	78	Magé	RMRJ	3,9
32	Rio Grande da Serra	RMSP	4,6	79	Tanguá	RMRJ	3,8
33	Pedro Leopoldo	RMBH	4,6	80	Sarzedo	RMBH	3,8
34	Guarulhos	RMSP	4,6	81	Rio Acima	RMBH	3,8
35	São Lourenço da Serra	RMSP	4,6	82	Maricá	RMRJ	3,7
36	Baldim	RMBH	4,6	83	Itaboraí	RMRJ	3,7
37	Francisco Morato	RMSP	4,6	84	Niterói	RMRJ	3,6
38	Mateus Leme	RMBH	4,6	85	São João de Meriti	RMRJ	3,6
39	Igarapé	RMBH	4,6	86	Mesquita	RMRJ	3,6
40	Jaboticatubas	RMBH	4,5	87	Seropédica	RMRJ	3,6
41	Lagoa Santa	RMBH	4,5	88	Nova Iguaçu	RMRJ	3,6
42	Santo André	RMSP	4,5	89	Itaguaí	RMRJ	3,6
43	Guararema	RMSP	4,5	90	Belford Roxo	RMRJ	3,4
44	Franco da Rocha	RMSP	4,5	91	Duque de Caxias	RMRJ	3,4
45	Embu das Artes	RMSP	4,5	92	Queimados	RMRJ	3,3
46	Cotia	RMSP	4,5	93	Japeri	RMRJ	3,3
47	Carapicuíba	RMSP	4,5	94	São Gonçalo	RMRJ	3,2

Fonte: INEP/MEC

Estes péssimos indicadores de educação levam a uma formação deficiente dos jovens, os quais, sem perspectivas na continuação dos estudos ou na

obtenção de empregos atrativos, acabam integrando a camada dos “*nem-nem*”, que são aqueles que nem trabalham e nem estudam. Na RMRJ, o percentual de jovens de 18 a 24 anos que compõe os “*nem-nem*”, em relação ao total das pessoas nessa faixa etária, foi de 29,16% em 2010, significativamente superior ao que ocorre na RMBH, com 22,72%, e na RMSP, com 24,69%. Mais preocupante ainda é que quase 1/3 dos jovens da periferia fluminense estão nessa categoria.

Entre os municípios metropolitanos, o destaque negativo é Paracambi e Japeri, onde mais de 40% dos jovens de 18 a 24 anos são “*nem-nem*”. Na outra ponta, Niterói é o município da RMRJ com o menor percentual de jovens nessa categoria, com 22,47%. Além dele, Petrópolis e Rio de Janeiro também apresentam uma proporção um pouco melhor, conforme pode ser visto na tabela 4.

Estes 3 municípios melhor posicionados, correspondem também àqueles que apresentam a população com a maior renda média per capita entre os municípios da RMRJ. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, Niterói aparece na primeira posição, com uma renda média de R\$ 2.303,46 para cada habitante, seguido pelo Rio de Janeiro, com uma média de R\$ 1.784,44, e Petrópolis, com R\$ 1.081,77.

Já como destaque negativo em relação a esta variável, encontramos, assim como nos dados de “*nem-nem*”, o município de Japeri, com um rendimento médio de apenas R\$ 453,15 por habitante. Isto corresponde a uma renda média per capita 5 vezes menor do que a de Niterói. Além disso, entre os 21 municípios da RMRJ, 17 não possuíam um rendimento médio acima de mil reais, o que reforça a forte desigualdade existente na periferia da metrópole fluminense.

Tabela 4 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo o percentual de jovens de 18 a 24 anos que nem trabalham nem estudam, em 2010

#	Municípios	RMs	Percentual de jovens	#	Municípios	RMs	Percentual de jovens
1	Rio Manso	RMBH	13,28	48	Ribeirão Pires	RMSP	27,96
2	São Caetano do Sul	RMSP	14,90	49	Mogi das Cruzes	RMSP	28,05
3	Itaguara	RMBH	16,55	50	Ferraz de Vasconcelos	RMSP	28,06
4	Nova Lima	RMBH	16,73	51	Itatiaiuçu	RMBH	28,21
5	São Lourenço da Serra	RMSP	19,68	52	Mairiporã	RMSP	28,23
6	Santo André	RMSP	19,72	53	Carapicuíba	RMSP	28,28
7	Belo Horizonte	RMBH	19,89	54	Igarapé	RMBH	28,48
8	Florestal	RMBH	20,79	55	Capim Branco	RMBH	28,75
9	Taquaraçu de Minas	RMBH	21,04	56	Embu	RMSP	28,81
10	Confins	RMBH	21,34	57	Mangaratiba	RMRJ	28,83
11	Cotia	RMSP	22,32	58	Seropédica	RMRJ	29,06
12	Contagem	RMBH	22,42	59	Nilópolis	RMRJ	29,53
13	Niterói	RMRJ	22,47	60	Embu-Guaçu	RMSP	29,84
14	São Bernardo do Campo	RMSP	22,53	61	Itaboraí	RMRJ	29,91
15	Lagoa Santa	RMBH	22,58	62	Rio Acima	RMBH	30,00
16	Jaboticatubas	RMBH	22,69	63	Esmeraldas	RMBH	30,20
17	Santana de Parnaíba	RMSP	22,84	64	Santa Isabel	RMSP	30,57
18	Brumadinho	RMBH	22,96	65	Rio Grande da Serra	RMSP	30,68
19	Petrópolis	RMRJ	23,19	66	Mauá	RMSP	30,70
20	São Paulo	RMSP	23,22	67	Juquitiba	RMSP	30,86
21	Osasco	RMSP	23,34	68	São Gonçalo	RMRJ	31,16
22	Barueri	RMSP	23,51	69	Mário Campos	RMBH	31,18
23	Taboão da Serra	RMSP	23,61	70	Suzano	RMSP	31,24
24	Matozinhos	RMBH	23,72	71	Mesquita	RMRJ	31,36
25	Pedro Leopoldo	RMBH	23,90	72	Raposos	RMBH	31,43
26	Betim	RMBH	25,36	73	Francisco Morato	RMSP	31,65
27	Jandira	RMSP	25,67	74	Biritiba-Mirim	RMSP	31,69
28	Sabará	RMBH	25,74	75	São João de Meriti	RMRJ	31,81
29	Caieiras	RMSP	25,74	76	Itapevi	RMSP	31,86
30	Guararema	RMSP	25,89	77	Maricá	RMRJ	32,34
31	Diadema	RMSP	26,19	78	Itaquaquecetuba	RMSP	32,43
32	Ibirité	RMBH	26,30	79	Pirapora do Bom Jesus	RMSP	32,81
33	Mateus Leme	RMBH	26,58	80	Guapimirim	RMRJ	33,03
34	Vargem Grande Paulista	RMSP	26,68	81	Duque de Caxias	RMRJ	33,25
35	Cajamar	RMSP	26,74	82	Belford Roxo	RMRJ	33,75
36	Rio de Janeiro	RMRJ	26,75	83	Itapeverica da Serra	RMSP	34,03
37	Guarulhos	RMSP	26,77	84	Nova Iguaçu	RMRJ	34,07
38	Vespasiano	RMBH	27,00	85	Tanguá	RMRJ	34,68
39	Poá	RMSP	27,19	86	Nova União	RMBH	35,02
40	Arujá	RMSP	27,47	87	Magé	RMRJ	35,46
41	Santa Luzia	RMBH	27,50	88	Queimados	RMRJ	36,10
42	Sarzedo	RMBH	27,55	89	Itaguaí	RMRJ	36,32
43	Caté	RMBH	27,68	90	Baldim	RMBH	37,63
44	São José da Lapa	RMBH	27,75	91	Japeri	RMRJ	40,64
45	Juatuba	RMBH	27,77	92	Franco da Rocha	RMSP	40,93
46	Salesópolis	RMSP	27,77	93	São Joaquim de Bicas	RMBH	41,20
47	Ribeirão das Neves	RMBH	27,86	94	Paracambi	RMRJ	41,71
RMRJ							29,16
Periferia RMRJ							31,67
RMBH							22,72
Periferia RMBH							25,34
RMSP							24,69
Periferia RMSP							26,54

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Do ponto de vista da saúde, a situação dos municípios da RMRJ em relação aos municípios da RMSP e RMBH é bastante semelhante ao que ocorre na educação, conforme demonstrado na tabela 5, que mostra a taxa de

mortalidade por causas evitáveis para a faixa etária entre 5 e 74 anos²². Nela, pode se observar que as cidades da RMRJ apresentam uma taxa de mortalidade mais elevada do que a maioria dos municípios das RMs de SP e BH.

Tabela 5 - Rankings dos municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte segundo a Taxa de mortalidade por causas evitáveis* para a faixa etária entre 5 a 74 anos, em 2015

#	Municípios	RMs	Taxa de Mortalidade	#	Municípios	RMs	Taxa de Mortalidade
1	Rio Manso	RMBH	123	48	Santa Luzia	RMBH	278
2	Florestal	RMBH	153	49	Santa Isabel	RMSP	279
3	Santana de Parnaíba	RMSP	175	50	Osasco	RMSP	280
4	Vargem Grande Paulista	RMSP	197	51	Guararema	RMSP	282
5	São José da Lapa	RMBH	211	52	Esmeraldas	RMBH	284
6	São Bernardo do Campo	RMSP	212	53	Arujá	RMSP	285
7	Confins	RMBH	216	54	Betim	RMBH	285
8	Nova Lima	RMBH	218	55	Salesópolis	RMSP	288
9	Brumadinho	RMBH	222	56	Sarzedo	RMBH	288
10	Itaguara	RMBH	228	57	Rio Grande da Serra	RMSP	290
11	Belo Horizonte	RMBH	228	58	Suzano	RMSP	296
12	Lagoa Santa	RMBH	229	59	São Lourenço da Serra	RMSP	297
13	Carapicuíba	RMSP	231	60	Igarapé	RMBH	297
14	Pedro Leopoldo	RMBH	234	61	Biritiba-Mirim	RMSP	302
15	Sabará	RMBH	234	62	Caeté	RMBH	304
16	Ibirité	RMBH	236	63	Juquitiba	RMSP	310
17	Ribeirão das Neves	RMBH	237	64	Poá	RMSP	312
18	Caieiras	RMSP	238	65	Rio Acima	RMBH	312
19	Itatiaiuçu	RMBH	241	66	Capim Branco	RMBH	315
20	Vespasiano	RMBH	242	67	Barueri	RMSP	321
21	Mauá	RMSP	244	68	Mateus Leme	RMBH	322
22	Taquaraçu de Minas	RMBH	248	69	Rio de Janeiro	RMRJ	325
23	São Paulo	RMSP	248	70	Niterói	RMRJ	325
24	Jandira	RMSP	249	71	São Joaquim de Bicas	RMBH	326
25	Francisco Morato	RMSP	252	72	Nova União	RMBH	329
26	Mário Campos	RMBH	253	73	Embu-Guaçu	RMSP	331
27	Matozinhos	RMBH	253	74	Baldim	RMBH	335
28	Cotia	RMSP	255	75	Tanguá	RMRJ	336
29	Contagem	RMBH	258	76	Maricá	RMRJ	340
30	Guarulhos	RMSP	259	77	Guapimirim	RMRJ	342
31	Diadema	RMSP	259	78	Belford Roxo	RMRJ	348
32	Taboão da Serra	RMSP	260	79	Duque de Caxias	RMRJ	350
33	Mogi das Cruzes	RMSP	261	80	São Gonçalo	RMRJ	351
34	São Caetano do Sul	RMSP	261	81	Mangaratiba	RMRJ	360
35	Ribeirão Pires	RMSP	262	82	Juatuba	RMBH	371
36	Itapeví	RMSP	263	83	Petrópolis	RMRJ	371
37	Mairiporã	RMSP	263	84	Japeri	RMRJ	374
38	Cajamar	RMSP	266	85	Seropédica	RMRJ	376
39	Pirapora do Bom Jesus	RMSP	266	86	Itaboraí	RMRJ	379
40	Jaboticatubas	RMBH	268	87	Nova Iguaçu	RMRJ	381
41	Itapeçerica da Serra	RMSP	268	88	Queimados	RMRJ	391
42	Embu das Artes	RMSP	270	89	São João de Meriti	RMRJ	398
43	Ferraz de Vasconcelos	RMSP	271	90	Itaguaí	RMRJ	400
44	Santo André	RMSP	274	91	Mesquita	RMRJ	402
45	Franco da Rocha	RMSP	277	92	Nilópolis	RMRJ	423
46	Raposos	RMBH	277	93	Magé	RMRJ	425
47	Itaquaquecetuba	RMSP	278	94	Paracambi	RMRJ	428

Fonte: DATASUS - * (Óbitos por causas evitáveis / Habitantes) x 100 mil.

²² São considerados óbitos por causas evitáveis uma série de fatores que vão desde obesidade até câncer, conforme pode ser visto na nota técnica do DATASUS para esta variável:
http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Obitos_Evitaveis_5_a_74_anos.pdf.

Mesmo na cidade do Rio, que é o município que aparece com a menor taxa de mortalidade da RMRJ, esta taxa por causas evitáveis é de expressivas 325 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto que as capitais de São Paulo e Minas Gerais alcançam, respectivamente, taxas de 248 e 228, ou seja, significativamente abaixo do encontrado no território carioca.

Esta grave situação de saúde na RMRJ ainda é reforçada pelas grandes diferenças internas existentes, com taxas que superam as 400 mortes por causas evitáveis para cada 100 mil habitantes, números que chegam a ser 30% mais elevados do que os encontrados na cidade do Rio.

A falta de infraestrutura e os baixos índices de qualidade dos serviços públicos da RMRJ poderiam ser relacionados a uma menor disponibilidade de recursos públicos para investimentos e custeio nessas áreas, principalmente para os municípios da periferia metropolitana. Nesse sentido, foram examinados os dados da Receita Corrente Líquida²³ (RCL) dos 21 municípios da região para o ano de 2016 e constatou-se que o conjunto da RMRJ apresenta um valor per capita de R\$ 2.527,57. Apenas como parâmetro de comparação, para 2015, os municípios brasileiros apresentaram uma RCL média de R\$ 2.524,58, enquanto que os municípios do Sudeste obtiveram uma média de R\$ 2.943,12²⁴.

Porém, nos municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro a RCL per capita média cai para R\$ 1.865,54, por conta da alta receita disponível na cidade do Rio, que possui uma RCL per capita de R\$ 3.144,53, bastante superior à média da região metropolitana. Sendo assim, apesar do conjunto da RMRJ possuir uma receita semelhante à média nacional, a periferia metropolitana possui menos recursos por habitante para prestar os serviços públicos. Isto leva a concluir, ao menos em uma primeira análise, que a falta de recursos pode ser

²³ A Receita Corrente Líquida é, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000), o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidos de alguns valores (para mais informações consultar o texto da lei, que pode ser acessado através do site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm).

²⁴ Dados obtidos no Anuário Multi Cidades – Finanças dos municípios Brasileiros, da Frente Nacional de Prefeitos.

apontada como uma das explicações possíveis pela menor qualidade de vida nestes municípios.

Cabe destacar que, apesar de a cidade do Rio possuir uma RCL per capita bastante superior a média da RMRJ, ao se comparar com o que ocorre nas receitas públicas das cidades de São Paulo e Belo Horizonte percebe-se que há uma menor disponibilidade de recursos na capital fluminense, com cerca de 10% menos receitas para cada habitante.

Nos municípios da periferia metropolitana observa-se uma grande desigualdade de disponibilidade de receitas. Mesmo com uma RCL per capita média de R\$ 1.865,54, existem municípios com valores bastante diferentes, como Mangaratiba, que possui a maior arrecadação em relação ao total da população de R\$ 6.390,96²⁵. Na outra ponta, a menor RCL per capita se encontra no município de São Gonçalo, que conta com uma população de mais de 1 milhão de habitantes e uma receita pública anual de menos de R\$ 900,00 para cada residente, cerca de sete vezes menor do que o encontrado em Mangaratiba. A baixa arrecadação também se observa nos municípios de São João de Meriti (R\$ 1.030,58), Belford Roxo (R\$ 1.122,70) e Mesquita (R\$ 1.395,47). Como destaques positivos, além de Mangaratiba, encontram-se com boas arrecadações em relação à população residente os municípios de Maricá (R\$ 4.220,01), Niterói (R\$ 3.759,17) e Itaguaí (R\$ 3.692,07).

Uma fonte de receitas que adquire certa importância para alguns municípios fluminenses é o pagamento de royalties e participações especiais²⁶ da extração de petróleo em alto mar da Bacia de Campos. Na RMRJ alguns municípios são beneficiados por estes recursos, o que colabora com um incremento da RCL. O caso mais significativo é o de Maricá, em que 37,6% das receitas disponíveis advêm dos royalties e participações especiais. Além deste município, Guapimirim

²⁵ Mangaratiba possui uma RCL bastante elevada por conta da presença de um terminal da MBR, subsidiária da Vale, na ilha de Guaíba, que é voltado para a exportação de minério de ferro advindo de Minas Gerais. A presença deste terminal gera arrecadação de ISS para o município.

²⁶ Segundo a ANP, as participações especiais são uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

também recebe uma parcela considerável de sua RCL por conta destes recursos, representando mais de 1/3 do total.

A partir das informações expostas no presente capítulo pode se concluir que apesar da grande importância da economia da RMRJ, no contexto do estado do Rio de Janeiro, ela é marcada por uma forte segregação socioespacial e desigualdade interna, tanto do ponto de vista econômico quanto social e demográfico. Esta grande desigualdade reflete no conjunto da metrópole, fazendo com que os indicadores de qualidade de vida do conjunto da metrópole e de seus municípios sejam inferiores ao esperado da segunda maior área metropolitana brasileira.

Por fim, ao comparar a situação dos municípios da RMRJ em relação aos municípios das principais regiões metropolitanas do Sudeste, percebe-se que nos indicadores de saúde e de educação a situação da metrópole fluminense é bastante inferior.

4 ESTRUTURA PRODUTIVA E OCUPACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO SÉCULO XXI

Este capítulo está dividido em quatro seções, sendo que na primeira será examinada a trajetória econômica recente da RMRJ em comparação ao conjunto do ERJ. Em seguida será feita uma análise do perfil setorial da estrutura produtiva da metrópole fluminense e as transformações ocorridas nos últimos anos. Na terceira seção será abordada a divisão territorial da estrutura produtiva metropolitana entre os diferentes municípios da RMRJ em relação ao PIB. A partir, com isso, buscou-se destacar as permanências/transformações ocorridas na região no período a partir de 2000. Já a última seção será centrada na análise da estrutura ocupacional da RMRJ, buscando melhor qualificar a divisão espacial do trabalho entre os municípios.

4.1 A trajetória econômica recente da RMRJ e do ERJ

Na virada do século XXI a região metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de ainda ser a segunda maior região produtiva do país, vinha de um período prolongado de crise econômica, que gerou uma desestruturação de seu parque produtivo e uma redução do seu peso na economia nacional.

O declínio econômico afetava não só a RMRJ, mas o conjunto do Estado do Rio de Janeiro. Segundo NATAL (2004) a crise era *“econômica, relativamente longa, profunda e complexa”* e que *“poderia, em verdade, ser classificada como sendo [uma crise] societária”*. Havia uma descrença no conjunto da sociedade em uma reversão da trajetória de decadência da economia carioca e fluminense.

É fundamental apontar que o processo econômico pelo qual vem passando o Estado do Rio de Janeiro e sua metrópole relaciona-se fortemente com os processos observados no contexto nacional. Conforme SIQUEIRA (2015), *“de modo geral, a economia fluminense, desde meados dos anos 1990, vem apresentando taxas de crescimento do PIB acompanhando a trajetória dos ciclos da economia nacional”*. Porém, o dinamismo da economia fluminense era, em regra geral, inferior ao do conjunto do país.

A partir dos anos 1990, segundo diversos autores²⁷, a economia brasileira passou por um processo de desindustrialização, expressando uma situação na qual, nas palavras de OREIRO; FEIJÓ (2010), “*tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente*”. Este processo ocorreu por conta de diversos fatores. CANO (2012) aponta que as três principais causas da desindustrialização brasileira foram o câmbio excessivamente valorizado, a abertura comercial feita de forma desregrada e a elevada taxa de juros praticada no país, que comprometia a capacidade e a decisão de investimento da indústria brasileira.

Nesse contexto, a economia fluminense também acompanhou este processo, porém, de forma mais intensa, tanto por conta da trajetória de crise econômica mais aguda pela qual passava desde os anos 1980 quanto pelo aumento do peso relativo da indústria de extração do petróleo e seus efeitos econômicos (macroeconômicos e na estrutura inter-setorial²⁸). Com isso, o peso relativo dos empregos formais na indústria de transformação, que eram mais de 18% do mercado de trabalho estadual em 1990, passou a ser de apenas 11,1% do total em 2000. Aliás, a desindustrialização brasileira e fluminense não ocorreu apenas em termos relativos, mas também em termos absolutos, com uma queda percentual dos empregos na indústria de transformação, de 10,6% no país e de expressivos 42% no ERJ, o que correspondeu a quase 218 mil postos de trabalho perdidos no ERJ, segundo dados da RAIS.

Durante a década de 1990 ocorreram alguns fatores que poderiam indicar uma retomada do crescimento da economia fluminense, tais como a ampliação da produção de petróleo em alto-mar e a instalação de algumas plantas industriais importantes no interior fluminense. Por conta de um aumento da participação relativa do ERJ no PIB nacional, esse movimento fora chamado por NATAL (2004) de “*inflexão econômica*”. Porém, diversas análises à luz de dados mais recentes e com metodologias atualizadas contrapõem-se à ideia da existência de uma

²⁷ MARQUETTI (2002), BONELLI (2005), FEIJÓ et al (2005), ALMEIDA (2006), NASSIF (2008) E OREIRO; FEIJÓ (2010).

²⁸ Na literatura econômica (CARNEIRO, 2008; PALMA, 2001) há proeminente debate sobre os efeitos da valorização cambial decorrente da intensificação da exportação de commodities e sua articulação com o processo de desindustrialização ou, em outros termos, desadensamento das cadeias produtivas. Em geral, qualificando o processo como desindustrialização “precoce” ou “doença holandesa”.

inflexão na economia fluminense²⁹ a partir do final da década de 1990, indicando que o processo de recuperação econômica só pôde ser verificado em período mais recente.

A crise econômica do Estado do Rio de Janeiro na década de 1990 afetou o mercado de trabalho local não apenas de forma relativa, mas em termos absolutos. Enquanto que os empregos formais no Brasil cresceram 13,1% entre 1990 e 2000, o ERJ apresentou uma redução de 4,3% e a RMRJ perdeu 8,7% do seu mercado de trabalho.

É importante ressaltar que, apesar da crise no total da região metropolitana, o conjunto da periferia apresentou na década de 1990 um crescimento do número de empregos formais de 10,3%, concentrados nos setores da construção civil e de comércio e serviços. Além disso, considerando todos os demais municípios do estado do Rio de Janeiro que não pertencem à RMRJ, o aumento dos empregos formais foi ainda mais expressivo na década analisada, com 25,3% a mais de trabalhadores. Enquanto o interior fluminense e a periferia metropolitana apresentaram crescimento, a cidade do Rio de Janeiro teve uma redução de 13,2% no número de empregos formais em seu território, perda esta concentrada na indústria de transformação, com uma queda de 50,3%. Isto correspondeu a uma diminuição de cerca de 150 mil postos de trabalho.

O maior dinamismo relativo da periferia metropolitana e do interior fluminense nos anos 1990 decorreu de três fatores principais. O primeiro relaciona-se ao controle da inflação com o Plano Real, o que proporcionou uma menor perda salarial para a população e conseqüente aumento da capacidade de consumo. Apesar de o núcleo metropolitano também ter sido beneficiado por tal efeito, a população do restante do ERJ possuía menos acesso aos serviços bancários, por conta da renda monetária menor, conforme aponta SICSÚ (2003):

“Embora desejasse possuí-la, uma parte considerável dos agentes econômicos não tinha acesso à moeda indexada [que possuíam remuneração que compensasse a perda inflacionária]. Suas remunerações não eram suficientes para capacitá-los a realizar os depósitos mínimos exigidos pelos bancos que permitiam a aquisição dos

²⁹ Entre os estudos, cito OSÓRIO (2007 e 2008), SOBRAL (2009, 2010 e 2013), SILVA (2009), ROSENDO; BRITTO (2011) e SA REGO (2013).

produtos financeiros indexados. [...] A consequência para os excluídos do mundo da indexação era a redução paulatina (de acordo com a aceleração inflacionária) de suas rendas médias mensais reais e a manutenção de um nível de gastos muito mais baixo do que aquele que alcançaram no início do Plano Real, em julho de 1994”. (SICSÚ 2003, p 144)

Como segundo elemento, pode ser destacado, como citado anteriormente, a introdução de algumas plantas industriais importantes no interior fluminense, principalmente na região do Médio Paraíba, como a Peugeot-Citroën e Guardian em Porto Real e MAN/Volkswagen Caminhões em Resende.

Por fim, o crescimento da extração de petróleo em alto-mar que dinamizou a economia do interior fluminense, tanto pela geração de empregos diretamente na atividade quanto por incremento das receitas de royalties dos municípios³⁰, principalmente aqueles localizados na região Norte Fluminense.

Voltando para a questão nacional, a partir dos anos 2000, apesar da continuação do processo de desindustrialização, a economia brasileira passou por uma dinamização calcada no aumento do consumo das famílias, na expansão do crédito do setor público para investimentos e na exportação de commodities, por conta do alto preço desses produtos no mercado internacional associado à forte demanda da China, o chamado “*boom das commodities*”. Este último fenômeno colaborou com o processo de desindustrialização, pois promoveu uma reprimarização da pauta exportadora brasileira, reduzindo o peso dos produtos manufaturados e ampliando os básicos.

Nesse contexto, o ERJ foi significativamente influenciado do ponto de vista do PIB por conta da grande concentração da produção de petróleo em alto mar na Bacia de Campos, o que fez com que fosse responsável, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), por mais de 80% da produção de petróleo do país³¹.

³⁰ Para ilustrar tal afirmativa podemos citar os dados de receitas obtidas pelas Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro em relação aos royalties e participações especiais, que passaram, em valores nominais, de 222,7 milhões de reais em 1999 para 523,8 milhões de reais em 2000, ou seja, um expressivo crescimento nominal de 135% em um único ano.

³¹ De acordo com o último Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, de julho de 2017, atualmente o ERJ é responsável por 71% da produção de petróleo do país. A participação fluminense na produção nacional vem sendo reduzida nos últimos anos pelo duplo movimento de aumento da produção do pré-sal associado a outros Estados e pela redução da produção da Bacia de Campos, por conta da maturidade da exploração.

Essa grande produção fez com que os processos de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora do ERJ fossem ainda mais acelerados do que o ocorrido no país.

4.2 A estrutura produtiva da região metropolitana do rio de janeiro e suas transformações recentes

Nesta seção será feita a análise da estrutura produtiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com base nos dados do PIB, da produção industrial e de serviços e estabelecimentos formais. A análise levará em conta a importância da RMRJ no cenário estadual, identificando de que forma as transformações ocorridas no período alteraram a dinâmica econômica intrarregional na metrópole fluminense.

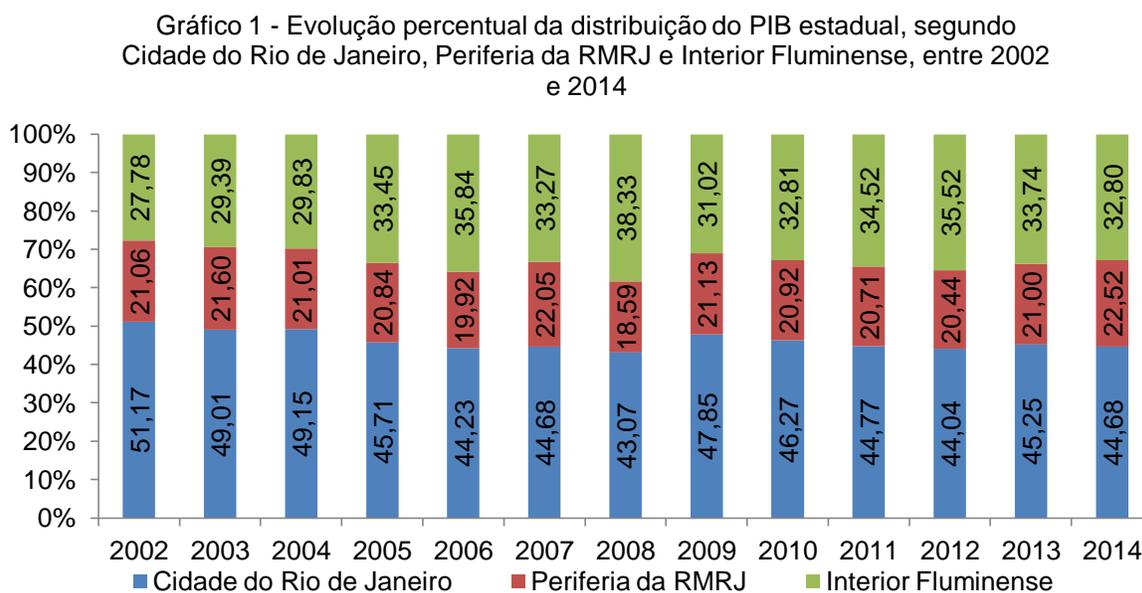
Uma das principais dificuldades para a análise de estrutura produtiva regional é a falta de dados desagregados para níveis subnacionais, tal como o metropolitano ou municipal. Isto gera distorções na análise, pois, apesar da grande relevância da RMRJ no cenário estadual, o interior fluminense, fortemente influenciado pelos efeitos da produção do petróleo em alto mar nos dados do PIB, vem ampliando sua participação na economia do ERJ. Por exemplo, em 2002 o interior fluminense respondia por 27,78% do PIB estadual³², já em 2014 esse percentual se elevou para 32,80%.

Cabe aqui ressaltar que para fazer a análise da distribuição inter-regional do PIB do ERJ, foram utilizadas as informações do PIB dos Municípios, o que prejudica a desagregação setorial, já que esta fonte disponibiliza apenas os níveis da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) por grandes setores (agropecuária, indústria, serviços e administração pública). O PIB estadual permite uma visão setorial mais apurada, porém não é possível precisar o peso relativo da RMRJ nesse total.

Deve-se destacar que uma parte considerável do crescimento do interior fluminense se deu por conta do aumento da indústria extrativa, pela expansão da

³² Foram utilizados os dados do PIB a partir de 2002, por conta das mudanças metodológicas implantadas pelo IBGE. Para mais informações consultar https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_SCN_2010.shtm

produção de petróleo e gás natural em alto mar e pelo aumento do preço do barril de petróleo³³. Desse modo, apesar de sua importância para as finanças municipais, pelo consequente pagamento de royalties e participações especiais, esse dado não reflete necessariamente uma efetiva mudança na estrutura produtiva da região como um todo³⁴. O Gráfico 1 ilustra a evolução da distribuição do PIB estadual, segundo a Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014.



O caso do Município de Maricá deixa ainda mais claro o argumento da influência da extração de petróleo em alto mar no PIB municipal. Este possuía um Valor Adicionado Bruto (VAB)³⁵ industrial de 8,39% do total do seu PIB em 2009. Já em 2010, esse valor aumenta significativamente para 32,97%, sem ter havido nenhuma mudança na estrutura produtiva do município que justificasse tal incremento. O que ocorreu foi o início da exploração de petróleo e gás natural em uma plataforma localizada em frente ao litoral do município.

³³ O preço do barril de petróleo bruto Brent passou de cerca de US\$ 30 nos primeiros anos da década de 2000, para cerca de US\$ 100 no período entre 2011 e 2014.

³⁴ Municípios litorâneos como Armação dos Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, apesar de não contarem com base produtiva significativa, apresentam mais de 50% do seu PIB classificado como industrial, devido à metodologia do cálculo que redistribui o valor adicionado na extração de petróleo em alto mar aos municípios localizados em frente às plataformas.

³⁵ O PIB corresponde ao somatório do VAB da agropecuária, indústria, serviços e administração pública com os impostos e subsídios.

Voltando à análise da distribuição regional do PIB fluminense, como dito anteriormente, a RMRJ reduziu sua participação relativa no conjunto da economia estadual no período entre 2002 e 2014. Esse movimento refletiu-se em uma forte diminuição, em termos relativos, da cidade do Rio de Janeiro, que passou de 51,17% do total do PIB do ERJ, no primeiro ano analisado, para menos de 45% em 2014. Apesar dessa considerável perda, o movimento não foi acompanhado por um aumento da participação relativa da periferia metropolitana, tendo esta praticamente mantida sua importância estadual, oscilando entre 21,06% em 2002 e 22,52% no ano mais recente.

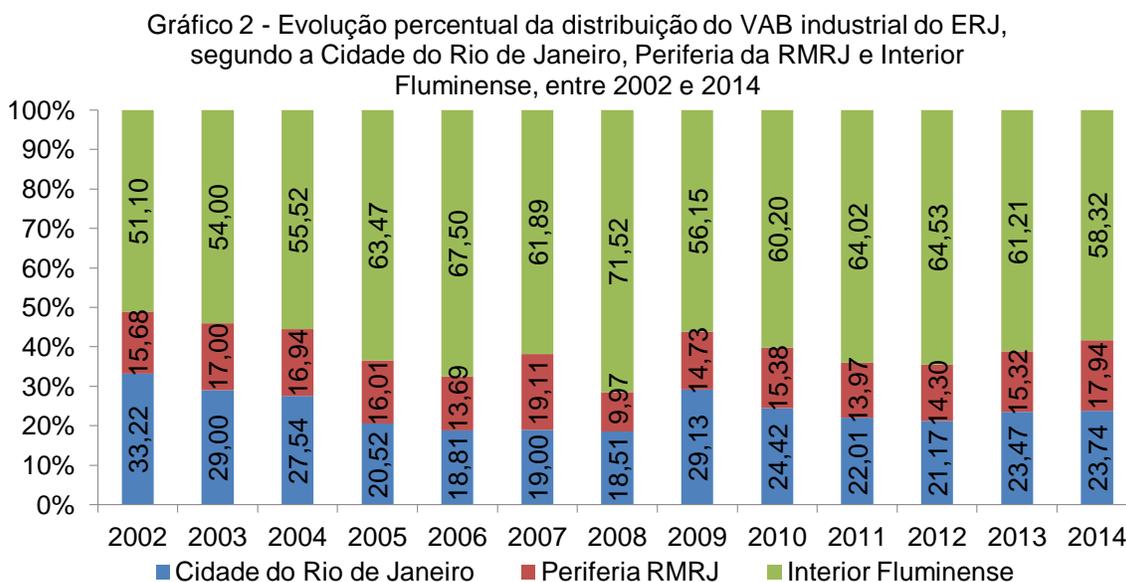
Do ponto de vista do perfil inter-setorial metropolitano, a participação relativa do setor agropecuário da RMRJ no VAB estadual é bastante reduzida, tendo cerca de 12% da produção estadual, enquanto que o interior fluminense era responsável por mais de 87% do total. Cabe considerar que a participação relativa do setor agropecuário não é significativa no PIB do ERJ, correspondendo a menos de 0,5% do total.

Mesmo tendo um forte mercado consumidor, por conta dos mais de 16 milhões de habitantes, em sua maioria classificados em domicílios urbanos, a produção agropecuária fluminense não consegue atender a demanda local. MAGALHÃES; DOMINGUES (2009) apontam que a produção estadual corresponde a apenas 12,2% do consumo de produtos agropecuários no ERJ. Além disso, MARAFON (2016) aponta que o fato de o Estado do Rio de Janeiro ser altamente urbanizado, com mais de 95% de sua população residindo em áreas urbanas, leva a “dificuldades de mecanização de seus solos e expansão imobiliária em decorrência, sobretudo, das atividades turísticas”. Explicando melhor esta segunda consequência, no ERJ, são destacadas:

“As mudanças associadas à valorização do espaço rural por meio da presença crescente de pessoas oriundas da cidade em busca de áreas de lazer ou de segunda residência, com a valorização das terras e o surgimento de atividades não agrícolas (em geral de baixa qualificação) e que passam a ser ocupadas pelos integrantes das famílias de produtores rurais.” (MARAFON 2016, p 246)

Portanto, devido à pequena relevância estatística para o conjunto do estado e ainda mais para a RMRJ, a análise dos setores vinculados à agropecuária não será explorada nesta dissertação.

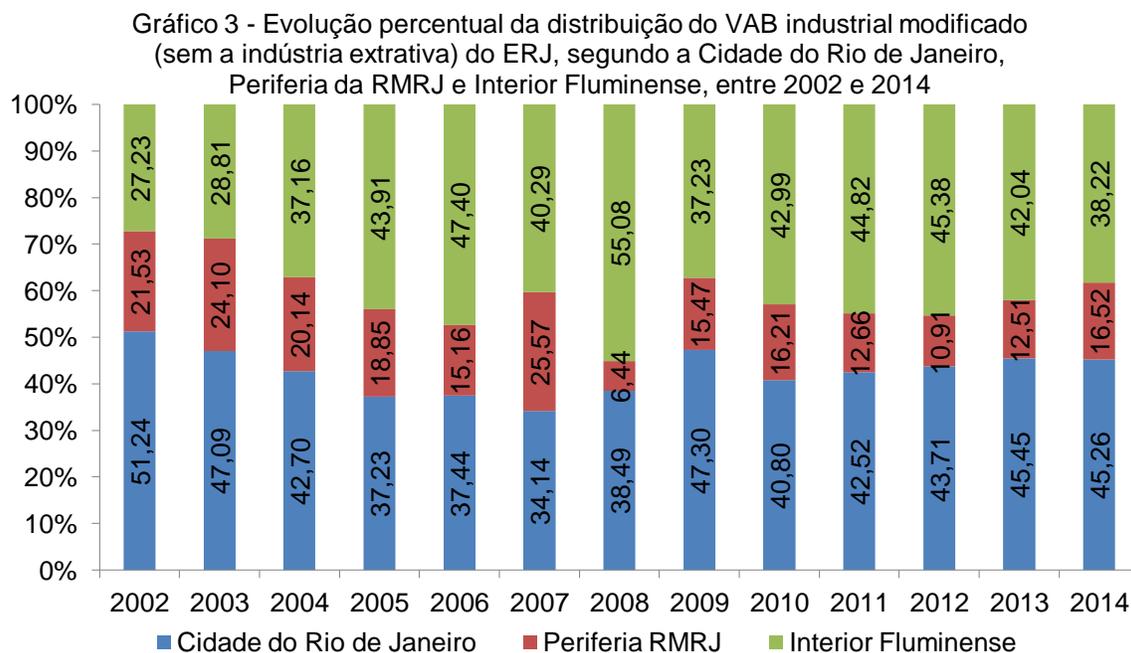
Já em relação à indústria (setor indústria de transformação + setor indústria extrativa), responsável por pouco menos de 1/3 do Valor Adicionado Bruto estadual, a parcela do interior fluminense no total do VAB é, assim como na agropecuária, significativamente maior do que o encontrado no PIB. O gráfico 2 abaixo indica que, apesar de fortes oscilações ao longo dos anos, por conta da flutuação dos preços do barril de petróleo, a participação relativa do interior fluminense sempre foi acima de 50%, tendo chegado a mais de 70% em 2008. Já, segundo esses dados, a cidade do Rio de Janeiro teria passado por uma considerável perda de importância relativa no cenário estadual, passando de 33,22% em 2002 para 23,74% em 2014. Em compensação, a periferia metropolitana, após uma forte redução de sua participação, tendo chegado a menos de 10% do VAB industrial fluminense, recuperou fôlego e encerrou o ano de 2014 com um peso um pouco superior ao apresentado em 2002.



Como mencionado previamente, o crescimento do interior fluminense na indústria observado nos dados do PIB está vinculado, principalmente, à ampliação da indústria extrativa, graças à extração em alto-mar de petróleo e gás natural.

Tentando mensurar a relevância desta última atividade no VAB industrial, foi realizado um exercício buscando retirar os efeitos estatísticos do setor extração de petróleo do conjunto do VAB da indústria. A informação de produção de petróleo está disponível no site da ANP, porém, não está apresentada de maneira consolidada, o que dificultaria muito a operação, por isso optou-se por utilizar o recebimento de royalties pelas prefeituras como sendo um *proxy* para a produção de petróleo e gás natural. Outro procedimento feito foi considerar que a extração dessa *commodity* é a única atividade da indústria extrativa no ERJ. O que não corresponde totalmente à realidade, localizam-se no ERJ outros tipos de indústria extrativa, tal como a extração de areia, argila, sal e pedras ornamentais. Porém os valores monetários movimentados são consideravelmente inferiores ao volume monetário decorrente da extração de petróleo e gás natural. A informação dos valores da indústria extrativa foi obtida pelas Contas Regionais, também do IBGE.

A partir deste exercício, obtivemos a participação relativa retratada no gráfico 3 abaixo. Nele podemos ver que o interior fluminense apresenta uma importância no VAB bastante reduzida em comparação ao verificado no gráfico 2. Não obstante, a participação do interior fluminense do ponto de vista industrial é superior ao verificado no conjunto do PIB, porém, abaixo dos até 70% verificados no VAB industrial.

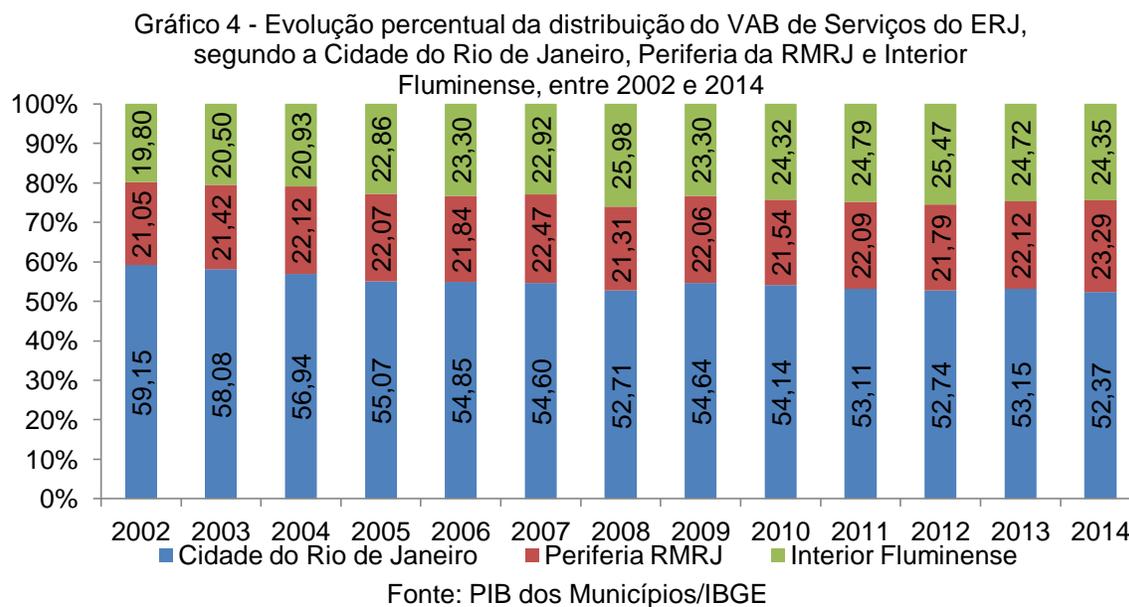


Fonte: PIB dos Municípios/IBGE

Já a periferia metropolitana apresentou certa semelhança de sua participação relativa ao comparar o VAB industrial do gráfico 2 e o VAB industrial modificado do gráfico acima. Entretanto, entre 2002 e 2004 a região demonstrou uma importância relativa superior ao que se encontrou nos últimos anos da série.

No mesmo sentido, a cidade do Rio de Janeiro também perdeu participação relativa no VAB industrial modificado entre 2002 e 2014. Não obstante, nesta série a importância do núcleo metropolitano no VAB estadual é significativamente maior do que o encontrado no VAB industrial observado no Gráfico 2.

Nas atividades de serviços, exclusive Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, setor responsável por pouco mais da metade do VAB estadual, a participação relativa da cidade do Rio de Janeiro é bastante significativa. O gráfico 4 apresenta os dados da distribuição territorial do VAB deste setor.



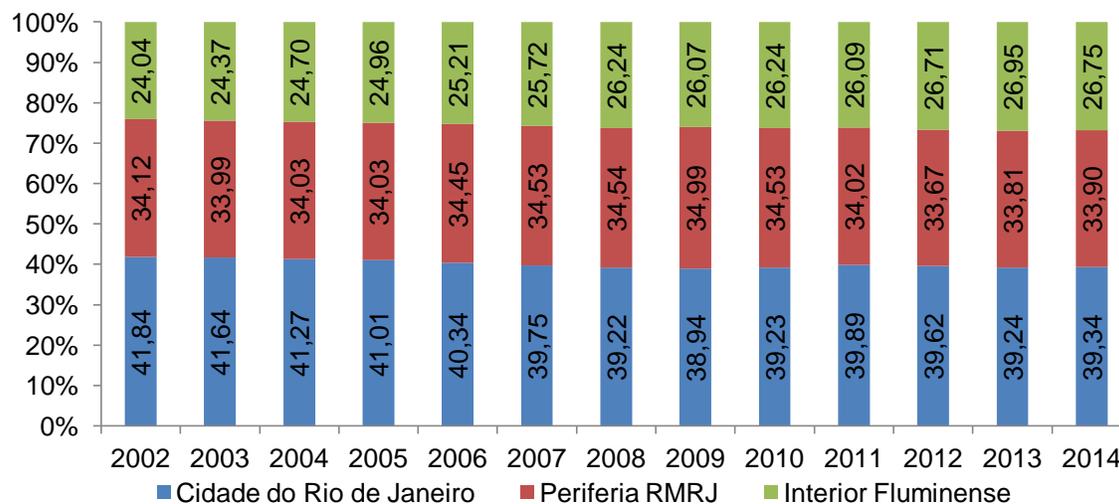
É importante observar que, enquanto a periferia da RMRJ apresenta uma participação relativa nos serviços equivalente ao encontrado no total do PIB, de pouco mais de 20% do total estadual, a cidade do Rio de Janeiro aparece com um peso mais elevado e o interior fluminense apresenta uma relevância menor neste setor do que no conjunto de atividades.

Isto ocorre por conta das características de uma Região Metropolitana, que, tal como demonstra o IBGE, “possui uma elevada centralidade, abrigando sedes de companhias, de instituições públicas e uma ampla gama de oferta de bens e serviços”. Essas particularidades fazem com que as RMs tenham “alta capacidade polarizadora, atraindo a população dispersa no território para si, para o consumo destes bens e serviços”. A forte desigualdade territorial apontada no Capítulo 3 faz com que a concentração destes serviços seja ainda mais polarizada no núcleo metropolitano, o que explica em parte a maior participação relativa da cidade do Rio de Janeiro no total do VAB dos serviços estadual.

Cabe ressaltar que a CRJ vem perdendo participação ao longo dos anos, com um incremento tímido da periferia metropolitana e um considerável aumento das atividades do setor terciário no interior fluminense.

Já o setor de administração pública, último componente do VAB a ser analisado, é o setor onde a periferia metropolitana apresenta sua maior participação relativa, com mais de 1/3 do total estadual, enquanto que a cidade do Rio de Janeiro possui cerca de 40% e o interior fluminense cerca de ¼ do VAB estadual.

Gráfico 5 - Evolução percentual da distribuição do VAB da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, segundo a Cidade do Rio de Janeiro, Periferia da RMRJ e Interior Fluminense, entre 2002 e 2014



Fonte: PIB dos Municípios/IBGE

Em relação à distribuição da participação relativa das regiões no setor de administração pública, houve uma variação muito pequena, tendo crescido menos de 3 pontos percentuais no interior fluminense e diminuído 1 ponto na periferia metropolitana e 2 pontos na cidade do Rio de Janeiro no período entre 2002 e 2014. Desse modo, ao menos do ponto de vista da administração pública, não houve grande alteração na distribuição territorial do PIB estadual.

Em termos da distribuição espacial do crescimento do PIB fluminense, cabe observar a variação percentual do PIB acumulado no período entre 2002 e 2014, a partir dos dados da tabela 6 abaixo. Neste período o PIB brasileiro apresentou um crescimento, descontado da inflação, de 50,7%, enquanto que o Estado do Rio de Janeiro obteve uma variação de 41,4%.

A RMRJ teve um crescimento mais comedido, com um incremento de 31,6% do seu PIB. O interior fluminense foi o principal responsável pelo crescimento econômico estadual, com uma ampliação de 66,9%. O baixo crescimento do conjunto da região metropolitana esteve associado a uma modesta variação do crescimento econômico da cidade do Rio, com 23,5% de aumento no período, enquanto que a periferia da RMRJ obteve um crescimento superior a duas vezes o encontrado no núcleo metropolitano, com 51,2%.

Tabela 6 – Variação percentual do PIB segundo as principais atividades econômicas do Estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2014

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm Publ	Impostos	PIB
Rio de Janeiro	49,0	10,2	26,0	19,6	29,8	23,5
Periferia RMRJ	11,0	76,5	57,5	26,4	48,4	51,2
RMRJ	17,1	31,5	34,3	22,6	33,1	31,6
Interior Fluminense	14,0	76,0	75,0	41,5	45,1	66,9
Estado do Rio de Janeiro	14,4	54,2	42,4	27,2	35,1	41,4
Brasil	19,1	37,2	64,1	51,5	43,2	50,7

Fonte: PIB dos Municípios / IBGE

Em termos setoriais, o interior fluminense apresentou forte incremento na indústria, muito por conta da expansão da extração de petróleo e gás natural em alto mar, e nos serviços, ambos com mais de 75% de aumento. Já na RMRJ, o maior dinamismo se deu nos serviços, porém, pouco acima do conjunto do PIB. Na periferia metropolitana, observou-se um forte incremento na indústria, com um crescimento de 76,5%, superior, inclusive, ao encontrado no interior fluminense.

Este considerável aumento também foi influenciado pela exploração da *commodity* supracitada, que teve nos anos recentes grande crescimento nos municípios litorâneos do Leste Metropolitano (Niterói e Maricá).

Por fim, o maior crescimento no setor de serviços no interior fluminense e na periferia metropolitana reforça o aumento de participação relativa destas 2 regiões no VAB do setor no período analisado.

No que se refere ao perfil setorial da estrutura produtiva da RMRJ, por conta da carência de informações desagregadas para os níveis metropolitano e municipal, serão feitas análises, quando necessário, a partir dos dados estaduais considerando as particularidades da região estudada. Apesar da grande relevância da RMRJ do ponto de vista do PIB industrial estadual, há que se levar em conta certa diversificação industrial do interior fluminense a partir da implantação de alguns projetos de investimentos, tais como, por exemplo, a metalurgia e automobilística no Médio Paraíba, pela presença da CSN, Votorantim Siderurgia, PSA Peugeot Citroën, Nissan, MAN Caminhões e Jaguar-Land Rover; a produção de energia elétrica e a construção naval em Angra dos Reis, pela presença da Eletronuclear e BrasFELS; as confecções em municípios da Região Serrana, Noroeste e Baixadas Litorâneas, que inclusive possuem um Arranjo Produtivo Local para cada um³⁶; a produção de produtos de metal em Nova Friburgo, (segundo a FIRJAN, conta com 25 empresas no setor³⁷); o setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense; e as atividades vinculadas à exploração de petróleo e gás natural em Macaé, entre outros³⁸.

Feitas estas ressalvas, serão analisadas a seguir as participações relativas dos diferentes setores no VAB estadual. Os dados estão organizados na tabela 7 abaixo.

³⁶ Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais. Para mais informações sobre os APLs no ERJ, consultar CARVALHO (2010).

³⁷ Para mais informações, ver: <http://publicacoes.firjan.org.br/guiametalmecanico-estadorj/files/assets/basic-html/page-1.html>

³⁸ Para mais informações sobre as concentrações econômicas no Estado do Rio de Janeiro, consultar SILVA (2009).

Tabela 7 – Participação percentual das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2014

Atividades econômicas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
VAB total	100,0												
Agropecuária	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Indústria	27,4	28,4	30,4	32,8	35,0	32,3	33,9	28,0	29,8	31,1	32,5	30,4	29,6
Indústrias extrativa	9,8	11,3	11,6	16,1	19,3	15,9	18,9	11,3	12,8	16,1	18,0	15,7	15,2
Indústrias de Transformação	7,1	8,8	10,3	8,9	8,4	9,0	8,9	8,6	8,3	6,9	6,3	6,2	6,3
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,2	3,1	3,0	3,2	3,1	2,8	2,0	2,9	3,0	2,6	2,5	2,2	1,9
Construção	7,3	5,3	5,5	4,7	4,3	4,5	4,1	5,2	5,7	5,4	5,7	6,3	6,2
Serviços	72,0	71,0	69,0	66,6	64,5	67,3	65,7	71,6	69,8	68,4	67,0	69,1	69,9
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	6,5	7,2	7,6	7,6	8,4	8,3	8,7	9,0	9,5	9,7	9,9	9,8	9,7
Transporte, armazenagem e Correios	3,5	3,4	3,5	3,2	3,0	3,5	4,0	4,2	4,5	4,8	5,0	5,2	5,3
Alojamento e alimentação	1,9	1,6	1,6	1,7	1,8	2,1	1,9	2,4	2,5	2,4	2,4	2,7	2,7
Informação e comunicação	6,2	6,2	6,9	6,9	6,1	6,8	6,4	7,0	6,1	5,8	5,3	4,7	4,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5,5	5,2	4,1	4,2	4,3	4,4	3,7	4,2	4,3	4,0	3,9	4,0	4,2
Atividades Imobiliárias	12,0	11,5	11,0	9,9	9,4	9,3	8,4	9,0	8,7	8,2	7,9	8,6	9,1
Serviços prestados às empresas	8,0	8,6	7,7	8,2	6,8	7,5	8,2	9,8	9,5	9,5	9,4	9,8	9,4
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	19,9	19,3	18,6	18,1	17,8	18,4	18,0	18,9	18,2	17,7	16,9	17,8	17,8
Educação e saúde privadas	3,7	3,9	3,7	3,0	3,2	3,3	3,0	3,2	3,0	3,0	3,2	3,4	3,9
Outros serviços	4,7	4,1	4,2	4,0	3,8	3,7	3,5	3,9	3,4	3,3	3,2	3,3	3,3

Fonte: IBGE – Contas Regionais 2014

No que se refere ao setor industrial, cabe considerar que, apesar do processo de desindustrialização em curso, este ainda possui grande relevância, sendo estratégico por causa da importância de seu encadeamento inter-setorial na estrutura produtiva, conforme SOBRAL (2013), com base em TAVARES (1998):

“[A] industrialização não envolve o avanço simplesmente de setores industriais, mas o processo de consolidação de uma base de acumulação intersetorial ágil e diversificada que ancora na maior diferenciação do aparelho produtivo seu elemento motor para alcançar dinamismo próprio.” (SOBRAL 2013, p 6)

Desse modo, a indústria de transformação não é importante apenas pelo seu próprio dinamismo, mas principalmente por suas características de desenvolvimento de cadeias produtivas, que agregam tanto os fornecedores quanto os clientes (para frente e para trás). Estas características permitem que este setor exerça maiores efeitos de encadeamento engendrando uma estrutura produtiva regional mais densa, intersetorial e dinâmica.

No VAB fluminense, o setor industrial possuía uma participação de 27,4% em 2002, distribuídos na indústria extrativa (9,8%), construção (7,3%), indústria de transformação (7,1%) e os serviços industriais de utilidade pública³⁹ (3,2%). Entre 2002 e 2014 o total da indústria passou a representar 29,6%, mas com pico em 2006 de 35% do total do VAB estadual. O incremento na participação industrial se deu majoritariamente pelo aumento do valor adicionado bruto da indústria extrativa, que passou a representar 15,2% do total da economia fluminense, tendo como maior participação também o ano de 2006, com 19,3% do total do VAB.

Em contrapartida, a indústria de transformação, que chegou a representar 10,3% em 2004, passou por um declínio de participação nos últimos anos, chegando a 6,3% em 2014. Estes dados sugerem um movimento de desindustrialização da economia fluminense, associado a uma grande expansão da extrativa mineral, que passou a ter uma participação 2,4 vezes maior do que a indústria de transformação.

Outra atividade industrial que apresentou declínio na participação relativa foi a construção, passando de 7,3% em 2002 para 6,2% em 2014. Esta perda é

³⁹ Esse setor é composto pela geração e distribuição de energia elétrica, captação e tratamento de água e esgoto e a gestão de resíduos sólidos.

um pouco curiosa, pois no período houve um forte incremento na construção habitacional e comercial por conta do *boom* imobiliário ocorrido a partir de 2008⁴⁰. Além disso, a realização dos mega eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 fizeram com que o setor público investisse fortemente na construção civil, reformando e construindo arenas esportivas, construindo soluções de transporte (extensão do metrô para Barra, BRT e VLT) e a revitalização da zona portuária do Rio⁴¹. Apesar desses vultosos investimentos, a participação relativa desta atividade foi reduzida se comparada ao ano de 2002, mas vem apresentando ganhos desde 2008.

Os serviços industriais de utilidade pública reduziram sua participação de 3,2% em 2002 para 1,9% em 2014. É importante associar esse movimento às enormes carências existentes na periferia metropolitana, conforme exposto no Capítulo 3 desta dissertação, as quais exigiriam pesados investimentos neste setor para a resolução dos problemas.

Avaliando especificamente a indústria de transformação, serão utilizadas principalmente duas bases de dados, a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIMPF) e a Pesquisa Industrial Anual (PIA), ambas do IBGE. Enquanto a primeira tem periodicidade mensal e aponta o “*comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação*”⁴², a segunda busca “*identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País*”⁴³. Elas serão utilizadas para identificar a trajetória que a indústria apresentou desde 2000. Apesar de estas pesquisas não serem publicadas de forma espacialmente desagregada para além da esfera estadual, em 2006, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro firmou um convênio com o IBGE, através do Instituto Pereira Passos, que possibilitou obter alguns resultados para o município.

⁴⁰ Sobre o assunto, ver SANTOS (2017)

⁴¹ Em 2009 foi apresentado pela Prefeitura um projeto de revitalização da área portuária da cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de operação urbana. Entre as intervenções propostas, e atualmente já realizadas, encontrava-se a derrubada do elevador da perimetral e a substituição deste por dois túneis, além de outras obras na região.

⁴² IBGE - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html>

⁴³ IBGE - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>

Infelizmente este convênio não foi renovado, o que faz com que muitos dados estejam desatualizados, como a PIA em que as informações só vão até 2006, ou a PIMPF com dados até 2012. Os dados da PIA serão analisados mais a frente, para demonstrar a importância dos diferentes setores na economia da cidade do Rio de Janeiro. Já os da PIMPF irão demonstrar a dinâmica da indústria carioca em comparação ao desempenho estadual.

Tendo em vista que a grande relevância da indústria extrativa (petróleo) está no interior fluminense, será analisada de forma pormenorizada apenas a trajetória da indústria de transformação. Esta opção também leva em conta o fato de que a maior parte da transformação industrial da indústria extrativa é vinculada à extração de petróleo em alto mar, com cerca de 98% do total em 2015, pelos dados da PIA.

Cabe destacar que, por serem pesquisas de amostragem, rotineiramente são feitas mudanças metodológicas, principalmente na pesquisa mensal, para adequar a metodologia da pesquisa de forma a captar melhor as constantes transformações que ocorrem na economia. Além disso, a PIMPF é utilizada no Sistema de Contas Nacionais, para elaboração do PIB do Brasil e dos estados, e por isso é importante ser um retrato mais fidedigno da indústria brasileira.

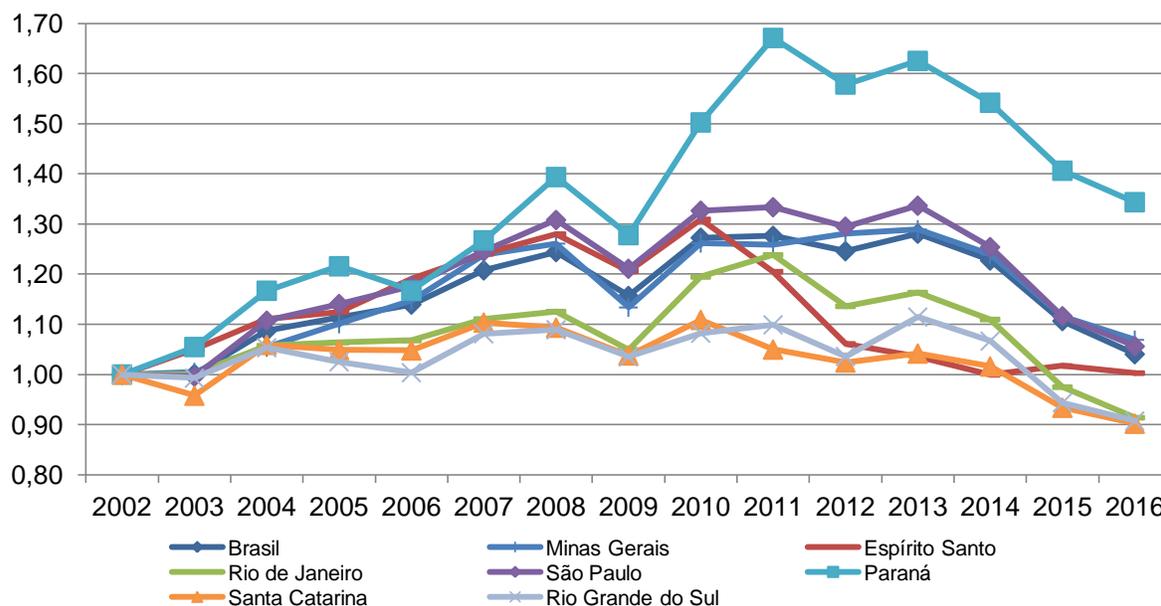
Em 2014 a PIMPF passou por uma reformulação para se adequar aos novos parâmetros da economia e retrocederam seus resultados com a nova metodologia até o ano de 2002⁴⁴. Esta mudança fez com que a variação entre 2002 e 2013 da indústria de transformação no Estado do Rio de Janeiro, que pela metodologia antiga apresentava um crescimento de 9,2%, saltasse para uma variação de 16,3%.

Esta mudança faz com que a trajetória da indústria de transformação no ERJ não se descole tanto do ocorrido no total nacional, diferentemente do que é apontado por SOBRAL (2013). Conforme pode ser visto no gráfico 6 abaixo, apesar de a trajetória da indústria de transformação fluminense não indicar um

⁴⁴ Entre as principais mudanças ocorridas na PIMPF está a adoção de novas classificações de atividades e produtos, com base na CNAE 2.0, além de atualizar a amostra atividades, produtos e informantes, conforme informado no site da pesquisa: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html>>

grande dinamismo, ela apresentou um crescimento superior ao de Estados como os de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre 2009-2015.

Gráfico 6 - Índice da produção física da indústria de transformação dos estados das Regiões Sul e Sudeste e do Brasil, entre 2002 e 2016



Fonte: PIMPF / IBGE

Além disso, a mudança metodológica reduziu a diferença existente entre o desempenho da indústria extrativa e a de transformação. Isto é destacado por SOBRAL (2013) ao afirmar que “o elevado dinamismo da extrativa mineral (mais que triplicou seu tamanho) vem contrastando com o quadro de semi-estagnação da indústria de transformação”.

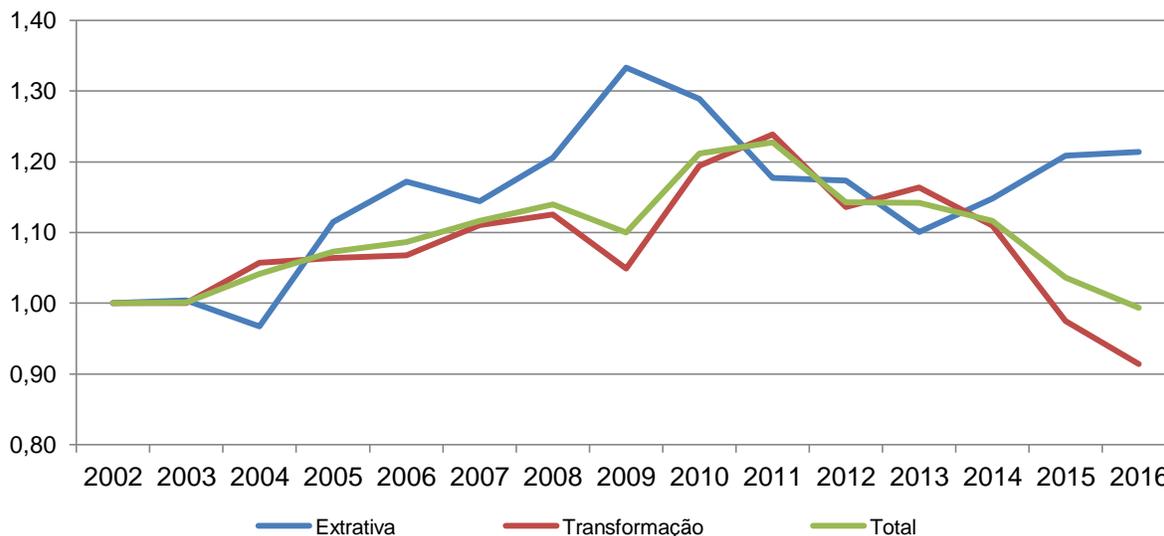
Como se pode ver pelo Gráfico 7, a indústria extrativa vinha apresentando um dinamismo considerável até o ano de 2009, revertendo sua trajetória e sendo ultrapassada pela indústria de transformação nos anos de 2011 e 2013. Esta diminuição de desempenho da indústria extrativa se deu, principalmente, por conta do declínio da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos⁴⁵.

Cabe ressaltar a forte queda da produção física da indústria de transformação nos últimos anos, caindo mais de 21% entre 2013 e 2016. Porém, o

⁴⁵ Os dados de redução foram obtidos na ANP através do Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural, uma vez que a produção em 2010 era de 1,864 milhões de barris de petróleo por dia, passando para 1,615 em 2013.

gráfico 6 indica que este não foi um fenômeno isolado no território fluminense, tendo ocorrido nos estados brasileiros, decorrente da crise política e econômica pela qual o país vem passando desde 2015.

Gráfico 7 - Índice da produção física industrial, segundo indústria extrativa, indústria de transformação e total industrial do ERJ, entre 2002 e 2016



Fonte: PIMPF / IBGE

Essa diminuição recente fez com que a maior parte dos setores da indústria fluminense apresentasse, em 2016, uma produção física inferior ao encontrado em 2002. De acordo com a tabela 8, apenas a Fabricação de bebidas e a Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias apresentaram um desempenho positivo no período. Enquanto que o primeiro setor possui algumas unidades produtivas na RMRJ, notadamente nos municípios do Rio de Janeiro e Petrópolis, o segundo setor está localizado majoritariamente nos municípios da região do Médio Paraíba, porém, há a empresa Marcopolo em Duque de Caxias que produz carrocerias de ônibus e possui mais de 1000 empregados formais.

Dentre os setores que possuem certa relevância na RMRJ destacam-se a Fabricação de produtos alimentícios, presente em praticamente todos os municípios da região; Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, principalmente em Duque de Caxias com a REDUC; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, pela indústria farmacêutica na cidade do Rio de Janeiro e pela de cosméticos em Nova Iguaçu; e

a Fabricação de produtos de borracha e de material plástico, principalmente em Duque de Caxias, tanto pela presença da REDUC quanto pela Rio Polímeros, e Rio de Janeiro, onde se localiza, entre outros, a Michelin.

Tabela 8 – Variação percentual dos setores industriais na Produção Física Industrial do Estado do Rio de Janeiro e do total do Brasil, entre 2002 e 2016

Setores Industriais	Estado do Rio de Janeiro	Brasil
Indústria geral	-0,7	7,0
Indústrias extrativas	21,4	44,9
Indústrias de transformação	-8,6	4,1
Fabricação de produtos alimentícios	-23,5	9,0
Fabricação de bebidas	17,7	34,7
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-6,9	5,7
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-26,8	27,0
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-15,3	-7,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-1,4	6,7
Metalurgia	-28,3	-10,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	38,3	2,9

Fonte: PIMPF / IBGE

Cabe ressaltar que, com exceção da indústria automotiva, todos os demais setores presentes no ERJ apresentaram um desempenho inferior ao brasileiro, ou seja, a indústria fluminense vem apresentando uma perda de dinamismo em relação ao conjunto do país.

Os dados disponíveis para a cidade do Rio de Janeiro seguem a metodologia antiga, encerrada em 2014, porém, os dados desagregados para o município do RJ só estão disponíveis até novembro de 2012. Como dito anteriormente, na metodologia antiga, o desempenho da indústria de transformação no período analisado era inferior ao verificado nos novos dados divulgados. Entretanto, comparando os resultados tanto do estado quanto do da cidade através da antiga metodologia encontrou-se no primeiro um crescimento de 7,7% e no segundo uma evolução de 0,4%, como pode ser visto na tabela 9. Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro, no período analisado, praticamente não apresentou crescimento da sua produção física industrial, e, por consequência, a evolução estadual ficou concentrada na periferia metropolitana e no interior fluminense.

Tabela 9 – Variação percentual dos setores industriais na Produção Física Industrial da cidade e do estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2012

Setores Industriais	Estado do Rio de Janeiro	Cidade do Rio de Janeiro
Indústria de Transformação	7,7	0,4
Alimentos	-3,1	27,5
Bebidas	24,4	13,0
Têxtil	-17,9	-
Edição, impressão e reprodução de gravações	-21,9	-20,2
Refino de petróleo e álcool	8,8	-
Farmacêutica	-9,7	-12,3
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	13,2	-8,5
Outros produtos químicos	15,6	-11,8
Borracha e plástico	-18,0	73,1
Minerais não metálicos	22,9	35,2
Metalurgia básica	12,2	-19,1
Veículos automotores	105,3	-

Fonte: PIMPF / IBGE

Ao analisar a evolução dos diferentes setores industriais da cidade e do estado, percebe-se que não há um padrão claro em relação aos dois territórios. Por conta disto, não será feita uma análise dos diferentes setores para a cidade do Rio de Janeiro. Cabe destacar que estas trajetórias diferentes podem decorrer da utilização de uma menor amostra para medir o desempenho industrial na cidade, sendo, portanto, menos representativo do conjunto da indústria do município.

Com relação à análise da PIA, optou-se por utilizar os dados do valor da transformação industrial (VTI), em um primeiro momento, medindo a evolução entre 2000 e 2015 e, em um segundo momento, a distribuição das diferentes atividades no conjunto da indústria estadual.

O VTI corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo com as operações industriais, correspondendo assim a uma aproximação do valor adicionado industrial.

É importante ressaltar que, como dito anteriormente, a PIA passou por mudanças metodológicas no período para incorporar, entre outros, a CNAE 2.0, em um movimento semelhante ao ocorrido na PIMPF. As mudanças foram aplicadas em 2010 em referência a PIA de 2008 e recalculada até 2007. Os dados de anos anteriores foram utilizados com a metodologia disponível, o que pode gerar alguma imprecisão.

A partir das informações constantes nessa base de dados, observa-se que a dinâmica da economia fluminense em relação aos demais estados foi mais ou menos semelhante ao do ocorrido na PIMPF, apresentando uma trajetória inferior à média nacional.

A tabela 10 traz os dados da participação relativa de alguns estados no VTI do país entre 2000 e 2015. O ERJ teve uma pequena perda de participação durante o período analisado, passando de 7,91% em 2000 para 7,24% em 2015. O percentual do VTI fluminense foi ultrapassado pelo estado do Paraná, fazendo com que o ERJ assumisse a 5ª posição na distribuição nacional do VTI.

Tabela 10 – Participação percentual dos estados no Valor da Transformação Industrial do Brasil, entre 2000 e 2015

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Minas Gerais	8,84	8,78	8,86	9,13	9,83	9,59	9,75	10,21
Rio de Janeiro	7,91	7,57	7,61	8,04	8,06	7,89	7,94	7,34
São Paulo	47,22	46,57	45,19	43,80	43,12	43,65	42,82	42,47
Paraná	6,15	6,26	6,92	7,25	6,95	6,94	7,14	7,50
Santa Catarina	4,56	5,08	5,16	5,05	4,95	4,76	4,91	5,02
Rio Grande do Sul	8,67	8,91	8,51	8,41	8,18	7,53	7,00	7,37
Unidade da Federação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Minas Gerais	10,82	9,62	10,10	9,56	9,33	9,45	9,65	9,49
Rio de Janeiro	7,37	7,29	7,95	8,04	8,05	7,54	7,17	7,24
São Paulo	41,32	41,63	40,78	40,79	39,94	39,20	37,94	37,60
Paraná	8,11	8,03	7,73	8,14	7,98	8,42	8,19	7,84
Santa Catarina	4,78	5,15	5,29	5,32	5,47	5,73	6,20	6,03
Rio Grande do Sul	7,25	7,68	7,68	7,74	8,12	8,21	8,23	8,28

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual

Se considerarmos também a indústria extrativa, o VTI do ERJ passa a ser o segundo maior do país do ponto de vista de valor industrial, ultrapassando, em 2015, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Para realizar a análise do perfil inter-setorial no total do VTI estadual optou-se por apresentar os dados de forma separada nos períodos entre 2000 e 2007 e entre 2007 e 2015 por conta da mudança metodológica ocorrida na pesquisa. Enquanto o primeiro período se encontra na tabela 11, o segundo está na tabela 12 abaixo.

Tabela 11 – Participação relativa dos diferentes setores industriais no total do VTI do Estado do Rio de Janeiro pela metodologia antiga, entre 2000 e 2007

Setores Industriais	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	100,00							
Indústrias extrativas	21,24	23,16	26,26	28,58	28,29	31,81	32,04	31,43
Extração de petróleo e serviços relacionados	20,83	22,77	25,91	28,19	27,97	31,47	31,71	31,01
Indústrias de transformação	78,76	76,84	73,74	71,42	71,71	68,19	67,96	68,57
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	8,43	8,19	6,74	5,57	6,34	5,44	5,87	5,47
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,63	1,52	1,37	1,03	0,96	0,96	0,98	1,09
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	-	1,12	0,85	0,99	0,77	0,77	0,84
Edição, impressão e reprodução de gravações	8,20	7,76	6,25	4,76	4,02	4,13	4,01	3,85
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	-	-	14,31	17,80	17,50	19,72	20,84	20,28
Fabricação de produtos químicos	13,03	12,24	11,54	9,13	9,97	8,68	8,03	9,04
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,13	2,41	2,27	2,24	1,94	1,75	2,09	2,32
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,54	2,51	2,95	2,60	2,36	1,91	1,99	1,56
Metalurgia básica	7,94	7,80	10,75	11,99	13,46	11,03	9,21	9,44
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	2,42	2,45	2,14	1,85	1,96	1,89	2,33	2,22
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,03	1,72	1,84	1,76	1,78	1,72	2,38	2,08
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,39	4,73	2,80	2,05	0,79	0,12	0,06	0,05
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,92	0,88	0,84	1,08	0,66	0,54	0,46	0,51
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2,93	3,49	3,61	3,40	4,15	4,71	4,27	4,46
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1,30	2,57	2,27	3,24	2,77	2,32	2,35	2,96

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual

Observação: Foram mantidos apenas os setores que possuíram ao menos 1% do VTI estadual em qualquer ano.

Um primeiro destaque é o fato de a indústria de transformação estar perdendo participação relativa no VTI estadual, com uma redução de quase 20 pontos percentuais, tendo passado de 78,76% em 2000 para 59,69% em 2015. Esta redução também pôde ser vista anteriormente na análise do PIB, porém, cabe destacar que o valor adicionado da indústria de transformação pela PIA é praticamente 50% superior ao da indústria extrativa, algo bem diferente do que ocorre ao observar o VAB industrial, onde a indústria extrativa tinha uma participação relativa significativamente mais elevada do que a de transformação.

Entre os setores da indústria de transformação, o mais importante durante todo o período foi o de Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, que manteve entre 14% e 22% do total do VTI fluminense, demonstrando articulação inter-setorial com as atividades extrativas. Em seguida, foi a Fabricação de produtos químicos, que apresentava uma participação de 13,03%, em 2000, tendo perdido importância relativa na indústria fluminense, chegando a 2015 com cerca de 7% do valor da transformação industrial. Estes dois setores possuem forte concentração na RMRJ, onde se localizam cerca de

90% dos estabelecimentos formais com ao menos 100 empregados desses setores no estado, de acordo com a RAIS.

Tabela 12 – Participação relativa dos diferentes setores industriais no total do VTI do Estado do Rio de Janeiro pela metodologia nova, entre 2007 e 2015

Setores Industriais	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	100,00								
Indústrias extrativas	32,34	37,30	37,12	32,51	34,94	38,18	38,70	43,37	40,31
Extração de petróleo e gás natural	29,06	33,49	31,43	26,97	28,62	31,49	31,60	35,78	31,19
Atividades de apoio à extração de minerais	2,87	3,57	5,24	5,15	-	-	6,53	7,04	8,46
Indústrias de transformação	67,66	62,70	62,88	67,49	65,06	61,82	61,30	56,63	59,69
Fabricação de produtos alimentícios	2,60	2,24	2,90	3,06	2,41	2,22	2,25	2,48	2,74
Fabricação de bebidas	3,01	2,48	3,43	3,35	3,51	3,43	3,23	3,22	3,72
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	1,08	0,97	1,78	1,59	1,63	2,00	1,95	2,00	2,07
Impressão e reprodução de gravações	1,48	1,45	1,59	1,37	1,42	1,29	1,62	1,22	1,30
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	20,82	19,18	18,15	22,43	22,52	20,01	17,07	14,21	16,47
Fabricação de produtos químicos	5,91	5,03	5,87	5,09	5,36	6,68	6,69	5,92	7,06
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	3,44	3,19	3,70	2,61	2,23	1,92	2,12	2,05	1,82
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2,39	2,09	2,29	2,41	2,06	1,85	1,92	2,49	2,26
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,61	1,52	1,83	1,61	1,65	1,81	1,93	1,92	1,93
Metalurgia	9,72	9,16	6,00	7,84	6,29	6,31	6,83	5,94	5,01
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2,28	2,03	2,03	2,34	2,42	2,08	2,10	2,05	2,01
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,24	1,18	1,09	1,66	1,65	1,74	1,81	1,97	2,26
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	4,61	5,13	4,33	5,06	5,01	3,68	4,49	2,77	2,33
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,42	1,49	1,84	1,52	1,83	1,92	1,89	2,81	2,12
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2,67	2,83	3,00	2,50	2,60	2,43	3,01	3,04	3,77

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual

Observação: Foram mantidos apenas os setores que possuíram ao menos 1% do VTI estadual em qualquer ano.

O VTI da indústria de transformação vem perdendo participação relativa no conjunto do estado, porém, as principais atividades aí localizadas são aquelas apontadas por SOBRAL (2013) como componentes dos Bens Intermediários (BI). Segundo esse autor:

“[...] o ciclo de crescimento da produção de BI depende da demanda por insumos básicos para a execução de outras atividades econômicas, ou seja, dependente do grau de encadeamentos gerados e da capacidade de impulsão recíproca entre os fluxos de produção. [...] Ou seja, a produção desses bens caracteriza-se por baixo potencial de dinamismo intra-industrial. Dessa forma, sua dinâmica produtiva fica mais associada à capacidade de resposta ao movimento mais geral da economia nacional e internacional.” (SOBRAL 2013, p 151-152)

Apesar disso, os dados mais recentes apontam para uma redução da participação do VTI fluminense relativa a esses setores de Bens Intermediários. Esse processo está acompanhado por uma perda de participação relativa da maior parte dos setores industriais, articulando-se a uma especialização regional na indústria extrativa.

A seguir, será feita a análise dos dados do Valor da Transformação Industrial da cidade do Rio de Janeiro, de forma a identificar a sua distribuição entre os diferentes setores. A tabela 13 abaixo apresenta as informações para o ano de 2006, último ano em que a pesquisa foi divulgada para a capital fluminense.

Tabela 13 – Peso percentual do VTI da cidade do Rio de Janeiro em relação ao total do estado e participação relativa dos diferentes setores industriais no total do VTI da cidade e do estado do Rio de Janeiro, pela metodologia antiga, em 2006

Setores Industriais	Peso (%) do VTI CRJ / ERJ	Composição VTI - CRJ	Composição VTI - ERJ
Total	16,86	100,00	100,00
Indústrias extrativas	0,07	0,14	32,04
Indústria Extrativa de Minerais Não-Metálicos	10,02	0,14	0,24
Indústrias de transformação	24,77	99,86	67,96
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	51,21	17,84	5,87
Indústria Têxtil	21,25	0,57	0,45
Confecções	35,38	2,05	0,98
Couro Calçadista	61,43	0,44	0,12
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	52,67	2,42	0,77
Edição, Impressão e Reproduções	65,54	15,58	4,01
Refino de Petróleo e Produção de Álcool	1,20	1,48	20,84
Fabricação de Produtos Químicos	62,90	29,95	8,03
Artigos de Borracha e Plástico	76,35	9,48	2,09
Produtos de Minerais Não-Metálicos	27,55	3,26	1,99
Metalurgia Básica	0,11	0,06	9,21
Fabricação de Produtos de Metal-Exclusive Máq. e Equip.	23,78	3,29	2,33
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	56,19	7,93	2,38
Máquinas para Escritório e Equip. de Informática	13,01	0,05	0,06
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	54,85	1,51	0,46
Material Eletrônico e Aparelhos e Equip.de Comunicação	2,45	0,07	0,51
Equipamentos e Instr. Médicos-Hospitalares	18,69	0,76	0,69
Montagem de Veículos Automotores	1,98	0,50	4,27
Outros Equipamentos de Transporte	12,92	1,80	2,35
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	35,56	0,83	0,39

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual e Instituto Pereira Passos

Cerca de $\frac{1}{4}$ do VTI da indústria de transformação fluminense estava localizado na cidade do Rio de Janeiro. Enquanto que esta indústria representava 67,96% do valor da transformação no conjunto do estado, no núcleo metropolitano ela era praticamente a única atividade, com 99,86% do VTI da cidade.

Entre as diferentes atividades, a cidade do Rio de Janeiro apresentava 8 setores com mais de 50% de participação relativa no VTI estadual, sendo Artigos de Borracha e Plástico o que possuía a maior concentração no núcleo metropolitano, com 76,35% do total do estado. Na composição interna, a Fabricação de Produtos Químicos era aquela que possuía a maior importância na indústria carioca, com 29,95%, seguido pela Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, com 17,84%, e pela Edição, Impressão e Reproduções, com 15,58%.

Nos dois setores mais relevantes do VTI estadual, o de Refino de Petróleo e Produção de Álcool e o de Metalurgia Básica, a cidade do Rio de Janeiro praticamente não tinha participação relativa, com respectivamente 1,20% e 0,11% do VTI do setor. Enquanto o primeiro está localizado principalmente na periferia metropolitana, pela presença da REDUC em Duque de Caxias, o segundo está concentrado na região do Médio Paraíba. Uma vez que a PIA nesse nível de desagregação não foi mais disponibilizada, não é possível verificar os efeitos no VTI da cidade do Rio de Janeiro no que se refere ao setor de Metalurgia Básica por conta da instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no distrito industrial de Santa Cruz, em 2010.

Ainda do ponto de vista industrial (indústria extrativa e de transformação), é válido avaliar a população de empresas existente. Serão avaliados, através da RAIS, os estabelecimentos formais que possuíam ao menos 100 empregados. Apesar de estas empresas representarem, em 2015, apenas 3,34% dos 11.722 estabelecimentos industriais da RMRJ, elas são responsáveis por mais de 60% dos empregos formais do setor na região.

O corte neste número de empregados leva em conta a classificação do SEBRAE para o porte dos estabelecimentos industriais, que considera micro estabelecimentos aqueles que possuem até 19 empregados, seguido pelos pequenos estabelecimentos, que vão de 20 a 99 empregados, médios estabelecimentos, entre 100 e 499 trabalhadores, e grandes estabelecimentos

com 500 ou mais empregados⁴⁶. Além disso, conforme aponta SOBRAL (2013), “há uma forte relação entre densidade de capital, progresso técnico e economias de escala, o que demonstra a importância do tamanho das empresas e domínio da economia por aquelas de grande porte em seu movimento de expansão”. Dessa forma, podemos inferir que a presença de grandes estabelecimentos industriais indica um protagonismo da região no setor de atuação desta empresa.

Um ponto relevante a ser destacado é o fato de que, entre 2001 e 2015, houve uma ampliação da participação dos médios e grandes estabelecimentos industriais na contratação de trabalhadores. Em 2001, estas empresas eram responsáveis por 50,48% do total do emprego formal industrial e passaram a representar 60,13%. Isto foi acompanhado por uma pequena redução de sua participação relativa no total de estabelecimentos formais industriais, passando de 3,55% para 3,34%. Indicando que, desde a virada do século houve um processo de concentração dos empregos industriais em empresas de maior porte.

As tabelas 14 e 15 abaixo apresentam a distribuição dos estabelecimentos industriais com mais de 100 empregados, segundo setores de atividade, para a cidade do Rio de Janeiro, periferia metropolitana, RMRJ e interior fluminense no total do Estado do Rio de Janeiro para os anos de 2001 e 2015. Nelas podemos ver um movimento de redução do peso dos estabelecimentos industriais da região metropolitana no total do estado. Apesar de sua redução relativa, a RMRJ ainda é responsável por quase 2/3 destas empresas.

A maior diminuição ocorreu por conta do núcleo metropolitano, que passou de uma participação relativa de 49,08%, em 2001, para 38,25%, em 2015, enquanto que a periferia metropolitana reduziu de 26,08% para 25,28%. O dinamismo da cidade do Rio de Janeiro foi o principal responsável pela perda de participação da RMRJ, uma vez que a periferia metropolitana praticamente manteve seu peso nos estabelecimentos industriais do estado.

⁴⁶ http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf

Tabela 14 – Distribuição percentual dos estabelecimentos formais industriais, segundo as divisões CNAE 1.0, nas regiões do Estado do Rio de Janeiro, em 2001

Setores	Cidade do Rio de Janeiro	Periferia RMRJ	RMRJ	Interior Fluminense	Estado do Rio de Janeiro
Indústria Extrativa	18,52	11,11	29,63	70,37	100,00
Extração de petróleo e serviços relacionados	18,18	0,00	18,18	81,82	100,00
Extração de minerais metálicos	0,00	100,00	100,00	0,00	100,00
Extração de minerais não metálicos	25,00	50,00	75,00	25,00	100,00
Indústria de Transformação	50,87	26,96	77,83	22,17	100,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	39,24	34,18	73,42	26,58	100,00
Fabricação de produtos do fumo	83,33	16,67	100,00	0,00	100,00
Fabricação de produtos têxteis	38,10	33,33	71,43	28,57	100,00
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	51,22	39,02	90,24	9,76	100,00
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	80,00	0,00	80,00	20,00	100,00
Fabricação de produtos de madeira	0,00	100,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	35,71	42,86	78,57	21,43	100,00
Edição, impressão e reprodução de gravações	86,21	6,90	93,10	6,90	100,00
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	40,00	20,00	60,00	40,00	100,00
Fabricação de produtos químicos	56,76	31,08	87,84	12,16	100,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	56,25	31,25	87,50	12,50	100,00
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	39,29	28,57	67,86	32,14	100,00
Metalurgia básica	25,00	6,25	31,25	68,75	100,00
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	50,00	17,86	67,86	32,14	100,00
Fabricação de máquinas e equipamentos	65,52	17,24	82,76	17,24	100,00
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	50,00	0,00	50,00	50,00	100,00
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetro	37,50	50,00	87,50	12,50	100,00
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	30,00	20,00	50,00	50,00	100,00
Fabricação de outros equipamentos de transporte	22,22	44,44	66,67	33,33	100,00
Fabricação de móveis e indústrias diversas	55,56	0,00	55,56	44,44	100,00
Reciclagem	0,00	33,33	33,33	66,67	100,00
Total Indústria	49,08	26,08	75,15	24,85	100,00
Total de Atividades	60,29	21,58	81,86	18,14	100,00

Fonte: RAIS / MTE

Tabela 15 – Distribuição percentual dos estabelecimentos formais industriais, segundo as divisões CNAE 1.0, nas regiões do Estado do Rio de Janeiro, em 2015

Setores	Cidade do Rio de Janeiro	Periferia RMRJ	RMRJ	Interior Fluminense	Estado do Rio de Janeiro
Indústria Extrativa	31,94	2,78	34,72	65,28	100,00
Extração de petróleo e serviços relacionados	31,82	3,03	34,85	65,15	100,00
Extração de minerais metálicos	50,00	0,00	50,00	50,00	100,00
Extração de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
Indústria de Transformação	39,08	28,26	67,34	32,66	100,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	29,49	24,36	53,85	46,15	100,00
Fabricação de produtos do fumo	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de produtos têxteis	29,41	41,18	70,59	29,41	100,00
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	46,30	22,22	68,52	31,48	100,00
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	75,00	25,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de produtos de madeira	-	-	-	-	-
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	23,53	41,18	64,71	35,29	100,00
Edição, impressão e reprodução de gravações	70,00	25,00	95,00	5,00	100,00
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	72,22	22,22	94,44	5,56	100,00
Fabricação de produtos químicos	51,95	37,66	89,61	10,39	100,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	25,58	37,21	62,79	37,21	100,00
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	33,33	54,17	87,50	12,50	100,00
Metalurgia básica	36,36	0,00	36,36	63,64	100,00
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	23,40	19,15	42,55	57,45	100,00
Fabricação de máquinas e equipamentos	41,67	12,50	54,17	45,83	100,00
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	50,00	12,50	62,50	37,50	100,00
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetro	71,43	14,29	85,71	14,29	100,00
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	14,29	19,05	33,33	66,67	100,00
Fabricação de outros equipamentos de transporte	23,33	56,67	80,00	20,00	100,00
Fabricação de móveis e indústrias diversas	45,45	18,18	63,64	36,36	100,00
Reciclagem	33,33	33,33	66,67	33,33	100,00
Total Indústria	38,25	25,28	63,53	36,47	100,00
Total de Atividades	56,22	22,10	78,32	21,68	100,00

Fonte: RAIS / MTE

Outro destaque é a forte ampliação da presença de estabelecimentos da indústria extrativa na capital fluminense, que passou a concentrar quase 1/3 destas empresas. Este aumento se deu pela expansão da produção de petróleo e gás natural, com forte crescimento da Petrobras e a instalação de empresas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro⁴⁷. Apesar desse aumento no número de

⁴⁷ Em 2003 a UFRJ inaugurou um Parque Tecnológico que passou a atrair diversos centros de pesquisa vinculados à cadeia do petróleo, como, entre outros, Schlumberger, Halliburton, Baker Hughes. Um dos

estabelecimentos de médio e grande porte, o PIB não acompanhou tal movimento, o que indica que a efetiva atividade destas empresas não ocorre no núcleo metropolitano, mas sim nas plataformas de petróleo em alto-mar, o que distribui o produto industrial para outros municípios.

Além disso, na indústria de transformação observou-se uma substancial redução de participação relativa da cidade do Rio de Janeiro no total de estabelecimentos estaduais com mais de 100 empregados, passando de 50,87% para 39,08%. Já a periferia metropolitana teve um pequeno ganho de 1,4 pontos percentuais.

Dos 23 setores da indústria de transformação apenas em 3 a RMRJ não possuía ao menos a metade dos estabelecimentos estaduais, tais como na Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, com 33,33%, Metalurgia Básica, com 36,36%, e Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos, com 42,55%. Estas atividades de fato estão mais concentradas no interior fluminense, sendo as duas primeiras localizadas no Médio Paraíba e a última na região Serrana.

O setor que possuía o maior número de empresas de médio e grande porte na metrópole fluminense era o de Fabricação de Produtos Químicos, com 69 unidades, o que representa quase 90% do total fluminense. Por outro lado, o setor de Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, o segundo com mais estabelecimentos, com 42 unidades, perdeu participação relativa no estado no período, passando de 73,42% em 2001 para 53,85% em 2015. Inclusive, essa atividade teve uma redução no número de empresas na RMRJ, indo de 58 para 42, enquanto que o interior fluminense saltou de 21 para 36.

Em síntese, a partir da análise desses dados sobre o setor industrial, observa-se que houve um processo de perda de participação no cenário estadual, principalmente pela diminuição da importância da cidade do Rio de Janeiro no conjunto do ERJ. Já a periferia metropolitana ganhou importância na RMRJ, porém, apenas acompanhou a trajetória da indústria do estado, sem compensar

as perdas do núcleo metropolitano, não indicando um movimento significativo de espraiamento industrial.

Passando à análise do setor de serviços, este setor representa cerca de 70% do total produzido no ERJ, conforme pode ser visto na tabela 7. Porém, as atividades que compõe os serviços são bastante heterogêneas, o que fez com que, em contextos anteriores, o setor fosse definido pela literatura como atividades “residuais”, que não podem ser enquadradas como agropecuária ou indústria, ou seja, um “resíduo estatístico”.

Em contraponto a isto, OSORIO (2014) aponta que “o setor de serviços não deve ser encarado simplesmente como um grupo de atividades de natureza residual, pois pode reunir um conjunto de competências essenciais para orientar a dinâmica da economia como um todo”, e cita RIDDLE (1986) “os serviços são a cola que mantêm integrada qualquer economia”. Nesses termos, apesar da impossibilidade de se tratar de forma homogênea atividades tão díspares, também não é aconselhável trabalhar apenas com análises de segmentos isolados, uma vez que:

“[...] as diversas atividades de serviços não existem per se. Diante da importância de internalizar centro de decisões e adensar produtivamente, não se deve pensar de forma separada cada segmento de serviços. Cabe lembrar, por exemplo, que foi a consolidação de um complexo regional poderoso em São Paulo que permitiu a criação de um Setor de Serviços mais sofisticado e também um maior fortalecimento do sistema regional de inovação paulista.” (OSORIO, 2014, p.54)

Tal a complexidade e heterogeneidade do setor de serviços que o IBGE, de forma a retratar a economia, realiza pesquisas separando o comércio do conjunto dos serviços. Além disso, uma pesquisa mensal sobre o setor só começou a ser implementada a partir do ano de 2012.

O setor de serviços como um todo, que inclui a administração pública e o comércio, possuía um expressivo peso de 72,0% no total do VAB estadual de 2002. Essa participação declinou para 69,9% em 2014. O principal fator que explica essa redução no setor serviços, diante de um crescimento no conjunto do país, foi a ampliação da extração de petróleo e gás natural em alto mar, que teve

grande incremento no período analisado e aumentou a participação industrial no total do VAB estadual.

Entre os principais setores dos serviços, destaca-se a administração pública, que possuía, em 2002, 19,9% do VAB estadual. Este peso vem sendo reduzido ao longo dos anos, passando a ser de 17,8% em 2014. Além desse setor, destaca-se negativamente o de atividades imobiliárias, que tinha uma participação de 13,0% em 2002, porém, acompanhando o que ocorreu na construção, esta atividade vem perdendo importância na economia fluminense e em 2014 representou 9,1% do VAB.

Um destaque positivo é o de comércio e reparação de automóveis, que apresentou um crescimento de participação no valor adicionado estadual, passando de 6,5% em 2002 para 9,7% em 2014. Este efeito provavelmente foi decorrente de um aumento no crédito disponível, por uma diminuição das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro e pelo aumento da renda média da população.

Na mesma linha, os serviços prestados às empresas também tiveram aumento na sua participação relativa, fazendo com que o peso percentual deste setor passasse de 8,0% em 2002 para 9,4%. Isso está associado a um período de maior crescimento econômico, que aumentam as demandas de serviços do setor empresarial, provavelmente influenciadas pelo setor de petróleo.

Inclusive, estes dois setores que tiveram desempenho positivo (comércio e reparação de automóveis e serviços prestados às empresas) passaram de 4ª e 3ª atividades mais importantes para 3ª e 2ª.

Associado ao aumento da atividade econômica e da renda da população, também pode ser destacado o incremento de participação dos setores de transporte, armazenagem e correios, que passa de 3,5% em 2002 para 5,3% em 2014, e o de alojamento e alimentação, que vai de 1,9% para 2,7% do VAB estadual.

A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), do IBGE, oferece alguns parâmetros comparativos dos diferentes setores de serviços, porém os dados disponibilizados são um pouco mais limitados em termos de sua desagregação espacial, provavelmente por conta da amostra menor. Os dados utilizados na análise desta

dissertação foram do segmento empresarial não-financeiro, que é a única informação disponível para os diferentes Estados pela metodologia atualmente em vigor⁴⁸. A distribuição das receitas brutas de serviços podem ser vistos na tabela 16 abaixo.

Tabela 16 – Distribuição percentual da receita bruta das atividades de serviços do segmento não-financeiro no Estado do Rio de Janeiro, entre 2007 e 2015

Setores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total do Setor de Serviços não Financeiros	100,00								
1. Serviços prestados às famílias	10,25	9,40	9,75	11,07	10,85	11,50	11,97	12,57	12,80
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	8,12	7,25	7,99	9,02	8,59	9,10	9,12	9,53	10,03
1.2 Atividades culturais, recreativas e esportivas	0,90	0,89	0,64	0,69	0,62	0,78	1,13	1,47	0,99
1.3 Serviços pessoais	0,66	0,69	0,59	0,75	1,01	0,91	0,88	0,81	0,76
1.4 Atividades de ensino continuado	0,57	0,58	0,53	0,62	0,64	0,71	0,83	0,77	1,02
2. Serviços de informação e comunicação	34,39	33,47	34,90	32,08	29,55	28,74	28,88	28,35	26,92
3. Serviços prestados às empresas	22,91	23,88	23,98	24,46	25,48	25,07	25,61	25,10	24,57
4. Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	25,08	24,65	23,78	23,96	25,27	25,99	25,48	26,29	27,70
4.1 Transporte rodoviário	9,14	9,45	8,76	8,91	9,10	8,88	9,02	9,06	9,18
4.2 Outros transportes	9,72	9,29	8,94	9,55	9,99	10,85	10,06	10,45	10,30
4.3 Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes	5,08	4,84	5,13	4,43	5,06	5,23	5,41	5,88	7,19
4.4 Correio e outras atividades de entrega	1,14	1,07	0,96	1,07	1,12	1,04	0,99	0,89	1,03
5. Atividades imobiliárias	1,94	2,16	2,14	1,95	2,13	1,89	1,78	1,89	1,83
6. Serviços de manutenção e reparação	0,89	0,73	0,72	0,94	0,89	0,89	0,84	0,82	0,69
7. Outras atividades de serviços	4,55	5,71	4,72	5,54	5,84	5,91	5,44	4,98	5,49

Fonte: PAS / IBGE

Diferentemente do que ocorre no PIB, onde é estimado o valor adicionado de cada atividade, para o nível estadual, a PAS só disponibiliza a receita bruta. Isto faz com que setores que possuem um custo de operação muito elevado e uma margem operacional mais diminuta fiquem mais em destaque do que na análise do VAB. Nesse quesito podemos destacar, entre outros, alojamento e alimentação, informação e comunicação e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, todos estes com uma participação relativa bastante superior na receita bruta do que o encontrado no valor adicionado bruto. Na outra ponta encontramos as atividades imobiliárias, em que o peso destas no VAB é bastante superior ao do encontrado na receita bruta.

⁴⁸ A Pesquisa Anual de Serviços teve início em 1998, em uma série que foi até 2002, sendo substituída por uma nova que vai de 2002 a 2007, sendo esta, por sua vez, também substituída por outra que vai de 2007 até o último ano disponível (2015). Por ser um setor bastante disperso, é necessária a atualização rotineira das atividades e empresas analisadas e por conta disto os dados se alteram muito entre uma série e outra.

Analisando o desempenho no período, os serviços prestados às famílias tiveram um incremento, principalmente pelo crescimento de alojamento e alimentação e atividades de ensino continuado. Este aumento ocorreu pela influência do crescimento da renda e a expansão das universidades privadas.

Além desta atividade, os serviços prestados às empresas e os de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios tiveram um incremento no período. Estas duas atividades estão ligadas a atividade produtiva e uma provável explicação é o crescimento econômico ocorrido no período, principalmente entre 2008 e 2014, conforme comentado no Capítulo 3.

Em contrapartida, uma atividade que perdeu bastante participação relativa no período foi a de serviços de informação e comunicação, que teve uma redução de 7,47 pontos percentuais. Em termos de variação percentual da participação relativa, esta atividade teve uma redução de mais de 20% tanto no VAB quanto na receita bruta.

Ainda sobre o setor de serviços, o estudo feito por OSORIO (2014) destacou alguns serviços que foram considerados relevantes para o ERJ, classificando-os em blocos de atividades, tendo como critério “propriedades comuns que conferissem especificidade aos segmentos selecionados”. A delimitação buscou incluir atividades que tivessem a capacidade de atrair renda para o Estado, no sentido de produzir serviços que pudessem ser vendidos para outras regiões ou que atraíssem consumidores externos à região em análise.

Foram selecionados os 9 blocos seguintes: Turismo; Telecomunicações e Informática; Elaboração de Projetos, Pesquisa e Certificação; Serviços Financeiros; Serviços de Saúde; Editorial e Audiovisual; Cultura, Arte e Lazer; Atividades Esportivas e Lazer; e Serviços de Apoio às Empresas.

Nesse estudo, OSORIO (2014) chega à conclusão de que estes blocos de atividades de serviços deveriam ser separados em dois grupos, com o primeiro denominado “núcleo principal”, com forte capacidade de polarização e liderança dinâmica; e o segundo como “grupo complementar”, cujas capacitações são mais restritas. No primeiro caso, encontravam-se os blocos de Turismo; Telecomunicações e Informática; Elaboração de Projetos, Pesquisa e Certificação; Editorial e Audiovisual; Cultura, Arte e Lazer; e Atividades Esportivas e Lazer. Já

no segundo ficaram os 3 restantes: Serviços Financeiros; Serviços de Saúde; e Serviços de Apoio às Empresas.

Com relação ao comércio, foram examinados os dados da Receita bruta de revenda de mercadorias, com base na Pesquisa Anual de Comércio (PAC). Assim como nos serviços, a PAC também passou por mudanças metodológicas e a atual série traz dados de 2007 a 2015. Os dados de distribuição da receita bruta de revenda de mercadorias se encontram na tabela 17 abaixo.

Observa-se um ganho de participação do comércio varejista, principalmente no Comércio de outros produtos em lojas especializadas; e uma forte diminuição do Comércio de veículos, peças e motocicletas, enquanto que o comércio atacadista ficou praticamente estável no período entre 2007 e 2015.

Tabela 17 – Distribuição percentual da receita bruta de revenda de mercadorias das atividades de comércio no Estado do Rio de Janeiro, entre 2007 e 2015

Divisão de comércio e grupo de atividade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1.Total	100,00								
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	12,47	13,05	12,90	12,38	12,74	11,30	9,45	8,63	7,89
3.Comércio por atacado	38,98	39,07	37,82	36,84	37,60	39,15	39,77	39,82	37,96
3.1 Representantes e agentes do comércio (exceto de veículos e motocicletas)	0,17	0,23	0,25	0,36	0,41	0,39	0,38	0,41	0,27
3.2 Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	0,22	0,19	0,17	0,19	0,17	0,19	0,21	0,24	0,26
3.3 Produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,66	7,59	8,08	8,61	9,26	9,13	7,89	8,33	8,48
3.4 Comércio de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico	10,16	10,59	9,94	9,06	10,05	9,50	9,90	10,06	9,07
3.5 Comércio de produtos intermediários, resíduos e sucatas	16,92	15,97	15,42	14,45	13,24	15,20	15,94	15,18	14,39
3.5.1 Combustíveis e lubrificantes	13,68	13,13	12,67	11,65	10,32	10,09	9,88	10,05	9,84
3.5.2 Outros produtos intermediários	3,24	2,83	2,75	2,80	2,92	5,11	6,06	5,13	4,55
3.6 Comércio de equipamentos e produtos de tecnologia de informação e comunicação	1,37	1,78	1,41	1,33	1,27	1,27	1,59	1,41	1,31
3.7 Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos (exceto de tecnologia de informação e comunicação)	1,17	1,21	1,07	1,13	1,19	1,28	1,40	1,29	1,28
3.8 Comércio não-especializado	1,31	1,51	1,49	1,70	2,01	2,19	2,44	2,89	2,90
4.Comércio varejista	48,56	47,87	49,28	50,79	49,65	49,55	50,78	51,55	54,16
4.1 Comércio não-especializado	18,15	17,97	18,77	19,33	20,19	19,26	18,49	18,19	19,03
4.1.1 Hiper/Supermercado	13,44	13,41	13,71	13,31	13,26	13,00	12,18	12,69	13,55
4.1.2 Outros tipos de comércio não-especializado	4,71	4,56	5,06	6,03	6,93	6,26	6,31	5,50	5,48
4.2 Produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,47	0,78	1,62	2,07	2,18	1,80	1,94	2,27	2,66
4.3 Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	5,96	5,86	5,72	5,90	5,32	5,38	5,10	5,52	5,89
4.4 Combustíveis e lubrificantes	6,06	6,25	6,65	5,75	3,42	3,94	5,93	5,90	5,88
4.5 Equipamentos de informática e comunicação	0,67	0,62	0,54	0,52	0,52	0,57	0,59	0,57	0,59
4.6 Comércio de outros produtos em lojas especializadas	16,23	16,39	15,97	17,20	18,02	18,58	18,71	19,08	20,09
4.7 Comércio de artigos usados	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02

Fonte: PAC / IBGE

Apesar da importância do comércio para uma economia regional, ele, em geral, não possui efeitos de encadeamento muito significativos, se comparados à atividade industrial, e não possui grandes variações por alterações na demanda, conforme indica PASSONI; FREITAS:

“Em geral estes setores [inclusive o comércio] utilizam uma quantidade pequena de insumos intermediários, dedicando-se prioritariamente a demanda final. São setores isolados, pois não provocam efeitos de arrasto elevado, e sua reação frente às variações de demanda é também pouco relevante.” (PASSONI; FREITAS, 2017, p.10)

Especificamente no caso do Rio de Janeiro e da RMRJ, é importante considerar o contexto de desadensamento industrial que, por sua vez, se reflete nas distintas dinâmicas das atividades de comércio e serviços. Dessa forma, o potencial de encadeamento inter-setorial, sobretudo entre serviços empresariais e a indústria de transformação, é significativamente reduzido.

4.3 Divisão espacial intrametropolitana

Nesta seção, examina-se a distribuição territorial e setorial intrametropolitana, com o objetivo de identificar mudanças no padrão histórico da divisão espacial do trabalho na RMRJ. São utilizados os dados do PIB e Valor Adicionado Bruto dos municípios da RMRJ, levando em consideração as limitações dessas informações relatadas anteriormente. Ao fim, serão elencadas as principais “concentrações produtivas” da região metropolitana, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, elaborado em 2016.

Iniciamos a análise observando a trajetória do PIB nos municípios da RMRJ no período entre 2002 e 2014, através da tabela 18 abaixo. Através dela podemos ver que o município que mais cresceu foi Maricá, com um expressivo aumento de 639,3%. Tal crescimento se explica pela forte ampliação da extração de petróleo em alto-mar associada ao município, que promoveu uma variação de mais de dois mil por cento na indústria de Maricá. Portanto, este grande dinamismo é

decorrente principalmente de um efeito estatístico ao invés de uma mudança efetiva de sua estrutura produtiva, como já comentado anteriormente.

Tabela 18 – Variação percentual real* do Produto Interno Bruto dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2014

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm Publ	Impostos	PIB
Belford Roxo	9,6	22,7	33,8	20,0	14,3	24,0
Duque de Caxias	-0,7	-42,3	77,9	37,4	50,3	37,0
Guapimirim	19,7	2,3	-33,1	53,3	18,6	0,0
Itaboraí	-21,4	91,0	91,8	33,3	215,4	77,7
Itaguaí	-26,6	55,2	45,0	89,7	80,2	53,6
Japeri	-66,5	107,0	89,0	31,1	133,8	55,4
Magé	27,5	70,1	8,5	23,1	8,3	19,3
Mangaratiba	1,1	-12,3	35,6	100,7	13,9	35,4
Maricá	-12,6	2.124,7	419,4	92,5	211,8	639,3
Mesquita	6,4	41,3	49,5	19,1	29,5	31,4
Nilópolis	-	-24,4	30,2	14,6	27,7	18,9
Niterói	51,9	243,8	48,1	19,0	67,8	74,5
Nova Iguaçu	-65,2	6,8	62,2	20,9	52,6	38,7
Paracambi	-2,7	-0,7	3,1	36,1	16,9	15,1
Petrópolis	71,6	170,2	40,1	9,1	39,8	54,6
Queimados	-71,8	145,3	157,1	27,5	50,7	93,5
Rio de Janeiro	49,0	10,2	26,0	19,6	29,8	23,5
São Gonçalo	42,4	15,8	46,1	22,8	16,0	30,4
São João de Meriti	50,3	-11,1	43,7	13,9	17,2	25,4
Seropédica	5,4	9,4	50,7	39,8	200,7	34,7
Tanguá	23,3	-70,3	40,0	34,3	35,0	-7,4
RMRJ	17,1	31,5	34,3	22,6	33,1	31,6
Periferia RMRJ	11,0	76,5	57,5	26,4	48,4	51,2
Interior Fluminense	14,0	76,0	75,0	41,5	45,1	66,9
Estado do Rio de Janeiro	14,4	54,2	42,4	27,2	35,1	41,4

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2014

* Os valores de 2002 foram atualizados através do deflator implícito do PIB para o ano de 2014.

Além de Maricá, tiveram crescimento econômico expressivo os municípios de Queimados, que no período analisado conseguiu promover uma maior ocupação do seu distrito industrial, Itaboraí, influenciado pelas obras do COMPERJ, com isso, atraindo muitos investimentos para o município, principalmente na construção civil; e Niterói, com crescimento da indústria naval e da extração de petróleo da mesma forma que Maricá.

Em relação à distribuição setorial e espacial do PIB na RMRJ, em 2002 mais de 70% do que era produzido na metrópole estava concentrado na cidade do Rio e a periferia metropolitana respondia por apenas 29%, conforme pode ser visto na tabela 19 abaixo.

Tabela 19 – Participação percentual dos municípios da RMRJ no Produto Interno Bruto da RMRJ, segundo as diferentes atividades econômicas, em 2002

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm Publ	Impostos	PIB
Belford Roxo	0,69	1,60	0,88	3,53	0,88	1,47
Duque de Caxias	2,94	9,26	5,10	6,50	5,69	6,11
Guapimirim	3,88	0,19	0,23	0,36	0,07	0,22
Itaboraí	3,79	1,31	0,53	1,68	0,32	0,83
Itaguaí	7,18	2,06	1,88	0,83	0,60	1,52
Japeri	3,06	0,10	0,12	0,71	0,05	0,21
Magé	9,02	0,41	0,73	1,76	0,32	0,80
Mangaratiba	5,30	0,32	1,00	0,29	0,26	0,65
Maricá	3,59	0,49	0,31	0,75	0,10	0,38
Mesquita	0,80	0,14	0,32	1,37	0,14	0,45
Nilópolis	0,00	0,36	0,55	1,21	0,20	0,58
Niterói	3,30	3,96	4,68	4,28	2,31	4,10
Nova Iguaçu	5,72	3,07	2,74	6,03	1,52	3,18
Paracambi	1,54	0,16	0,15	0,35	0,07	0,17
Petrópolis	13,36	2,23	2,09	2,72	1,53	2,14
Queimados	2,45	0,77	0,35	1,04	0,67	0,60
Rio de Janeiro	16,07	67,93	73,76	55,08	82,29	70,84
São Gonçalo	10,75	3,22	2,75	7,19	1,77	3,47
São João de Meriti	0,19	0,85	1,50	3,52	1,07	1,69
Seropédica	4,46	1,13	0,22	0,57	0,08	0,41
Tanguá	1,89	0,47	0,11	0,24	0,04	0,18
Periferia RMRJ	83,93	32,07	26,24	44,92	17,71	29,16
RMRJ	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2014

Porém, setorialmente essa distribuição era bem desigual, como na agropecuária em que mais de 80% se localizava na periferia da RMRJ, apesar da pequena relevância da atividade na economia metropolitana. A administração pública também apresentava uma concentração relativamente alta no entorno metropolitano, com 44,92% do VAB desse setor.

Já com relação à participação dos municípios da RMRJ no total do PIB metropolitano, em 2002, destacavam-se Duque de Caxias, com 6,11%, Niterói, com 4,10%, seguidos de São Gonçalo e Nova Iguaçu, com, respectivamente, 3,47% e 3,18%. Os demais municípios representavam menos de 3% do total. A diferença do porte econômico dos diferentes municípios se nota ao observar os municípios de Paracambi e Tanguá que não possuíam nem 0,2% do PIB da RMRJ nesse ano.

Ao longo do tempo, a importância da cidade do Rio de Janeiro no total da economia metropolitana diminuiu. Ao comparar as participações no PIB da RMRJ em 2002 e 2014, o núcleo metropolitano apresentou uma perda de participação de

4,35 pontos percentuais, passando de 70,84% para 66,49%, conforme pode ser visto na tabela 20 abaixo.

Tabela 20 – Participação percentual dos municípios da RMRJ no Produto Interno Bruto da RMRJ, segundo as diferentes atividades econômicas, em 2014

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm Publ	Impostos	PIB
Belford Roxo	0,65	1,50	0,87	3,45	0,75	1,38
Duque de Caxias	2,49	4,06	6,76	7,28	6,43	6,36
Guapimirim	3,97	0,15	0,11	0,45	0,07	0,17
Itaboraí	2,54	1,91	0,76	1,82	0,75	1,12
Itaguaí	4,50	2,43	2,03	1,28	0,82	1,77
Japeri	0,87	0,15	0,16	0,76	0,09	0,25
Magé	9,82	0,52	0,59	1,77	0,26	0,73
Mangaratiba	4,57	0,21	1,01	0,48	0,23	0,67
Maricá	2,68	8,34	1,19	1,18	0,22	2,16
Mesquita	0,73	0,15	0,35	1,33	0,13	0,45
Nilópolis	0,00	0,21	0,53	1,13	0,19	0,52
Niterói	4,28	10,35	5,16	4,15	2,91	5,44
Nova Iguaçu	1,70	2,49	3,31	5,94	1,75	3,36
Paracambi	1,28	0,12	0,12	0,38	0,06	0,15
Petrópolis	19,57	4,58	2,18	2,42	1,61	2,52
Queimados	0,59	1,43	0,67	1,08	0,76	0,88
Rio de Janeiro	20,44	56,96	69,22	53,72	80,25	66,49
São Gonçalo	13,07	2,83	2,99	7,20	1,55	3,44
São João de Meriti	0,25	0,57	1,60	3,27	0,94	1,61
Seropédica	4,02	0,94	0,25	0,65	0,19	0,42
Tanguá	1,99	0,11	0,11	0,27	0,04	0,13
Periferia RMRJ	79,56	43,04	30,78	46,28	19,75	33,51
RMRJ	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2014

Os municípios que mais ganharam participação no PIB metropolitano no período foram Maricá e Niterói, com um incremento de respectivamente 1,78 e 1,34 pontos percentuais, sendo influenciados pela exploração de petróleo, o que fez com que a indústria de Maricá passasse de 0,49% do VAB industrial da RMRJ de 2002 para 8,34% em 2014. No mesmo sentido, Niterói também apresentou um incremento na sua participação industrial da metrópole no período analisado, passando de 3,96% para 10,35%.

Entre os principais municípios da periferia metropolitana, do ponto de vista da população, Duque de Caxias e Nova Iguaçu apresentaram um avanço de sua participação na economia da RMRJ, com um ganho de 0,25 e 0,17 pontos percentuais, ou seja, uma variação marginal. Já em São Gonçalo, houve uma

redução de seu peso na metrópole, também de forma marginal, com uma queda de 0,03 pontos percentuais.

Além desses, Petrópolis obteve um incremento na sua participação no PIB metropolitano, entre 2002 e 2014, de 0,38 pontos percentuais, seguido de Itaboraí, com 0,29, Queimados, com 0,28, e Itaguaí, com 0,25. O setor com maior incremento em Petrópolis foi, tirando a agropecuária, a indústria, pela presença da GE Celma, que faz montagem, manutenção e reparação de turbinas para aviação e possui nos dias de hoje um faturamento superior a 1 bilhão de dólares⁴⁹, o que deve ser bastante relevante a nível municipal, visto que o VAB industrial de Petrópolis é de cerca de 3,2 bilhões de reais⁵⁰.

Em Itaboraí, o principal incremento também ocorreu na indústria e se explica pelos grandes investimentos que ocorreram no município para a implantação de um complexo petroquímico, o COMPERJ. Anunciado em 2008, com previsão de conclusão para 2011, sofreu diversas interrupções e adiamentos e atualmente é planejada a construção de uma refinaria, porém ainda sem prazo para conclusão. Houve grande divulgação em torno do projeto do COMPERJ, sendo difundida a ideia de criação de mais de 200 mil empregos, o que causou um grande afluxo de pessoas e um *boom* no setor de construção civil no município. Frustradas as expectativas, por conta da queda do preço internacional do petróleo e da crise econômica e política nacional e suas implicações para a Petrobrás, atualmente há uma forte crise no município, com muitos empreendimentos imobiliários subutilizados e o fechamento de diversas empresas que apostaram no projeto. Apenas para efeito ilustrativo, o número de empregados formais contratados via CLT apresentou uma redução de mais de 45% entre 2014 e setembro de 2017.

Queimados e Itaguaí foram beneficiados por um aumento nas suas participações no PIB metropolitano principalmente por conta da indústria. O primeiro por causa da maior ocupação do seu distrito industrial, que passou de 7

⁴⁹ GAZZONI, Marina. GE Celma aposta na Ásia para crescer. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 20 jul. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,ge-celma-aposta-na-asia-para-crescer,1728277>>

⁵⁰ Esta comparação é apenas para dar uma ordem de grandeza, pois o Valor Adicionado Bruto considera apenas o valor adicionado no município, ou seja, descontam-se do faturamento os insumos utilizados para a produção.

empresas para 30 nos dias atuais. Já Itaguaí, possui em seu território a NUCLEP, Nuclebrás Equipamentos Pesados, que fornece componentes para a construção naval e de usinas nucleares. Por conta da construção da usina nuclear Angra 3, a NUCLEP ampliou seu faturamento nos últimos anos. Além dessa empresa, houve o início da implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o PROSUB, que prevê a instalação, no município de Itaguaí, de uma unidade de fabricação de estruturas metálicas, estaleiros, um complexo radiológico e uma base naval para a construção e operação de submarinos nucleares, com investimentos públicos de cerca de 23 bilhões de reais.

Com isso, a participação da periferia metropolitana no VAB industrial saltou 10,98 pontos percentuais, de 32,07% em 2002 para 43,04% em 2014. Excluindo-se o efeito estatístico da extração de petróleo em alto mar, houve de fato um incremento na participação dos municípios periféricos na produção industrial da RMRJ.

Os municípios do entorno metropolitano também apresentaram um incremento no VAB dos serviços da RMRJ, passando de 26,24% em 2002 para 30,78% em 2014. Duque de Caxias foi o município que obteve o maior ganho no período, de 1,66 pontos percentuais. Maricá aparece como a segunda cidade que mais ampliou sua participação no setor de serviços, com um ganho de 0,88 pontos percentuais, se beneficiando fortemente do efeito renda dos royalties pagos pela exploração de petróleo.

Ainda, é importante avaliar o perfil setorial da economia de cada município da região. Conforme pode ser visto na tabela 21 abaixo, em 2002, no conjunto da RMRJ o setor mais importante era o de serviços, com 49,61% do total do PIB da região.

Já a periferia da RMRJ apresentava um peso do setor serviços um pouco inferior, com 44,65%. Cabe destacar que, enquanto na cidade do Rio de Janeiro esta atividade possuía um peso próximo ao da média metropolitana, com 51,65%, alguns municípios apresentavam uma expressiva participação dessa atividade do total do PIB, como Mangaratiba (76,80%), Itaguaí (61,67%) e Niterói (56,60%). Os dois primeiros municípios possuem portos, um de exportação de minério e o outro possui um terminal de contêineres e outro para exportação de minério e granel. Já

Niterói possui também um porto para movimentação de petróleo, além de uma importante empresa de *Call Center* denominada CONTAX – LIQ, fora a dinâmica própria da cidade de Niterói, que conta com uma elevada renda média da população.

Tabela 21 – Participação percentual as diferentes atividades econômicas no Produto Interno Bruto dos municípios da RMRJ, em 2002

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm Publ	Impostos	PIB
Belford Roxo	0,04	17,37	29,64	43,10	9,85	100,00
Duque de Caxias	0,04	24,08	41,43	19,07	15,39	100,00
Guapimirim	1,54	13,45	50,98	28,58	5,46	100,00
Itaboraí	0,40	25,16	31,93	36,23	6,27	100,00
Itaguaí	0,42	21,57	61,67	9,77	6,57	100,00
Japeri	1,27	7,30	27,32	60,06	4,04	100,00
Magé	0,99	8,00	45,11	39,24	6,66	100,00
Mangaratiba	0,72	7,75	76,80	8,04	6,69	100,00
Maricá	0,82	20,34	39,57	35,15	4,12	100,00
Mesquita	0,16	4,90	35,08	54,82	5,04	100,00
Nilópolis	0,00	9,77	47,13	37,43	5,67	100,00
Niterói	0,07	15,32	56,60	18,70	9,30	100,00
Nova Iguaçu	0,16	15,29	42,70	33,95	7,90	100,00
Paracambi	0,78	14,53	42,96	35,55	6,19	100,00
Petrópolis	0,55	16,49	48,41	22,75	11,81	100,00
Queimados	0,36	20,41	29,28	31,41	18,53	100,00
Rio de Janeiro	0,02	15,23	51,65	13,94	19,17	100,00
São Gonçalo	0,27	14,74	39,35	37,20	8,45	100,00
São João de Meriti	0,01	7,99	44,11	37,41	10,48	100,00
Seropédica	0,96	43,65	27,14	24,84	3,41	100,00
Tanguá	0,93	41,40	29,36	24,39	3,93	100,00
Periferia RMRJ	0,25	17,46	44,65	27,61	10,02	100,00
RMRJ	0,09	15,88	49,61	17,93	16,50	100,00

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2014

Nas atividades industriais, cabe destaque os municípios de Seropédica e Tanguá, ambos com mais de 40% de participação da indústria no total do PIB. Seropédica possui uma usina termelétrica e uma importante fábrica da Panco, produtora de pães e massas. Já Tanguá, possuía algumas fábricas de materiais para construção (tijolos e telhas).

Outros destaques, no setor da administração pública, são os municípios de Japeri e Mesquita, em que mais de 50% do seu PIB era formado pela atividade pública. Ou seja, as atividades econômicas privadas, em geral, eram pouco relevantes. Como justificativa para a cidade de Mesquita está o fato de ter sido emancipado pouco tempo antes, no início de 2001.

Em 2014, no conjunto da RMRJ, o setor mais importante continua sendo o de serviços, tendo inclusive aumentado sua participação no total do PIB, conforme pode ser visto na tabela 22 abaixo. Como ocorreu um crescimento das atividades privadas no conjunto da economia metropolitana, o peso da administração pública sofreu uma redução no período, passando de 17,93% em 2002 para 16,71% em 2014.

Na cidade do Rio de Janeiro também ocorreu um aumento do setor de serviços, de 1,08 pontos percentuais, porém, diferentemente do que houve no conjunto da área metropolitana, esse crescimento foi em detrimento da participação industrial na economia carioca, que perdeu 1,63 pontos percentuais, passando a ser responsável por 13,59% do PIB da cidade.

Tabela 22 – Participação percentual as diferentes atividades econômicas no Produto Interno Bruto dos municípios da RMRJ, em 2014

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm Publ	Impostos	PIB
Belford Roxo	0,04	17,19	31,97	41,73	9,08	100,00
Duque de Caxias	0,03	10,14	53,81	19,13	16,88	100,00
Guapimirim	1,84	13,76	34,09	43,83	6,47	100,00
Itaboraí	0,18	27,05	34,47	27,17	11,13	100,00
Itaguaí	0,20	21,79	58,23	12,07	7,71	100,00
Japeri	0,27	9,72	33,25	50,68	6,09	100,00
Magé	1,06	11,40	41,01	40,48	6,05	100,00
Mangaratiba	0,54	5,02	76,90	11,91	5,63	100,00
Maricá	0,10	61,22	27,80	9,15	1,74	100,00
Mesquita	0,13	5,27	39,92	49,72	4,97	100,00
Nilópolis	0,00	6,21	51,61	36,08	6,09	100,00
Niterói	0,06	30,19	48,05	12,75	8,95	100,00
Nova Iguaçu	0,04	11,77	49,93	29,58	8,68	100,00
Paracambi	0,66	12,54	38,48	42,04	6,28	100,00
Petrópolis	0,61	28,81	43,86	16,05	10,68	100,00
Queimados	0,05	25,88	38,92	20,71	14,44	100,00
Rio de Janeiro	0,02	13,59	52,73	13,50	20,15	100,00
São Gonçalo	0,30	13,09	44,08	35,02	7,51	100,00
São João de Meriti	0,01	5,67	50,55	33,98	9,80	100,00
Seropédica	0,75	35,47	30,37	25,78	7,62	100,00
Tanguá	1,24	13,28	44,38	35,37	5,73	100,00
Periferia RMRJ	0,19	20,38	46,51	23,08	9,84	100,00
RMRJ	0,08	15,87	50,65	16,71	16,70	100,00

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2014

Em contrapartida, a periferia metropolitana apresentou um forte incremento da participação da indústria no total da economia, com um ganho de 2,92 pontos percentuais, com o setor passando a representar 20,38% do PIB. Os serviços também apresentaram forte avanço, com 1,87 pontos percentuais a mais do que

apresentava em 2002. Estes efeitos foram acompanhados por uma redução da participação da administração pública de expressivos 4,53 pontos percentuais, por conta do crescimento da economia no período.

Entre os municípios, o grande destaque no setor industrial é Maricá, que amplia a participação destas atividades no total de sua economia em 40,87 pontos percentuais, e passa a ser a atividade que mais contribui para o PIB municipal, com 61,22%. Este fenômeno também ocorreu em Niterói, porém em uma escala menor por conta do maior porte da economia niteroiense, com a indústria evoluindo 14,86 pontos percentuais no período, representando, em 2014, 30,19% do PIB. Além destes, Petrópolis também apresenta uma significativa evolução do setor industrial, por conta da GE Celma, como citado previamente.

Do ponto de vista da administração pública, os municípios de Japeri e Mesquita, que possuíam mais da metade do seu PIB neste setor em 2002, passaram por uma redução da importância destas atividades no total de suas economias, apesar de ainda serem os que apresentam o maior peso na RMRJ, com, respectivamente, 50,68% e 49,72%.

Em síntese, na RMRJ e seus municípios, percebeu-se que o crescimento da periferia vem, de certo modo, superando o dinamismo do núcleo metropolitano, porém este ainda mantém parte considerável do PIB da região. Outra modificação importante foi a redução do peso da administração pública na periferia metropolitana, que indica maior dinamismo relativo de outras atividades econômicas nesta região.

Outro indicador utilizado para analisar a estrutura produtiva municipal é o Valor Adicionado (VA), que é calculado pelo Governo do Estado e corresponde ao valor que se adiciona nas operações de entradas e saídas de mercadorias e prestações de serviços realizadas em seu território, em determinado ano civil. Este valor serve de base para o repasse, pelo governo estadual, da cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios. Como ocorrem certas oscilações entre diferentes anos, optou-se por utilizar a média dos anos 2001-2002 e 2014-2015. Os valores do primeiro período foram atualizados pelo IPCA para a média do período de 2014-2015.

Em 2001-2002 a RMRJ era responsável por 69,82% do Valor Adicionado estadual, com 134 bilhões de reais a preços constantes. Esta participação se reduziu para 66,65% em 2014-2015, devido ao menor dinamismo da região metropolitana, de 65,2%, em comparação ao conjunto do estado, de 73,1%. Em compensação, o crescimento inferior foi causado pela cidade do Rio de Janeiro, que no período apresentou um crescimento de 30,9%, contra uma variação na periferia metropolitana de 145,0%, conforme tabela 23 abaixo.

Tabela 23 – Variação percentual do Valor Adicionado nos municípios da RMRJ, entre a média dos anos 2001-2002 e 2014-2015

Municípios	Média VA 2001-2002*	Média VA 2014-2015	Variação (%)
Belford Roxo	2.208.320.864,73	5.071.627.902,34	129,7
Duque de Caxias	19.220.737.651,77	36.482.076.112,32	89,8
Guapimirim	105.026.201,50	254.958.179,08	142,8
Itaboraí	459.847.021,82	1.512.455.933,42	228,9
Itaguaí	1.939.856.744,04	1.515.083.414,99	-21,9
Japeri	127.972.273,25	494.235.585,02	286,2
Magé	441.275.876,68	1.046.949.773,46	137,3
Mangaratiba	108.507.627,77	3.141.726.625,43	2.795,4
Maricá	200.318.128,07	3.460.351.419,67	1.627,4
Mesquita	329.305.820,49	567.215.895,87	72,2
Nilópolis	449.162.940,25	789.685.011,96	75,8
Niterói	4.122.401.396,06	17.117.902.265,77	315,2
Nova Iguaçu	2.535.175.615,84	5.340.379.451,28	110,7
Paracambi	192.511.063,32	339.273.872,18	76,2
Petrópolis	2.302.192.545,68	8.394.175.422,89	264,6
Queimados	589.921.037,24	2.027.709.708,96	243,7
Rio de Janeiro	93.656.785.340,70	122.554.918.671,37	30,9
São Gonçalo	3.466.891.481,00	6.189.143.526,18	78,5
São João de Meriti	1.321.115.252,03	2.573.958.574,91	94,8
Seropédica	161.310.105,41	2.485.328.044,94	1.440,7
Tanguá	90.212.548,77	120.830.908,05	33,9
RMRJ	134.028.847.536,43	221.479.986.300,03	65,2
Periferia RMRJ	40.372.062.195,73	98.925.067.628,66	145,0
Estado do Rio de Janeiro	191.950.557.297,35	332.309.501.886,92	73,1

Fonte: SEFAZ-RJ

* Valores atualizados para 2014-2015 através do IPCA/IBGE.

Com este grande dinamismo, o entorno metropolitano teve o seu peso no VA da RMRJ ampliado de 30,12% na média de 2001-2002 para 44,67% para o período mais recente. Os municípios que tiveram maior incremento de sua participação no VA metropolitano foram Niterói, com 4,65 pontos percentuais a mais, Duque de Caxias, com 2,13, e Petrópolis, com 2,07, conforme tabela 24 abaixo.

Apesar do ganho de participação destes municípios, eles não foram os que apresentaram a maior variação percentual dentro da RMRJ. Mangaratiba, Maricá e Seropédica obtiveram um crescimento de, respectivamente, 2.795,4%, 1.627,4% e 1.440,7%. Este grande dinamismo fez com que estes municípios também tivessem ganhos na sua participação no VA metropolitano de mais de 1 ponto percentual.

Tabela 24 – Valor Adicionado nos municípios da RMRJ e participação destes no total da RMRJ, para a média dos anos 2001-2002 e 2014-2015

Municípios	Média VA 2001-2002*	Part. (%) na RMRJ	Média VA 2014-2015	Part. (%) na RMRJ
Belford Roxo	2.208.320.864,73	1,65	5.071.627.902,34	2,29
Duque de Caxias	19.220.737.651,77	14,34	36.482.076.112,32	16,47
Guapimirim	105.026.201,50	0,08	254.958.179,08	0,12
Itaboraí	459.847.021,82	0,34	1.512.455.933,42	0,68
Itaguaí	1.939.856.744,04	1,45	1.515.083.414,99	0,68
Japeri	127.972.273,25	0,10	494.235.585,02	0,22
Magé	441.275.876,68	0,33	1.046.949.773,46	0,47
Mangaratiba	108.507.627,77	0,08	3.141.726.625,43	1,42
Maricá	200.318.128,07	0,15	3.460.351.419,67	1,56
Mesquita	329.305.820,49	0,25	567.215.895,87	0,26
Nilópolis	449.162.940,25	0,34	789.685.011,96	0,36
Niterói	4.122.401.396,06	3,08	17.117.902.265,77	7,73
Nova Iguaçu	2.535.175.615,84	1,89	5.340.379.451,28	2,41
Paracambi	192.511.063,32	0,14	339.273.872,18	0,15
Petrópolis	2.302.192.545,68	1,72	8.394.175.422,89	3,79
Queimados	589.921.037,24	0,44	2.027.709.708,96	0,92
Rio de Janeiro	93.656.785.340,70	69,88	122.554.918.671,37	55,33
São Gonçalo	3.466.891.481,00	2,59	6.189.143.526,18	2,79
São João de Meriti	1.321.115.252,03	0,99	2.573.958.574,91	1,16
Seropédica	161.310.105,41	0,12	2.485.328.044,94	1,12
Tanguá	90.212.548,77	0,07	120.830.908,05	0,05
RMRJ	134.028.847.536,43	100,00	221.479.986.300,03	100,00
Periferia RMRJ	40.372.062.195,73	30,12	98.925.067.628,66	44,67
Estado do Rio de Janeiro	191.950.557.297,35	-	332.309.501.886,92	-

Fonte: SEFAZ-RJ

* Valores atualizados para 2014-2015 através do IPCA/IBGE.

Os destaques negativos ficam por conta dos municípios de Itaguaí e Tanguá. Enquanto que o primeiro apresentou uma queda substancial do seu VA de 21,9%, o segundo apresentou um crescimento de cerca de metade do conjunto da RMRJ. Uma explicação para a redução do Valor Adicionado de Itaguaí pode ser por conta dos portos lá localizados, que fazem grandes movimentações de cargas, principalmente commodities, que possuem grande flutuação de preço ao longo dos anos.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro contratou, em 2015, o consórcio Quanta-Lerner⁵¹, para elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁵². O plano ainda está em desenvolvimento, porém o “produto 6” apresenta um diagnóstico da RMRJ, e será apresentado aqui um resumo do quadro econômico identificado por esse. É importante comentar que o embasamento da análise feita no PDUI parte do pressuposto de que, por conta da globalização e do aumento da mobilidade de capital, a competição internacional deixou de ser entre diferentes países e passou a ser entre diferentes cidades e regiões⁵³.

Em um primeiro momento destaca que regiões metropolitanas em geral possuem uma estrutura econômica embasada nos setores de comércio e serviços, e que na RMRJ esses setores respondem por cerca de metade do PIB e mais de 80% dos empregos e estabelecimentos da região. Em um segundo passo destacam os setores com potencial para reestruturação espacial e dinamização da economia, que, segundo o relatório, seriam: Plataforma logística internacional, Complexo da saúde, Turismo e Economia criativa.

Pela plataforma logística internacional, a RMRJ possui, além dos 7 portos ou terminais, acesso rodoviário e ferroviário de bom nível, e dois aeroportos importantes, o que garantiria uma vantagem competitiva para a região. No complexo da saúde, a concentração maior fica na cidade do Rio de Janeiro, principalmente por sua parte de pesquisa, e, segundo o relatório, “o estado [do Rio de Janeiro] concentra 13,1% das empresas de biotecnologia do país, focadas nos segmentos da cadeia do Complexo da Saúde (dados de 2011)”. Para o Turismo, é apontado que há grande concentração na capital fluminense, mas, por “ser capaz de estimular diversas atividades produtivas e estar conectado com o setor de serviços” ele deve ser expandido para os demais municípios metropolitanos. Por

51 Uma curiosidade: Em 1975, quando foi definida a RMRJ, o Governo do Estado criou a FUNDREM para prover “Assistência técnica aos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em assuntos de planejamento para o desenvolvimento urbano e regional” (DIAS, 2015), o primeiro presidente da entidade foi o arquiteto Jaime Lerner. 40 anos depois o mesmo arquiteto é um dos responsáveis pela elaboração do PDUI da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

52 O Estatuto da Metrópole, promulgado em 2015, estabelece no seu art. 10 que “As regiões metropolitanas e as aglomera es urbanas deverão contar com plano de desenvolvimento urbano integrado, aprovado mediante lei estadual”.

53 Apesar de discordar de tal abordagem, por considerar que a influência dos Estados nacionais ainda é determinante na trajetória econômica de uma cidade ou região, o assunto foge do escopo proposto.

fim, a Economia criativa também é apresentada como setor com potencial para reestruturação espacial e dinamização da economia, destacando números bastante positivos para a atividade, porém, o termo economia criativa continua sendo vago, tendo diversas definições, sendo que a utilizada pelo relatório contempla, inclusive, a construção civil e outras atividades um pouco questionáveis como classificadas em economia criativa.

Em relação às demais atividades presentes nos municípios da RMRJ, são apresentados os polos econômicos já existentes, com potencial para adensamento:

- Gasquímico-farmacêutico em Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Rio de Janeiro e São Gonçalo;
- Naval e *Offshore* em Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro⁵⁴;
- Petroquímico (incluindo logística de apoio *offshore*) em Niterói (porto de grande movimentação de petróleo e derivados), Itaboraí e Duque de Caxias⁵⁵;
- Serviços Avançados (médicos, educacionais privados, comunicações, tecnologia da informação e intermediação financeira) no Rio de Janeiro;
- Turismo no Rio de Janeiro – tanto pela atratividade direta quanto pelo fato de ser a principal porta de entrada do turismo internacional no Brasil (e com grande potencial para o turismo rural em Guapimirim, Rio Bonito, Tanguá e Cachoeiras de Macacu);
- Economia criativa no Rio de Janeiro e potencial em Niterói e na Baixada Fluminense.

Em relação às principais concentrações produtivas da Região Metropolitana o relatório 6 aponta que, “exceto a capital, que por sua natureza de polo nacional, engloba todas as atividades”, são as seguintes:

- Cosméticos e comércio atacadista de cosméticos: Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis;
- Portos e atividades de carga e descarga ligadas a atividades portuárias: Niterói e São Gonçalo;

⁵⁴ Em relação às atividades de Naval e Offshore acredito que deveria incluir Itaguaí, que está construindo o Complexo Naval de Itaguaí, que conta com um estaleiro para submarinos nucleares e uma base naval.

⁵⁵ Em relação às atividades do setor de Petroquímico, Itaboraí foi incluída pela previsão de conclusão da construção de uma refinaria no COMPERJ, porém ainda não possui nenhuma planta produtiva ligada a tal atividade.

- Fabricação de bebidas alcoólicas e não-alcoólicas: Cachoeiras de Macacu, Magé, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo e Nova Iguaçu;
- Fabricação de artefatos de concreto: Nova Iguaçu, Belford Roxo e Queimados;
- Fabricação de máquinas, equipamentos e estruturas metálicas: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo;
- Metalurgia básica: Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Itaboraí e São Gonçalo;
- Petroquímico, químico e plástico: Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti e Nova Iguaçu;
- Fabricação de produtos alimentícios (carne e processados): Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu, São João de Meriti e São Gonçalo;
- Indústrias têxteis e de vestuário: Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé;
- Indústrias do segmento metalomecânico e o comércio de peças de automóveis: Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo;
- Fabricação de máquinas e ferramentas para fins diversos: Mesquita, Nova Iguaçu e Duque de Caxias;
- Fabricação de peças e acessórios para vestuário: São João de Meriti, São Gonçalo e Mesquita;
- Fabricação e comércio de móveis: Duque de Caxias;
- Calçados e artefatos de couro: Belford Roxo e Duque de Caxias;
- Extração de pedra, areia e argila: Magé, Seropédica e Itaguaí;
- Pesca e produção de produtos do pescado: Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaguaí;
- Indústrias de preparações farmacêuticas e artefatos de uso médico: São Gonçalo;
- Fabricação de papel e produtos de papel: Guapimirim, Tanguá, Itaboraí e São Gonçalo;
- Tintas e de material plástico: São Gonçalo e Duque de Caxias;
- Fabricação de artigos de concreto e cerâmica para construção: Queimados, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá;

- Pecuária e produtos de carne: Maricá, Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Magé⁵⁶.

Concluindo sobre as questões produtivas da região metropolitana do Rio de Janeiro pode-se argumentar que, a partir dos dados examinados, houve certo incremento relativo da participação da periferia metropolitana na estrutura produtiva da região, porém estes movimentos ainda são poucos significativos diante da manutenção da concentração econômica na cidade do Rio de Janeiro.

Houve também uma maior diversificação relativa dos demais municípios metropolitanos, restrita àqueles que possuem estrutura produtiva muito vinculada a setores mais tradicionais da economia, como fabricação de peças de vestuário e acessórios, fabricação de alimentos, comércio e serviços de menor complexidade.

Percebe-se também que apesar de uma importância ainda reduzida na economia metropolitana, a periferia vem apresentando taxas de crescimento bastante superiores ao encontrado na capital, o que indica uma tendência de redução nas desigualdades intrametropolitanas. Porém, a enorme carência de infraestrutura e a ainda pequena base produtiva dos municípios fora do núcleo metropolitano expõe grandes desafios para uma alteração significativa na divisão espacial do trabalho, de forma a promover um desenvolvimento econômico consistente e mais integrado setorial e espacialmente.

4.4 Estrutura ocupacional da área metropolitana fluminense mudanças e transformações

Nesta seção o foco da análise recairá especificamente sobre as transformações na estrutura ocupacional da RMRJ e seus municípios. Em um primeiro momento serão examinados os perfis ocupacionais e suas trajetórias, considerando tanto os empregos formais quanto os informais, os empregadores e os por conta própria (com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e da Pesquisa Mensal de Empregos (PME), do IBGE).

⁵⁶ Em relação às principais concentrações produtivas, acho válido incluir nas atividades de Portos e atividades de carga e descarga ligadas a atividades portuárias Itaguaí e alguns municípios do entorno, como Mangaratiba e Seropédica, que possuem ligação direta através do Arco Metropolitano e nas atividades de Fabricação de máquinas, equipamentos e estruturas metálicas também considero válido a inclusão de Itaguaí por conta da presença da NUCLEP no município.

É importante assinalar que na década passada ocorreu um processo de rápido incremento da massa de trabalhadores no país, fenômeno que foi chamado por POCHMANN (2014) de a “segunda grande transformação no trabalho” no Brasil. Este termo foi cunhado por esse autor em comparação do período atual com as mudanças no mercado de trabalho no período de 1930-1980 que resultou na consolidação do trabalho assalariado urbano brasileiro:

“Assim, uma primeira grande transformação do trabalho ganhou importância no Brasil com o reposicionamento do Estado ampliado em defesas de políticas nacional-desenvolvimentistas. Por consequência da significativa expansão produtiva, o país conviveu com a urbanização e a estruturação do seu mercado nacional de trabalho em torno do emprego assalariado formal.” (POCHMANN, 2014, p.26)

Segundo esse autor, o Brasil passou na última década por um processo de recuperação do crescimento econômico associado a uma política de valorização da renda da população (ampliação do salário mínimo, programas de transferência de renda, entre outros) promoveu uma “trajetória inédita de inclusão social”. Além disso, aponta que o período foi marcado também por uma redução do desemprego e da informalidade no país e um aumento da participação dos salários na renda nacional⁵⁷.

Este fenômeno se traduziu, com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, em um crescimento da massa de ocupados de 33,5% no período⁵⁸, sendo que a parcela dos empregados com carteira de trabalho assinada teve um incremento duas vezes mais elevado, com 63,4% a mais de pessoas empregadas nesta condição.

Este fenômeno foi acompanhado por uma quase estagnação dos trabalhadores sem carteira assinada, com um incremento de 8,4% no período, e uma redução dos empregadores, com queda de 10,3%. Com isso, houve um movimento considerável de formalização dos trabalhadores com carteira, com uma participação destes saltando de 39,24% em 2000 para 48,04% em 2010.

⁵⁷ Cabe ressaltar que a participação dos salários na renda nacional chegou a 50% no início da década de 1980, tendo sido reduzida para 39% no final da década de 1990 e apresentando certa reversão a partir de 2004.

⁵⁸ Aqui se optou por não considerar os trabalhadores não remunerado em ajuda a membro do domicílio e aqueles os ocupados na produção para o próprio consumo, por não interferirem diretamente na estrutura produtiva e no mercado de trabalho. Além disso, em 2010 esses trabalhadores representavam 5,7% do total dos ocupados no conjunto do país, no Estado do Rio de Janeiro a participação destes era de apenas 1,5%.

Tabela 25 – Número, participação e variação percentual dos trabalhadores por posição na ocupação no total do Brasil, em 2000 e 2010

Ano	Variável	Total	Empregados com carteira	Empregados Setor Público e Militar	Empregados sem carteira	Empregador	Conta própria
2000	Número	60.988.218	23.929.433	3.693.162	16.071.534	1.897.842	15.396.247
	Participação	100,00	39,24	6,06	26,35	3,11	25,24
2010	Número	81.408.708	39.107.321	4.651.127	17.418.119	1.703.130	18.529.011
	Participação	100,00	48,04	5,71	21,40	2,09	22,76
Variação 2000-2010		33,5	63,4	25,9	8,4	-10,3	20,3

Fonte: Censos Demográficos / IBGE

No Estado do Rio de Janeiro o movimento de formalização não apenas acompanhou a trajetória nacional, como também foi mais acentuado. Apesar do menor crescimento da massa de trabalhadores fluminense, com um incremento de 27,9% entre 2000 e 2010, o número de empregados com carteira apresentou um crescimento de 51,3%, acompanhado por uma queda do número de trabalhadores sem carteira, de 1,0%, e uma queda na participação relativa dos ocupados por conta própria de 22,19% para 20,39%. Isto fez com que a participação dos empregados com carteira passasse a representar 53,57% dos ocupados em 2010, contra 45,29% dez anos antes.

Tabela 26 – Número, participação e variação percentual dos trabalhadores por posição na ocupação no Estado do Rio de Janeiro, em 2000 e 2010

Ano	Variável	Total	Empregados com carteira	Empregados Setor Público e Militar	Empregados sem carteira	Empregador	Conta própria
2000	Número	5.505.380	2.493.458	343.406	1.277.781	169.109	1.221.626
	Participação	100,00	45,29	6,24	23,21	3,07	22,19
2010	Número	7.042.314	3.772.510	431.451	1.265.248	137.047	1.436.058
	Participação	100,00	53,57	6,13	17,97	1,95	20,39
Variação 2000-2010		27,9	51,3	25,6	-1,0	-19,0	17,6

Fonte: Censos Demográficos / IBGE

No âmbito da RMRJ foi necessária uma manipulação dos dados do Censo Demográfico de 2000 para separação dos dados dos municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, por conta do desmembramento, em 2001, do primeiro em relação ao segundo. Utilizou-se, para isso, os microdados do Censo Demográfico de 2000 e foram selecionados os dados dos 3 subdistritos de Nova Iguaçu que passaram a compor Mesquita, são eles: Mesquita, Chatuba e Banco de Areia. Com isso, os dados puderam ser identificados para os 21 municípios analisados.

É importante ressaltar que as informações de ocupação dos Censos Demográficos referem-se aos trabalhadores que residem em um determinado município, o que não necessariamente corresponde ao mercado de trabalho daquele território. Esse alerta é necessário tendo em vista a dinâmica metropolitana intensa de deslocamento para o trabalho. Desse modo, cabe considerar que, na periferia metropolitana, 61,93% dos ocupados trabalhavam no município onde residiam no ano de 2010.

A tabela 27 abaixo apresenta as informações sobre as pessoas ocupadas por posição na ocupação no conjunto da RMRJ e em sua periferia para os anos 2000 e 2010. Um primeiro fato a ser destacado é a maior precarização das relações de trabalho dos moradores da periferia metropolitana em comparação ao total da região.

Tabela 27 – Número, composição e variação percentual dos trabalhadores por posição na ocupação da Periferia e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2000 e 2010 e o peso da periferia no total da RMRJ

Ano	Unidade Territorial	Variável	Total	Empregados com carteira	Empregados Setor Público e Militar	Empregados sem carteira	Empregador	Conta própria
2000	RMRJ	Número (a)	4.265.850	1.994.208	277.009	927.739	132.418	934.476
		Participação	100,00	46,75	6,49	21,75	3,10	21,91
	Periferia RMRJ	Número (b)	1.931.200	859.993	108.917	483.190	43.955	435.145
		Participação	100,00	44,53	5,64	25,02	2,28	22,53
2010	RMRJ	Número (c)	5.366.458	2.940.660	334.179	912.882	103.620	1.075.117
		Participação	100,00	54,80	6,23	17,01	1,93	20,03
	Periferia RMRJ	Número (d)	2.478.729	1.315.170	130.715	488.994	35.075	508.775
		Participação	100,00	53,06	5,27	19,73	1,42	20,53
Variação 2000-2010	RMRJ		25,8	47,5	20,6	-1,6	-21,7	15,1
	Periferia RMRJ		28,4	52,9	20,0	1,2	-20,2	16,9
Peso da Periferia no total da RMRJ		2000 (b/a)	45,27	43,12	39,32	52,08	33,19	46,57
		2010 (d/c)	46,19	44,72	39,12	53,57	33,85	47,32

Fonte: Censos Demográficos / IBGE

Na participação percentual das diferentes posições na ocupação, tanto para o ano 2000 quanto em 2010, o entorno metropolitano apresentou um valor mais elevado para as ocupações geralmente mais precárias, como empregados sem carteira e conta própria, enquanto que nas posições menos precárias, como empregadores e empregados com carteira e no setor público, um valor mais baixo do que o total da RMRJ.

Porém, esta maior precarização relativa não impediu que tanto a periferia metropolitana quanto o conjunto da região apresentassem um processo elevado

de formalização via empregos com carteira. Inclusive, no período entre 2000 e 2010, a única posição na ocupação que teve aumento de participação relativa, nas duas regiões, foi a de trabalhadores com carteira, tendo passado de 44,53% para 53,06% na periferia e de 46,75% para 54,80% na RMRJ.

Este crescimento da participação relativa dos empregados com carteira se deu principalmente por uma redução nos empregados sem carteira e nos empregadores, que apresentaram uma queda entre 2000 e 2010 de, respectivamente, 1,6% e 21,7% na RMRJ, enquanto que na periferia metropolitana houve um pequeno crescimento de 1,2% nos sem carteira e uma queda de 20,2% nos empregadores. Em contrapartida, os trabalhadores com carteira assinada apresentaram um forte crescimento de 47,5% no total da região e de 52,9% na periferia.

A periferia metropolitana teve um maior dinamismo no período, com um incremento do total de ocupados de 28,4%, contra 25,8% do total da RMRJ, o que fez com que o entorno metropolitano passasse a representar 46,19% da massa de trabalhadores. Porém, nas ocupações mais precárias, o peso relativo da periferia foi ampliado, correspondendo a 53,57% do total de empregados sem carteira assinada no conjunto metropolitano.

As tabelas 28 e 29 apresentam os dados de número total de ocupados nos municípios da RMRJ e a composição percentual por posição na ocupação para os anos de 2000 e 2010. É importante se observar que, em 2000, nenhum município metropolitano possuía mais de 50% das suas ocupações como empregado com carteira, fato que se transforma nos 10 anos seguintes, quando são encontradas 13 cidades com ao menos metade dos seus trabalhadores ocupados com carteira de trabalho.

Já em relação aos empregados sem carteira, além do município de Guapimirim, que possuía o maior percentual de ocupados nesta posição, havia sete outros que apresentavam uma diferença de participação relativa entre estes empregados e aqueles com carteira assinada inferior a 10 pontos percentuais. Em 2010, pelo forte aumento dos empregados formais, apenas Guapimirim continuou com uma diferença inferior a 10 pontos (com 9,80).

Tabela 28 – Número de ocupados e composição percentual por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, em 2000

Municípios	Total	Empregados com carteira (%)	Empregados Setor Público e Militar (%)	Empregados sem carteira (%)	Empregador (%)	Conta própria (%)
Belford Roxo	143.774	43,69	4,55	27,84	0,95	22,97
Duque de Caxias	267.797	47,00	4,31	25,22	1,50	21,98
Guapimirim	13.658	33,93	3,18	35,91	3,66	23,33
Itaboraí	67.237	40,16	4,20	30,06	1,97	23,61
Itaguaí	28.698	36,89	7,71	28,22	2,38	24,79
Japeri	25.339	38,84	6,24	34,10	0,52	20,30
Magé	68.558	38,67	5,19	28,94	2,03	25,17
Mangaratiba	9.407	31,29	10,40	30,25	5,55	22,52
Maricá	29.080	31,76	4,96	30,16	3,45	29,67
Mesquita	57.586	44,41	7,42	24,08	1,36	22,72
Nilópolis	56.666	46,17	8,10	23,18	1,83	20,72
Niterói	194.615	45,14	9,05	18,71	5,65	21,45
Nova Iguaçu	262.276	43,58	5,44	26,60	2,04	22,33
Paracambi	13.273	49,75	4,45	25,28	1,55	18,97
Petrópolis	119.846	48,53	2,88	20,44	4,65	23,50
Queimados	39.597	42,02	5,97	28,06	0,94	23,01
Rio de Janeiro	2.334.650	48,58	7,20	19,04	3,79	21,39
São Gonçalo	340.060	46,29	5,81	23,48	1,66	22,77
São João de Meriti	162.286	46,79	5,52	25,10	1,59	21,00
Seropédica	22.458	37,00	7,39	30,56	1,44	23,60
Tanguá	8.989	40,29	3,15	30,57	1,62	24,36
Periferia RMRJ	1.931.200	44,53	5,64	25,02	2,28	22,53
RMRJ	4.265.850	46,75	6,49	21,75	3,10	21,91

Fonte: Censo Demográfico 2000 / IBGE

Tabela 29 – Número de ocupados e composição percentual por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, em 2010

Municípios	Total	Empregados com carteira (%)	Empregados Setor Público e Militar (%)	Empregados sem carteira (%)	Empregador (%)	Conta própria (%)
Belford Roxo	188.752	54,22	3,56	22,36	0,48	19,38
Duque de Caxias	352.879	56,15	3,30	19,73	1,19	19,63
Guapimirim	21.411	41,94	4,94	32,14	0,99	19,99
Itaboraí	93.703	49,63	4,83	23,18	1,16	21,21
Itaguaí	44.201	52,33	6,11	20,25	0,87	20,44
Japeri	33.854	48,50	4,56	26,20	0,60	20,13
Magé	88.835	45,40	5,38	23,61	1,31	24,30
Mangaratiba	16.155	39,35	12,23	24,45	1,32	22,66
Maricá	55.727	39,49	7,72	23,93	2,15	26,71
Mesquita	70.658	50,58	6,58	19,71	0,88	22,24
Nilópolis	65.618	53,26	8,10	17,27	1,15	20,22
Niterói	233.230	50,64	11,12	14,23	4,00	20,01
Nova Iguaçu	319.782	51,33	4,72	21,67	1,04	21,24
Paracambi	17.112	49,42	5,04	28,93	1,40	15,21
Petrópolis	139.436	53,94	3,44	16,61	2,89	23,12
Queimados	53.468	54,24	4,35	21,31	0,45	19,65
Rio de Janeiro	2.887.729	56,29	7,05	14,68	2,37	19,61
São Gonçalo	442.549	57,66	4,62	17,58	1,07	19,08
São João de Meriti	196.894	55,60	4,68	18,57	0,92	20,24
Seropédica	32.164	44,83	8,04	24,65	0,87	21,61
Tanguá	12.301	51,26	2,28	23,79	0,80	21,88
Periferia RMRJ	2.478.729	53,06	5,27	19,73	1,42	20,53
RMRJ	5.366.458	54,80	6,23	17,01	1,93	20,03

Fonte: Censo Demográfico 2010 / IBGE

Além disso, entre 2000 e 2010, todos os municípios reduziram sua participação relativa no número de empregados sem carteira em relação ao total de ocupados, com exceção de Paracambi, que teve um incremento, passando de 25,28% em 2000 para 28,93% em 2010.

Em relação às mudanças na participação relativa dos empregados no setor público, houve movimentos tanto de aumento (10 municípios) quanto de redução (11 municípios), sendo que os municípios com maior aumento foram Maricá e Niterói, e as maiores reduções foram Japeri, Queimados e Itaguaí.

Para os ocupados como conta própria e como empregadores, entre 2000 e 2010 houve um movimento quase uniforme nos municípios da RMRJ, com uma redução da participação relativa dessas posições na ocupação em 20 das 21 cidades da região.

Através da tabela 30 abaixo pode ser observada a variação percentual do número de pessoas ocupadas por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, entre 2000 e 2010. Nela, vemos que todas as cidades da metrópole fluminense apresentaram crescimento na massa de ocupados, sendo os mais dinâmicos: Maricá (91,6%) e Mangaratiba (71,7%). Já os municípios com menor crescimento no período foram Nilópolis (15,8%), Petrópolis (16,3%) e Niterói (19,8%).

Tabela 30 – Variação percentual do número de ocupados por posição na ocupação nos municípios da RMRJ, entre 2000 e 2010

Municípios	Total (%)	Empregados com carteira (%)	Empregados Setor Público e Militar (%)	Empregados sem carteira (%)	Empregador (%)	Conta própria (%)
Belford Roxo	31,3	62,9	2,7	5,5	-32,8	10,7
Duque de Caxias	31,8	57,4	0,9	3,1	4,8	17,7
Guapimirim	56,8	93,8	143,5	40,3	-57,4	34,3
Itaboraí	39,4	72,2	60,4	7,4	-17,9	25,2
Itaguaí	54,0	118,4	22,0	10,5	-43,6	27,0
Japeri	33,6	66,8	-2,4	2,7	55,7	32,5
Magé	29,6	52,1	34,1	5,7	-16,1	25,1
Mangaratiba	71,7	116,0	101,9	38,8	-59,2	72,8
Maricá	91,6	138,2	198,2	52,1	19,6	72,5
Mesquita	22,7	39,7	8,8	0,4	-20,6	20,1
Nilópolis	15,8	33,6	15,8	-13,7	-27,1	13,0
Niterói	19,8	34,5	47,3	-8,9	-15,1	11,8
Nova Iguaçu	21,9	43,6	5,8	-0,7	-37,8	15,9
Paracambi	28,9	28,1	46,3	47,5	16,5	3,4
Petrópolis	16,3	29,3	38,9	-5,4	-27,8	14,5
Queimados	35,0	74,3	-1,7	2,6	-34,9	15,3
Rio de Janeiro	23,7	43,3	21,0	-4,6	-22,5	13,4
São Gonçalo	30,1	62,1	3,4	-2,5	-16,0	9,0
São João de Meriti	21,3	44,2	2,7	-10,2	-29,6	16,9
Seropédica	43,2	73,5	55,8	15,5	-13,3	31,1
Tanguá	36,8	74,1	-1,1	6,5	-32,9	22,9
Periferia RMRJ	28,4	52,9	20,0	1,2	-20,2	16,9
RMRJ	25,8	47,5	20,6	-1,6	-21,7	15,1

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 / IBGE

Com exceção dos empregadores, as demais posições na ocupação apresentaram, em geral, um crescimento no quantitativo de pessoas ocupadas na maioria dos municípios da RMRJ. Inclusive, nos empregados com carteira e nos ocupados por conta própria houve aumento em todas as 21 cidades analisadas.

Nos empregados com carteira, o município menos dinâmico foi Paracambi, com 28,1%, seguido de perto por Petrópolis, com 29,3% de crescimento. Na outra ponta, os municípios com maior crescimento foram Maricá, Itaguaí e Mangaratiba, todos tendo mais do que dobrado o número de empregados com carteira.

Outra posição na ocupação que teve municípios que mais do que dobraram o número de ocupados foi a de empregados do setor público e militares, onde Maricá, Guapimirim e Mangaratiba tiveram tal desempenho, sendo que o primeiro chegou a um crescimento de quase 200%.

Já nos empregadores, apenas 4 municípios tiveram um aumento na massa de ocupados nesta posição, com Japeri tendo aumentado expressivos 55,7%. Cabe ressaltar que apesar desse grande crescimento, os empregadores representam em 2010 apenas 0,60% do total de ocupados, colocando o município como o terceiro com menor participação relativa na RMRJ. Por outro lado, os destaques de queda no número de empregadores ficam por conta de Mangaratiba e Guapimirim, ambos com diminuição de mais de 50% do número de ocupados nesta posição.

Esta forte queda dos empregadores reflete, em boa medida, a melhora dos indicadores do mercado de trabalho formal, fazendo estes migrar para uma posição de empregado com carteira.

Este fenômeno de ampliação dos empregados com carteira também pode ser visto no período mais recente através da Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE⁵⁹. Cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa amostral e que não levava em conta o município de Petrópolis como integrante da RMRJ, as informações obtidas divergem daquelas apresentadas previamente, porém mostram a mesma tendência de aumento dos empregados com carteira.

A tabela 31 abaixo apresenta os dados da PME para média dos anos de 2010 e 2015 em relação ao número de ocupados e sua participação relativa por posição na ocupação. Observa-se que nos 5 anos analisados houve um incremento da participação relativa das ocupações dos empregados com carteira,

⁵⁹ Esta pesquisa foi descontinuada em fevereiro de 2016. Ela era responsável pelo levantamento dos dados de ocupação nas 6 principais Regiões Metropolitanas do país. O IBGE optou por substituir esta pesquisa pela PNAD Contínua, que apresenta resultados semelhantes ao da PME. Não foi utilizada esta pesquisa mais recente por ela ter se iniciado apenas em 2012, o que inviabiliza um comparativo com os dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2010.

setor público e militar e nos conta própria, enquanto que os empregadores e, principalmente, os empregados sem carteira apresentaram diminuição.

Tabela 31 – Número de ocupados e sua participação relativa por posição na ocupação na RMRJ*, na média mensal dos anos 2010 e 2015

Ano	Variável	Total	Empregados com carteira	Empregados Setor Público e Militar	Empregados sem carteira	Empregador	Conta própria
2010	Número (em mil)	5.349	2.516	519	931	223	1.159
	Participação (%)	100,00	47,04	9,70	17,41	4,17	21,68
2015	Número (em mil)	5.562	2.740	629	733	215	1.245
	Participação (%)	100,00	49,25	11,31	13,18	3,87	22,38

Fonte: PME / IBGE

* A RMRJ aqui não incorpora o município de Petrópolis.

Em síntese, no período mais recente até 2015, foi possível observar uma tendência de aumento da importância dos empregados com carteira, o que corresponde também à parte mais formalizada do mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que em 2015 os efeitos da crise ainda não estavam sendo plenamente sentidos. Os dados da PNAD Contínua indicam que entre o 3º trimestre de 2015 e o 3º trimestre de 2017 houve uma redução no número de empregados com carteira de 13,4%.

Além disso, a crise recente fez com que os empregos formais recuassem para o nível encontrado em 2010, e ainda estão em queda desde então. Alguns municípios metropolitanos foram bastante afetados, com perdas de mais de 20% da sua massa de trabalhadores formais, sendo que Itaboraí chegou a perder mais de 40%.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou compreender como se organiza e quais foram as transformações da estrutura produtiva e ocupacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período entre 2000 e 2015. Buscou-se, ainda, examinar as mudanças na divisão intrametropolitana do trabalho, para observar se houve alteração na divisão espacial do trabalho.

Ao longo de sua formação histórica, a trajetória da região metropolitana do Rio de Janeiro sempre esteve intrinsecamente vinculada aos movimentos ocorridos no seu município sede, devido à sua predominância econômica, populacional e cultural sobre o conjunto do estado e a periferia metropolitana.

Vimos que, apesar dessa forte ligação entre o núcleo metropolitano e sua periferia, a cisão institucional existente entre o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro até meados da década de 1970, promoveu uma grande disparidade entre os dois territórios, principalmente nos municípios metropolitanos.

O fato de a indústria no estado e na cidade do Rio de Janeiro não ter assumido um protagonismo na estruturação do espaço urbano e regional, no sentido de promover um dinamismo de encadeamento entre as atividades econômicas, produziu uma “fraca articulação intersetorial” da estrutura produtiva na RMRJ. Isto se deveu, em grande parte, à hegemonia política da elite local apoiada no “circuito secundário de acumulação urbana”. Tal como apontado por autores como Ribeiro (1997) e Siqueira (2015), isso se refletiu na configuração de um tecido urbano-regional bastante denso de infraestrutura nas áreas mais nobres e grandes carências no restante do território. Além disso, a expansão da metrópole foi constituída de tal forma que as novas localidades fossem voltadas a atender às demandas da cidade do Rio de Janeiro, o que impediu a formação de centralidades regionais.

O início da industrialização brasileira se deu no território carioca, com uma indústria voltada para atender a demanda local. Porém, o avanço do complexo cafeeiro no oeste paulista, no qual se concentrou a formação de um mercado de trabalho assalariado (marcado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre) e um complexo regional econômico, permitiu maior dinamismo industrial em

São Paulo. Este processo culminou com a hegemonia industrial de São Paulo na economia nacional e a superação do parque industrial paulista sobre o fluminense.

A diminuição da renda causada pela transferência da sede nacional e a não substituição desta importante atividade por outra, fizeram com que o dinamismo econômico do ERJ fosse inferior ao do restante do país nos anos subsequentes. Aliado a isto, apesar da fusão dos dois estados, a baixa disponibilidade de recursos públicos disponíveis para investimentos impediu que a importante defasagem de infraestrutura existente entre o território carioca e sua periferia fosse compensada, problema que persiste até os dias atuais.

Este processo levou a uma efetiva crise a partir da década de 1980, que acabou sendo definida como uma “*crise societária*” pela descrença no conjunto da sociedade em uma reversão da trajetória de decadência da economia carioca e fluminense. Em meados da década de 1990 houve indícios de reversão, porém, alguma retomada do crescimento pode ser vista somente a partir da segunda metade da década de 2000. Inclusive, regionalizando o dinamismo do mercado de trabalho formal, percebeu-se que o baixo crescimento fluminense durante as décadas de 1980 e 1990 era causado por uma estagnação da cidade do Rio de Janeiro, enquanto que a periferia e o interior fluminense tiveram alguma evolução econômica.

De forma a analisar apenas os municípios que efetivamente se integram à dinâmica da metropolização, foi feito um estudo com base na metodologia elaborada pelo Observatório das Metrópoles de níveis de integração dos municípios metropolitanos no Brasil. Isto se fez necessário devido à definição institucional dos municípios integrantes das RMs, que, muitas vezes, é motivada por questões diversas àquelas do fenômeno metropolitano, o que faz com que a definição institucional seja bastante volátil no tempo. A partir da análise dos indicadores utilizados foram identificados todos os municípios que fazem fronteira com municípios da RMRJ e, com base nos dados de população urbana, deslocamentos e ocupações, foram definidos os 21 municípios efetivamente integrantes da região metropolitana por esta dissertação.

Ao analisar as principais características socioeconômicas da região metropolitana do Rio de Janeiro e seus municípios, pode-se concluir que, apesar

da grande importância da economia da RMRJ no contexto do estado do Rio de Janeiro, ela é ainda marcada por uma forte segregação socioespacial e por uma grande desigualdade interna, tanto do ponto de vista econômico quanto social e demográfico. Isto se reflete no conjunto da metrópole, fazendo com que os indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida da RMRJ e de seus municípios sejam inferiores ao esperado da segunda maior área metropolitana brasileira. Inclusive, ao se comparar os indicadores da RMRJ em relação aos das RMs de Belo Horizonte e São Paulo, mostra-se que a população carioca e fluminense possui indicadores consideravelmente inferiores aos mineiros e paulistas.

Alguns autores, com base nos dados do Censo de 2000, questionaram a divisão “*centro-periferia*” na RMRJ, por considerarem que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na estrutura urbana dos municípios “*periféricos*” fizeram com que essas cidades deixassem de ser apenas dormitórios e passassem a ter uma dinâmica econômica mais robusta. Porém, ao analisar os dados mais recentes, a partir do Censo Demográfico de 2010, percebe-se que na maioria dos municípios periféricos houve uma estagnação, inclusive regressão, deste processo, indicando a manutenção do padrão histórico da divisão “*centro-periferia*”.

A periferia metropolitana como um todo possui quase metade (48%) da população da RMRJ, mas apresenta um PIB correspondente a 1/3 do total metropolitano (33,5%) e pouco mais de ¼ dos empregos formais da região (27,8%). Isto demonstra que há uma forte concentração econômica no núcleo metropolitano, significativamente mais elevada do que do ponto de vista populacional. Não se pode determinar uma explicação única para o fato de que as duas regiões metropolitanas (ou RIDE) brasileiras mais concentradas em seu núcleo correspondem a atual capital e sua antecessora, porém a maior primazia dos setores de comércio e serviços nessas regiões deve ser um fator relevante para tal fenômeno.

Isto faz com que a área metropolitana do Rio de Janeiro seja marcada por fortes desigualdades internas, apresentando uma grande concentração das atividades produtivas e de infraestrutura em seu núcleo e graves carências na

periferia metropolitana. Cabe ressaltar que esse quadro não é homogêneo em todo o território, contendo áreas estruturadas na periferia e áreas com enormes deficiências no núcleo metropolitano.

O conjunto da RMRJ possui uma receita semelhante à média nacional, entretanto, a periferia metropolitana possui menos recursos por habitante para prestar os serviços públicos. Isto leva a concluir que a falta de recursos pode ser apontada como uma das explicações possíveis pela menor qualidade de vida nestes municípios.

Na virada para o século XXI a região metropolitana do Rio de Janeiro vinha de um período prolongado de crise econômica, apesar de ainda ser a segunda maior região produtiva do país. A extração de petróleo em alto-mar trouxe uma perspectiva econômica um pouco melhor. No entanto, essa atividade acelerou o processo de desindustrialização pelo qual vinha passando o estado e a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Enquanto que a cidade do Rio de Janeiro vem perdendo participação no PIB estadual, a periferia metropolitana ampliou um pouco o seu peso relativo na economia fluminense. Apesar disso, mesmo no ano mais recente o peso desta região ainda é cerca de metade do encontrado no núcleo metropolitano, o que mostra a manutenção da concentração da cidade do Rio de Janeiro dentro da RMRJ.

A indústria da periferia metropolitana vem se aproximando do peso relativo da capital em relação ao VAB, mas nos serviços a participação relativa do núcleo metropolitano continua bastante superior. Já em relação à variação do VAB, o entorno metropolitano apresentou um crescimento bastante superior em comparação à cidade do Rio de Janeiro, sendo que na indústria o aumento foi superior a 7 vezes a variação ocorrida no núcleo metropolitano.

Do ponto de vista da indústria de transformação, os dados indicam que, com exceção da indústria automotiva, todos os demais setores presentes no ERJ apresentaram um desempenho inferior ao brasileiro, ou seja, a indústria fluminense vem apresentando uma perda de dinamismo em relação ao conjunto do país. Inclusive, apesar de no VAB da indústria (extrativa mineral e de transformação) o ERJ ser a segunda unidade federativa mais importante, no Valor

de Transformação Industrial (VTI) da indústria de transformação o território fluminense passou para a 5ª posição, sendo superada por Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Já o setor de serviços representa cerca de 70% do total do VAB do ERJ, mas as atividades que o compõe são bastante heterogêneas, o que não permite fazer uma análise generalizada do setor como um todo. A redução na participação relativa deste setor nos últimos anos, enquanto que no conjunto do país ocorreu crescimento, foi consequência da ampliação da extração de petróleo e gás natural em alto mar, que pressionou o encolhimento relativo dos demais setores.

Especificamente no caso do Rio de Janeiro e da RMRJ, é importante considerar o contexto de desadensamento industrial que, por sua vez, se reflete nas distintas dinâmicas das atividades de comércio e serviços. Dessa forma, o potencial de encadeamento inter-setorial, sobretudo entre serviços empresariais e a indústria de transformação, é significativamente reduzido.

Apesar de a periferia metropolitana ter ampliado sua participação no total do PIB da RMRJ, a cidade do Rio de Janeiro ainda possui cerca de 2/3 do total da região. O aumento da participação relativa da periferia se deu em todos os setores, e em todos os indicadores analisados, indicando certa tendência de redução das desigualdades territoriais, porém, a enorme carência de infraestrutura e a ainda pequena base produtiva dos municípios fora do núcleo metropolitano expõe grandes desafios para uma alteração significativa na divisão espacial do trabalho, de forma a promover um desenvolvimento econômico consistente e mais integrado setorial e espacialmente.

No Brasil, o grande crescimento dos empregos formais na década de 2000 foi chamado de a “segunda grande transformação no trabalho”. No Estado do Rio de Janeiro, o movimento de formalização não apenas acompanhou a trajetória nacional, como também foi mais acentuado. Apesar do menor crescimento da massa de trabalhadores fluminense, o número de empregados com carteira apresentou um forte crescimento acompanhado por uma queda do número de trabalhadores sem carteira, o que indicou uma forte tendência de formalização do trabalho. Este crescimento da participação relativa dos empregados com carteira

se deu principalmente por uma redução nos empregados sem carteira e nos empregadores.

Entretanto, a periferia metropolitana persistiu apresentando um valor mais elevado para as ocupações geralmente mais precárias, como empregados sem carteira e conta própria, enquanto que nas posições menos precárias, como empregadores e empregados com carteira e no setor público, um valor mais baixo do que o total da RMRJ.

Com isso, acredita-se que esta dissertação pôde contribuir com a análise das tendências recentes da estrutura produtiva e ocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro e seus limites para a alteração na divisão espacial do trabalho da metrópole fluminense. Porém, algumas delas também permitiram certo alento para vislumbrar uma metrópole mais integrada, tais como um pequeno aumento da presença de atividades produtivas na periferia metropolitana e uma tendência de maior formalização das ocupações na periferia metropolitana.

Entretanto, além da forte queda no preço do petróleo, o fim do ciclo dos investimentos para os megaeventos, a interrupção dos projetos de investimentos da Petrobrás, bem como a crise política e econômica do país a partir de 2015 fizeram com que diversos avanços fossem rapidamente revertidos. No estado do Rio de Janeiro, as finanças estaduais e municipais foram gravemente impactadas, além de estar ocorrendo uma forte regressão nas tendências positivas dos indicadores econômicos e do mercado de trabalho aqui examinados. A produção física industrial está quase 10% abaixo do percentual de 2002 e os empregos formais voltaram para o nível de 2010, e em queda desde então. Alguns municípios metropolitanos (Itaguaí e Tanguá) foram bastante afetados, com perdas de mais de 20% da sua massa de trabalhadores formais, sendo que Itaboraí chegou a perder mais de 40%.

Para reverter as mazelas do curto prazo e evitar que haja uma regressão das tendências positivas identificadas nesta dissertação, é necessário um conjunto de fatores: ajuda federal para as finanças estaduais e de alguns municípios; melhora da segurança pública; e a utilização de instrumentos de planejamento integrados para o conjunto da Região Metropolitana, por meio da aprovação da criação de uma Câmara Metropolitana. Esta entidade é essencial para a

coordenação de políticas públicas em todo o território metropolitano, de forma a reduzir as carências e promover uma maior integração da RMRJ e seus municípios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, MM. A.. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ALMEIDA, J.G de. “Política Monetária e Crescimento Econômico no Brasil”. **SEMINÁRIO DO PSDB**, 16 fevereiro de 2006. São Paulo, 2006.
- ARAÚJO, V. L. F. C.; MELO, H. P. . O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**, v. 4, p. 65, 2014.
- BONELLI, R. Industrialização e desenvolvimento. Notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. Texto preparado para o **seminário Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**, organizado pelo IEDI e FIESP, 2005.
- BRANDÃO, C. . Espaço, escala e economia metropolitanas: em busca de referenciais teóricos e analíticos. **IX Seminário internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio**. Bahia Blanca, 16 a 19 de mayo de 2006.
- CARNEIRO, R. . **Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva**. Texto para discussão do IE/UNICAMP n° 153, 2008.
- CARVALHO, G. L. N. P. . **Análise e mapeamento dos arranjos produtivos locais do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2010.
- COSTA, M. A. . Quarenta anos de Regiões Metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.
- DAIN, S. Rio de todas as Crises – Crise Econômica. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n° 80, dez. 1990.
- DAMAS, E. T. . **Distritos Industriais da Cidade do Rio de Janeiro: Gênese e Desenvolvimento no Bojo do Espaço Industrial Carioca**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.
- DAVIDOVICH, F. . Estado do Rio de Janeiro: Urbano Metropolitano. Hipóteses e Questões. **Revista de Geografia da UERJ**. Rio de Janeiro: Geo-UERJ, n.21, v. 2, 2010.
- DAVIDOVICH, F. . O entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, hipóteses e considerações. **IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 326-335.
- DIAS, R. S. . **Vida e morte da questão regional na Agenda Governamental do Estado do Rio de Janeiro pós-fusão: o caso da FUNDREM**. 296 f. Tese

(Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

EVANGELISTA, H. A. . A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. **Revista Geo-Paisagem**, v. 8, p. 1-24, 2005. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/luta.htm>>. Acessado em 1º de julho de 2013.

Feijó, C.A; Carvalho, P.G; Almeida, J.S.G.. "**Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**". São Paulo: IEDI, Novembro, mimeo, 2005. Disponível em: <https://iedi.org.br/anexos_legado/4cfe53fe0f04464b.pdf>.

GODINHO, F. J.. **Reestruturação Produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HIRSCHMAN, A. . **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno dos Municípios 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – Regic 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LAGO, L. C.. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena.. In: Luciana Corrêa do Lago. (Org.). **Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território**.. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, v. 1, p. 175-190

LENCIONI, S. . Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia; FREIRE, Desirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho (orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LESSA, C. . **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P.. **Comércio Interestadual Brasileiro do Setor Agropecuário: uma Análise de Equilíbrio Geral Computável**. Texto para discussão do CEDEPLAR/UFMG, nº 360. Belo Horizonte. 2009.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. . Contrastes na agricultura fluminense: o tradicional e o moderno no processo de comercialização agrícola. **Geo UERJ** (2007), v. 1, p. 219-241, 2016.

MARQUETTI, A. "Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998". **Estudos Econômicos**, Vol. 32, N.1, 2002.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.

MYRDAL, G.. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

NASSIF, A.. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, 2008.

NATAL, J.. Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte. Setembro de 2004.

NATAL, J. ; OLIVEIRA, A. Mercado de trabalho e dinâmica regional – uma análise à luz da recente e positiva inflexão econômica do Estado do Rio de Janeiro. In: **X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

NEVES JR., L.; PAIVA, L. H.. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil**: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas. Nota técnica. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/arelacaoentrecrescimentoeconomicoLeonardoLuisHenrique.pdf>>.

OLIVEIRA, A. T. R.; SIMÕES, A. G. M.; ERVATTI, L. R.. Deslocamentos populacionais no espaço fluminense: duas décadas de mudanças. In: **IV Encontro Nacional de Migração**, 2005, Rio de Janeiro. IV Encontro Nacional de Migração, 2005.

OLIVEIRA, C. A. B.. Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. In: Marco Antonio de Oliveira. (Org.). **Economia & Trabalho**: Textos Básicos. Campinas: UNICAMP / Instituto de Economia, 1998, v. 1, p. 113-127.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

OSORIO, M. ; SA REGO, H. R.; EGLER, C. A. G. ; CAMPOS, M. C. . Caderno Metropolitano 2: **Centralidades: Territórios de perspectivas para políticas públicas**. 2017.

OSORIO, M.. **A Crise do Rio de suas Especificidades**. Instituto de Economia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

OSORIO, M.. Características e evolução recente do emprego e da economia carioca e metropolitana. **Coleção Estudos Cariocas/IPP-Rio**. Abril de 2011.

OSORIO, M.. **Rio nacional, Rio local**: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

OSORIO, M. . **A capacidade indutora dos serviços no Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, v. 500, 300p, 2014.

OSORIO, M. . **Trajatória e perspectivas do estado do rio de janeiro no cenário de megaeventos**. Instituto de Economia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

OSORIO, M.; SA REGO, H. R.; VERSIANI, M. H. . Rio de Janeiro: Fatos e Versões. In: OSORIO, Mauro; VERSIANI, Maria Helena; MAGALHÃES, Alex Ferreira. (Org.). **Rio de Janeiro: Reflexões e Práticas**. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, v. 1, p. 148-163

OSORIO, M.. Estado do Rio de Janeiro: estagnação e rumos de reversão. **Jornal dos Economistas**. Rio de Janeiro: CORECON/RJ, n.224, 2008, p.3-5.

OSORIO, M.. Estado do Rio de Janeiro: trajetória e perspectivas. **Revista de Economia Fluminense**. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, v.7, 2007, p.50-54.

OSORIO, M. (Org.); VERSIANI, M. H. (Org.) ; MELO, L. M. (Org.) ; WERNECK, M. L. (Org.) . **Uma agenda para o Rio de Janeiro**: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 1. 392p.

OSORIO, M.; VERSIANI, Maria Helena. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 1, p. 188-210, 2013.

PALMA, J. G. . Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de doença holandesa. Texto preparado para a **conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento** organizada pela FIESP e IEDI. Disponível em:

<http://www.fiesp.com.br/download/semin_desindustrializ/1aPalmaQuatrofontesdaDesindustrializ.pdf> Acesso em 18 ago. 2011.

PASSONI, PATIEENE ALVES ; FREITAS, FABIO . Estrutura produtiva e indicadores de encadeamento na economia brasileira entre 2010 e 2014: uma análise multissetorial baseada no modelo insumo-produto. In: II Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2017, Rio de Janeiro. **Blucher Engineering Proceedings**. São Paulo: Editora Blucher, 2017. v. 1. p. 545-564.

POCHMANN, M.. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

POCHMANN, M.. Emprego, renda e pobreza. In: FONSECA, Rinaldo; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. (orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: IE-Unicamp, 2002.

POCHMANN, M.. **O emprego no desenvolvimento da Nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIBEIRO, L. C. Q. ; RIBEIRO, M. . Segregação residencial: padrões e evolução. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015, v. 1, p. 163-192.

RIBEIRO, L. C. Q. de; MOURA, R.; DELGADO, P.R.; SILVA, E.T.; RIBEIRO, M.. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDes e AUs à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/UFRJ. 2012.

RIBEIRO, L.CLQ. de; MOURA, ROSA; DELGADO, P.R.; SILVA, E.T.. **Integração dos Municípios Brasileiros à Dinâmica de Metropolização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 118p.

ROSENDO, R. C.; BRITTO, J. N. P.. Evolução da Densidade Industrial do Estado do Rio de Janeiro: Análise Comparativa com os Estados do Sudeste Brasileiro - 2000/2005. **XXXIX Encontro Nacional de Economia**. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011

SA REGO, H. R.. **A evolução econômica recente do Estado do Rio de Janeiro – 1985-2010**. 2013. 96 F. Monografia de conclusão de curso de graduação (Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, UFRJ, 2013.

SABOIA, J.. Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa - Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente. **Revista Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 11, p. 85-121, 2001.

SABOIA, J. . **Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90: Um Enfoque Regional**. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 69-116, 2000.

SABOIA, J. . **Modernização e Redução do Tamanho dos Estabelecimentos da Indústria de Transformação no Passado Recente**. Econômica (Niterói), Niteroi, v. 1, n.1, 1999.

SANTOS, C. G.. **A financeirização do capital imobiliário e os grandes projetos urbanos. Implicações na produção do espaço urbano contemporâneo em Goiana e em São Lourenço da Mata na Região Metropolitana do Recife**. Tese de Doutorado. Niterói: UFPE, 2017.

SILVA, R. D.. **Estrutura industrial e desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008)**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 2009.

SILVA, R. D.. **Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional**. Universidade Estadual de Campinas (UNESP), 2004.

SIQUEIRA, H.. **Economia metropolitana e mercado de trabalho: um estudo das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SIQUEIRA, H.. Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. (Org.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 79-116.

SOBRAL, B. L. B.. A falácia da 'inflexão econômica positiva': algumas características da desindustrialização fluminense e do 'vazio produtivo' em sua periferia metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 01, p. 61-94, 2013.

SOBRAL, B. L. B.. **Metrópole do Rio e Projeto Nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SOBRAL, B. L. B.. O ponto cego no desenvolvimento fluminense: entre a estrutura oca e os complexos produtivos. **Revista de Economia Fluminense**. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, v.9, 2010, p.16-19.

SOBRAL, B. L. B.. **Limites ao Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: Aspectos Estruturais de seu Processo de Industrialização no período recente**. Econômica (Niterói) , v. 11, p. 133-154, 2009.

TRINDADE, V. B. ; VILLELA, T. M. C. ; CHA, P. U. S. ; DALFIOR, L. E. S.. **Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil**. Vitória: Aequus Consultoria. Vol 12, 2016.

ZANELATTO, J. H. . O Crescimento da Indústria e dos Trabalhadores no Setor do Vestuário na Região Carbonífera. In: **I Encontro de Economia Catarinense: Desenvolvimento Regional Sustentável**, 2007, Rio do Sul. I Encontro de Economia Catarinense: Desenvolvimento Regional Sustentável, 2007.